

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO
MESTRADO EM LINGUAGEM, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE**

JOSIANE APARECIDA MARTINS

CONTAR O CORPO: QUANDO O SUBALTERNO ASSUME A NARRATIVA.

**PONTA GROSSA
2012**

JOSIANE APARECIDA MARTINS

CONTAR O CORPO: QUANDO O SUBALTERNO ASSUME A NARRATIVA.

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre á Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Orientador: Prof.º Dr. º Miguel Sanches Neto.

**PONTA GROSSA
2012**

M386c Martins, Josiane Aparecida
 Contar o corpo : quando o subalterno assume a narrativa /
 Josiane Aparecida Martins. Ponta Grossa, 2012.
 124 f.

 Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e
 Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
 Orientador: Prof. Dr. Miguel Sanches Neto.

 1. Análise do discurso. 2. Relato memorialístico. 3. Escrita em si.
 4. Subalternidade – mulher. I. Sanches Neto, Miguel. II.
 Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Linguagem,
 Identidade e Subjetividade. III. T.

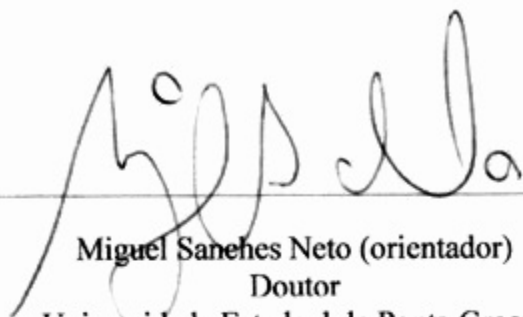
CDD: 401.41

JOSIANE APARECIDA MARTINS

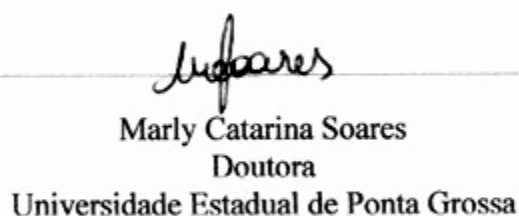
CONTAR O CORPO: QUANDO O SUBALTERNO ASSUME A NARRATIVA.

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre à Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

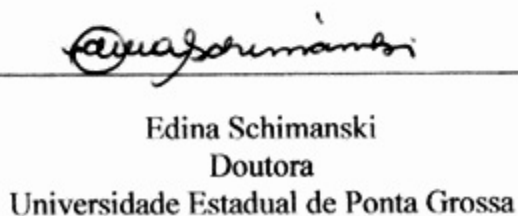
Ponta Grossa. 04 de maio de 2012.



Miguel Sanchez Neto (orientador)
Doutor
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Marly Catarina Soares
Doutora
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Edina Schimanski
Doutora
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico aos meus pais, Ismael e Leci.

AGRADECIMENTOS

A Deus...

Ao meu esposo Fernando, pela paciência, colaboração e pela espera do meu retorno à “vida real”.

A meu filho Arthur, pela compreensão pelas horas de afastamento, pelo seu jeitinho sempre carinhoso em dizer “mãe.... eu senti tanto a sua falta, você já acabou o seu trabalho?”, e por seu sorriso, sempre reconfortante.

A minha melhor amiga Carla Gianne, pelo incentivo, por acreditar em mim, e por nunca me deixar desistir, apoiando-me sempre com uma palavra de alento, conforto e entusiasmo – em todos os momentos de minha vida.

À Professora Dra. Marly Catarina, pelo entusiasmo contagiante expressado a cada conversa, a cada leitura dos meus textos, a cada encontro nos corredores da nossa segunda casa, a UEPG.

Ao meu querido Prof. Dr. Miguel Sanches, primeiramente pelos créditos em mim depositados. Pelo apoio e encorajamento contínuo na pesquisa, por seus conhecimentos compartilhados na orientação deste trabalho e também por sua paciência, respeito e amizade.

Aos demais Mestres da casa, pelos conhecimentos transmitidos, e à Coordenação do programa de Pós-graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em especial à Professora Dra. Letícia Fraga, pelo apoio institucional e pelas condições de trabalho oferecidas.

Enfim, a todos que fazem parte de minha vida e que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Porque Eu é um outro. Se o cobre se descobre clarim, não há aí nada de culpa sua. Isso é evidente para mim: assisto à eclosão do meu pensamento: vejo-a, escuto-a: lanço um movimento com o arco: a sinfonia vai abalando as profundezas, ou salta de repente para o palco.

(RIMBAUD)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as obras: *Paixão Paga – autobiografia precoce de Patrícia Galvão*, de Patrícia Galvão, relato memorialístico de uma das mais expressivas mulheres brasileiras, dirigido a Geraldo Ferraz, seu companheiro íntimo e intelectual; e *O Doce Veneno do Escorpião – o diário de uma garota de programa*, de Bruna Surfistinha, relato publicado em forma de diário de uma das prostitutas mais aclamadas do Brasil (ambos publicados em 2005, porém escritos em períodos distintos). O intuito é traçar a trajetória do subalterno, quando este encontra meios de se fazer ouvir na sociedade, através da análise dos textos literários citados. Privilegiamos o sujeito mulher, neste contexto, por conta da condição de silenciamento a que ela, quase sempre, é submetida. Tal percurso irá se realizar a partir da teoria da escrita de si, de Michel Foucault; dos processos de desconstrução e desterritorialização, conceituados por Gilles Deleuze e Félix Guatarri; e dos estudos sobre a autobiografia, efetuados por Philippe Lejeune, através da análise do discurso dos textos das duas autoras: Patrícia Galvão e Bruna Surfistinha.

Palavras chave: Subalternidade. Mulher. Relato Memorialístico.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the novels: *Paixao Pagu* – early autobiography of Patricia Galvao, by Patricia Galvao, memorial telling of one of the most expressive Brazilian women, directed to Geraldo Ferraz, her intellectual partner and affair; and *O Doce Veneno do Escorpiao – o Diario de uma garota de programa*, by Bruna Surfistinha, published as the journal of one of the most required prostitutes in Brazil (both published in 2005, but written in different times). Our goal is to follow the track of the subordinate, when it finds the way to make himself listened by the society. In this context we privilege the subject woman because of the silent condition that woman is often submitted. The way followed by this work is going to be done from the theory of writing about self, by Michel Foucault, from the process of deconstruction and deterritorialization, by Gilles Deleuze and Felix Guatarri, and from the studies about autobiography, by Phillippe Lejeune, by the discourse analysis on both authors: Patricia Galvão and Bruna Surfistinha.

Keywords: Subalternity. Women. Reporting memoir.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – DESCOBRINDO O SER.....	13
1.1 A MUDANÇA NO COMPORTAMENTO FEMININO	15
1.2 GÊNEROS E PODER	20
1.3 A MULHER NESTE CONTEXTO	25
1.4 COMO SE CONSTROEM AS IDENTIDADES	29
1.5 A CONSTRUÇÃO DO “EU”	34
CAPÍTULO II – A ESCRITA DO “EU”	40
2.1 O PROCESSO DA ESCRITA DE SI.....	40
2.1.1 A escrita como formação pessoal	41
2.1.2 O cuidado de si	44
2.1.3 Eu, absoluto?	45
2.2 A AUTOBIOGRAFIA	49
2.2.1 A CARTA.....	53
2.2.2 BLOGS E DIÁRIOS	59
2.2.2.1 Os blogs	60
2.2.2.3 Escrita na rede, íntima?	60
2.2.2.4 Papel ou tela	64
2.2.2.5 Blogs e sua diversidade de papéis	67
2.2.2.6 A literatura nos blogs.....	70
2.3 A AUTORIA	76
2.3.1 A construção do autor.....	82
CAPÍTULO III – PAGU OU PATRÍCIA?BRUNA OU RAQUEL?	86
3.1 PAGU POR PATRÍCIA	86
3.2 RAQUEL POR BRUNA	88
3.3 PAGU	95
3.4 BRUNA SURFISTINHA	99
3.5 PAGU X BRUNA.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	116

INTRODUÇÃO

Nós não temos palavras para falar sobre nossa opressão, nossa angústia, nossa amargura e nossa revolta contra o esgotamento, a estupidez, a monotonia, a falta de sentido de nosso trabalho e de nossa vida [...]. E nós não temos palavras para dizer tudo isso porque a classe dominante monopolizou não apenas o poder da tomada de decisões e da riqueza material; eles também monopolizaram a cultura e a linguagem.

(ANDRÉ GORZ¹)

Neste trabalho, buscaremos analisar a trajetória do subalterno no processo de “tomada de voz” dentro da sociedade. Indivíduo este que por muito tempo esteve silenciado pelo poder opressor das classes dominantes e que encontrou na escrita de si as primeiras possibilidades de expressão. Dentro deste universo da subalternidade um indivíduo específico nos chama a atenção: a mulher. Esta figura que tanto intriga, amedontra e fascina a todos os povos desde sempre. E é em seu discurso íntimo, na sua representação a partir da escrita de si, que focaremos nossa análise.

Os discursos são constituídos por intermédio das representações e, ao analisá-las, podemos observar as relações de poder, os elementos de dominação e de resistência que os concebem. Também vale lembrar que é a representação que permite o estabelecimento das identidades e das relações.

A importância da representação da figura feminina se encontra nos processos de construção de uma identidade social, definidos histórica e culturalmente, de um ser que por muito tempo se julgou necessitar de “comando”, orientação, porque não “era capaz” de governar a si próprio e, portanto, deveria sempre ser submetido a outrem. É sabido que as práticas sociais de representações vigentes de um dado período se cristalizam sob formas textuais, o que possibilita a associação das representações às ordens discursivas a que estão genealogicamente relacionadas como também a outros tantos discursos que circulam na sociedade.

¹ André Gorz (filósofo austrofrancês) que expõe na citação acima sua indignação com relação ao silenciamento ao qual o subalterno é submetido -, também conhecido por Michel Bosquet, e que se autodenominou “revolucionário reformista” -, tem sua trajetória marcada pela luta contra a opressão e as injustiças praticadas pelas classes dominantes, principalmente nas relações de trabalho.

Segundo Figueiredo (2010), a expressão *subalterno* tem sua origem por volta dos anos 70, na Índia. Os indianos a utilizavam para se referir às pessoas colonizadas do subcontinente sul-asiático, algo que possibilitou um novo enfoque na história dos territórios dominados e, até então, avaliados apenas do ponto de vista dos colonizadores e de seu poder hegemônico. Nascia, assim, a expressão *subalternidade* que, deixando de ser abstrata, ganhava certa concretude e visibilidade (p. 84).

Os dois nomes que mais se destacaram a princípio no uso desta expressão foram: Guha (historiador) e Spivak (crítica e teórica). Ambos indianos, que se utilizam do termo *subalterno* para referenciar grupos marginalizados que não possuíam voz ou representatividade na sociedade, justamente em decorrência de seu *status* social (FIGUEIREDO, p. 84).

Spivak, que dedicou vários trabalhos à questão da subalternidade, mais que relaciona o conceito à opressão, dá enfoque ao termo “subalterno” como representação daqueles que não têm expressão ativa na sociedade, como se não fizessem parte do contexto no qual estão inseridos. De acordo com Spivak em seu texto, *Pode o subalterno falar?* (2010), a subalternidade está associada ao silêncio. Sendo assim, quando o subalterno *ganha voz*, imediatamente, ele o *deixa de ser*. Spivak atribui o significado de subalterno à referência de “proletariado” estipulada por Gramsci (“àquele cuja voz não pode ser ouvida”); submetendo-o ao processo de desconstrução de Derrida, buscando “trabalhar ‘contra’ a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido”, obtem-se um outro sujeito que não mais se encaixa nos moldes da subalternidade (p.11-14).

A preocupação presente nos estudos da autora diz respeito a quando e, de que forma, este indivíduo conseguiria se expressar como parte integrante do meio. Spivak também privilegia o sujeito feminino dentro deste contexto, fazendo reflexões sobre a consciência da mulher sob essa condição – a impossibilidade de expressão. E é aí que sua teoria chama-nos a atenção, uma vez que, no presente trabalho, buscaremos analisar dois textos femininos que tratam da escrita de si, de duas personalidades do universo brasileiro, contando suas trajetórias vividas em momentos opostos (curiosamente publicados no mesmo ano) e que revelam a fundo as intimidades antes somente especuladas por terceiros. Trataremos de *Paixão Pagu – a autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (publicado em 2005, porém, escrito na década de 40), de Patrícia Galvão (Pagu), e *O Doce Veneno do Escorpião – o diário de uma garota de*

programa (2005), de Bruna Surfistinha (Raquel Pacheco). Relatos escritos e publicados com intenções distintas, mas que, sem dúvida, além de contarem uma vida, revelam uma mudança de comportamento significativa da mulher nesse processo de “falar de si”.

Duas mulheres com histórias muito diferentes, vividas em tempos de valores distintos (Pagu viveu em um período ainda de repressão, de luta por igualdade de direitos não só de expressão como também sexuais, enquanto Bruna, mesmo que com reservas, já usufruiu a liberdade conquistada) e que, ao mesmo tempo, assemelham-se principalmente em um ponto: contam as trajetórias de seus próprios corpos, de como viveram com a consciência de que esses corpos lhes pertenciam. Corpos femininos que, perante qualquer sociedade e em qualquer tempo, são subjugados e submetidos, se não aos desmandos e aos desejos, aos conceitos preestabelecidos de alguém. Segundo Spivak (2010), posta à margem da sociedade desde o período da produção colonial, a mulher, como subalterna, não teria representatividade na história nem mesmo seria-lhe concedido o direito de falar.

Contemporaneamente, ela tem mais espaço. Muitas mulheres já são “senhoras de si”. Como poderemos ver, muitas já conseguem não só valer-se da palavra para “redimir-se” dos “maus passos” no passado - quando não lhes era permitido nada, mas mesmo assim, ainda havia mulheres ousadas o bastante para se imporem em busca de seus direitos (o caso de Pagu) – como para se autopromover, ganhar notoriedade e “respeito”, justamente pela ousadia de suas escolhas (o caso de Bruna).

Queremos salientar aqui que, mais que polêmica, desejamos valorizar a mulher em si e suas conquistas enquanto sujeito feminino e social, independente de valores, credo, raça, nível intelectual ou posição na sociedade. Tanto Pagu quanto Bruna são mulheres visionárias, ousadas e corajosas. Ambas lutaram pelo direito de exercer seus direitos, por se fazerem ouvir e por participarem ativamente de tudo que lhes envolvia. E ambas conseguiram.

No capítulo I buscaremos observar quem é o subalterno assim como quem é a mulher no universo da subalternidade estabelecida por Spivak; como as identidades das duas protagonistas das histórias contadas (Pagu e Bruna - enquanto subalternas, “simplesmente” por ser mulher), a partir de seus próprios discursos, vão se moldando e se modificando com o passar do tempo. Partiremos dos estudos realizados por Jonathan Culler. Acompanharemos também como as mesmas passam a se ver diante da análise, ou apenas, do relembrar do já vivido por elas (seus dramas, seus impasses, extravagâncias e suas descobertas), e como se dá

o processo de multiplicidade de “Eus” em uma única pessoa - que transparece na escrita de si. Aqui usaremos a teoria da desconstrução e desterritorialização de Deleuze e Guatarri.

No capítulo II, trataremos das questões textuais: a escrita de si através da autobiografia ou, do relato de vida; os gêneros textuais observados nos dois textos em análise e a questão da autoria observando as teorias de Philippe Lejeune, Michel Foucault e Mikhail Bahktin.

Já o capítulo III será dedicado às histórias propriamente ditas de Pagu e Bruna, com o objetivo de observar o que ocorre quando um subalterno consegue espaço não só para falar de si mesmo como para se expressar, escrever e publicar aquilo que pensa e sente – o caso hoje, de Bruna Surfistinha, a prostituta mais conhecida e lida não apenas no Brasil mas no mundo. Pagu, já “tinha voz” em seu tempo, já escrevia, era lida e “ouvida”. Porém, é só a escrita de si, verdadeiramente, que lhe permite expor-se como realmente gostaria que fosse vista, sem intenção nenhuma de “agradar” ninguém, nem ao partido nem aos modernistas.

Buscaremos aplicar a teoria elegida (em parte citada acima) para alcançar tais conclusões, valendo-nos da análise da narrativa das experiências vividas, juntamente com a observação do meio em que ocorreram.

CAPÍTULO I – DESCOBRINDO O SER

Os estudos do subalterno são sobre o poder, sobre quem o tem e quem não o tem, quem está ganhando o poder e quem o está perdendo. O poder está relacionado com a representação: que representações têm autoridade cognitiva ou asseguram hegemonia, quais as que não têm autoridade e não são hegemônicas.

(JOHN BEVERLEY)

Os precursores dos estudos sobre a subalternidade, Guha e Spivak, debruçaram-se sobre a questão da influência dos colonizadores sobre os povos colonizados e o poderoso papel da linguagem neste processo. Afinal, a linguagem é, por excelência, um local de luta dentro do discurso pós-colonial. O processo de colonização tem início primordialmente através da linguagem, uma vez que a primeira atitude tomada pelo colonizador é a imposição de sua língua materna sobre a do povo recentemente “conquistado”. É através do controle exercido sobre a linguagem pelo poder colonial que se estabelecem as possibilidades de ascensão pessoal e profissional dentro da sociedade colonizada, ou seja, aquele que conseguir comunicar-se através da nova língua estabelecida como “padrão”, e “tomá-la” para si, quem sabe pode vir a conseguir algum “tipo de voz” dentro da nova sociedade. A linguagem passa, assim, a ser o mais poderoso instrumento de manipulação, dominação e controle cultural, pois, torna-se a base do sistema sobre o qual os discursos sociais, políticos, econômicos e os culturais serão construídos.

Spivak, aborda em seu estudo mais conhecido, *Pode o subalterno falar?* (2008), a questão da consciência e da conscientização de resistência do subalterno, mais especificamente, o feminino, oferecendo em detalhes um exemplo concreto da cultura indiana tradicional, o *sati*, *sutee* - ritual de suicídio da viúva na pira funerária de seu marido para salvar seu próprio corpo em encarnações futuras – e sua representação tanto pelo discurso colonizador (que reprovava tal tradição) quanto pela sociedade hindu (que defende a permanência do costume). Spivak, a partir desta análise, conclui que o subalterno “não pode falar”² e que a posição da mulher subalterna é ainda mais complicada.

²Porque se o fizer, e mais: se se fizer ouvir, não há como manter-se em tal condição, ou seja, se houver “permissão” para que ele fale, haverá, então, permissão também para que ele deixe de ser um subalterno.

O termo *subalternidade* (que, como já vimos, começou a ser utilizado por volta dos anos 70 para designar a parte da população julgada marginalizada), de um ponto de vista etimológico, obtém seu sentido a partir da junção de dois termos: o sub – que significa “abaixo de”; e o alter – que significa “o outro”. Desta forma, etimologicamente falando, subalternidade significa “estar abaixo de outrem, subjugado, dominado”. Esta designação pode ser observada por muitos como inata, como uma característica que já nasce com o indivíduo. Algo parecido com o que ocorre com o sistema de Castas Hindu vigente na Índia (sociedade observada por Spivak em seus estudos), determinado pela hereditariedade, onde o indivíduo que nasce em uma determinada casta (como a dos sudras - servos, empregados domésticos-, por exemplo, está por toda sua vida predestinado à servidão, condenado à submissão, ao domínio. Há ainda neste sistema de divisão social indiano aqueles que não pertencem à casta alguma, os chamados intocáveis. Indivíduos totalmente excluídos da sociedade que, para sobreviver, são incumbidos dos trabalhos mais deploráveis, que nem mesmo os sudras querem fazer.

Porém, esta predestinação não nasce “gravada” na pele destas pessoas, seu sangue não é diferente dos demais indianos, seu coração, fisicamente, não é menor. Assim, fica claro que esta predestinação é social, foi a sociedade indiana quem estipulou, constituiu tais divisões. Como acontece em muitas outras sociedades também. Ou seja, esta condição do indivíduo (a subalternidade) não passa de mais uma construção social.

Sendo assim, o único ser que “realmente” nasce, por sua própria natureza, subalterno, seria a mulher. Afinal, esta nem mesmo teria uma origem única. A mulher, desde sempre, “fez parte” de alguém, dependeu de alguém desde sua origem. Isto porque, segundo o discurso bíblico, em algum momento da história, ou melhor, no início, Deus resolveu diferenciar os sexos enquanto sua posição no mundo, criando a “primeira” mulher da costela do primeiro homem, estabelecendo desde aí uma hierarquia e uma submissão que a mulher teria de enfrentar por toda a sua existência,

desde o início da vida humana há discriminação contra as mulheres. A lenda de que a mulher teria sido feita a partir de uma costela do homem é uma inferiorização banal e, como se não bastasse, atribui-se a ela a marca de *tentadora*, já que teria levado todas as demais gerações a serem expulsas do paraíso. (OLIVEIRA *apud* JARSCHER e NANJARI, “Religião e violência simbólica contra as mulheres”, In, *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*, 2008)

Mas onde, nesta história, fica Lilith, referida na Cabala e na Bíblia Hebraica como a primeira mulher de Adão, feita do mesmo “material” que este, e que não aceitou o domínio a

que Adão quis submetê-la ³? Porque esta mulher foi “apagada” da história da humanidade? Será que apenas porque ela se tornou esposa do anjo renegado por Deus? Porque, quem sabe, teria sido ela que estaria por trás da representação da serpente que levou Eva a cometer o Pecado Original e condenado a humanidade? Ou, será que seria porque ela teria se rebelado contra os desmandos de Adão (o primeiro homem) e “tomado as rédeas da própria existência”? A mulher seria mesmo por excelência inferior, subjugada, submissa, tendo sua origem unicamente na dependência de outro ser? Ou esta (a submissão feminina) seria também apenas mais uma construção apropriada ao “bom andamento” da sociedade? Talvez, o “apagamento” de Lilith dos registros religiosos se fez necessário para que não houvesse um “mau” exemplo de “rebeldia” feminina “bem sucedida” (afinal, ela conquistou o que desejava, não importando como ou onde o fez) nos livros agrados.

Não temos, no entanto, a intenção aqui de julgar se a mulher é ou não, por excelência, submissa. Apesar de ser fato que é esta a posição que sempre ocupou – por vontade própria ou não. O que procuramos é entender através da linguagem, mais especificamente, da linguagem escrita (da escrita íntima, a escrita de si), como se construiu, no mundo todo, esta condição de subalternidade feminina - independente da origem, raça, credo ou posição social – e, como a mulher a vem desconstruindo e reconstruindo contemporaneamente. Sendo assim, acreditamos ser válido a observação de como se deu este processo a partir da análise de trajetória da mulher.

1.1 A MUDANÇA NO COMPORTAMENTO FEMININO

Desde a Antiguidade, ser mulher era sinônimo de pecado e, pelo perigo que representava, a sociedade “se obrigou” a elaborar teorias e regras para torná-la subalterna, dessa forma controlando seus instintos naturais. Porém, o mundo se desenvolveu e houve

³BLAIR, Judit M.. *De-demonização do Antigo Testamento: Uma investigação de Azazel, Lilith, Deber, Qeteb & Reshef na Bíblia Hebraica*, 2009.

muitas mudanças, inclusive na forma de olhar para esse ser que “necessitava” de tanta repressão.

Segundo Mauro Rosso (pesquisador de literatura brasileira, ensaísta e escritor), em seu artigo, “Quem tem medo da literatura feminina/feminista?” (2006), não é muito difícil constatar e comprovar a influência negativa da literatura em relação à posição da mulher na sociedade - explorando quase sempre a imoralidade e a luxúria. Com o tempo e a evolução dos conceitos sociais, tornou-se imperativo repensar a condição feminina enxergando a mulher não como um complemento da família, mas como importante agente de mudanças pela função que ela exerce na sociedade.

O domínio sobre a existência das mulheres facilmente se traduzia em controle sobre suas uniões conjugais. É de conhecimento de todos que até o século XIX eram submetidas a casamentos arranjados – como ainda hoje acontece em algumas comunidades tribais e até mesmo em outras mais desenvolvidas como a Índia. Toda sua vida era submetida aos desmandos de alguém – se não de um marido, de um pai. Sua fertilidade, sua maternidade, seu trabalho, suas habilidades, horas livres, vestimentas, seu corpo, sua sexualidade, em suma, tudo.

O casamento não é apenas uma carreira honrosa e menos cansativa do que muitas outras: só ele permite à mulher atingir a sua dignidade social integral e realizar-se sexualmente como amante e como mãe. É sob esse aspecto que os que a cercam encaram seu futuro e que ela própria o encara. Admite-se unanimemente que a conquista de um marido – em certos casos, de um protetor – é para ela o mais importante dos empreendimentos. (BEAUVOIR, 1949)

A mulher das classes superiores tinha que entender cedo que a única porta aberta para uma vida que fosse, ao mesmo tempo, fácil e respeitável era a do casamento. As mulheres tinham que se preparar para um bom casamento e para o exercício da maternidade. Mulheres de comportamento considerado liberal eram desconsideradas socialmente. Pagu e Surfistinha então, seriam “crucificadas” em praça pública. Exageros à parte, provavelmente suas condutas jamais seriam aprovadas nessa época. Uma seria considerada concubina e devassa, e a outra, meretriz e propagadora da luxúria e da fornicção – respectivamente.

Desta forma, podemos observar que culturalmente, a mulher não só ocupava um lugar dentro do imaginário coletivo masculino, e também feminino, vinculada ao lar, à família, ao esposo, como ainda permanece ocorrendo. Afinal, mesmo nos dias de hoje, na

contemporaneidade, espera-se da mulher que trabalha fora de casa, que ainda cuide do lar e da família, cumprindo assim uma chamada dupla jornada.

As mulheres movidas pelo livre pensamento e, repensando seu posicionamento na sociedade e na família, onde seu papel é tido como pequeno perante a grandiosidade falocêntrica, passam a manifestar a indignação e o repúdio pela “submissão ao casamento, à prisão da maternidade” (KEHL, 2008, p. 51) e às tarefas domésticas. Ao mesmo tempo elas começam a “cultivar o intelecto e a vida mundana”⁴ (KEHL, 2008, p. 51).

No final do século XVIII, com a expansão do capitalismo e a Revolução Francesa, ganha corpo um movimento que já havia certo tempo dava indícios no meio feminino. Surgem os partidos de esquerda e, neles, as mulheres encontram espaço para realmente se manifestar pela primeira vez, mas não por compaixão ou simpatia pela “causa” e, sim, por necessidade de colaboradores.

Uma das primeiras reivindicações do movimento feminista expressa e documentada é a educação que está presente em *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), de Mary Wollstonecraft. Neste documento, a autora (jornalista e escritora inglesa), fazendo uso da doutrina liberal dos direitos inalienáveis do homem, denunciou a situação de subordinação das mulheres como resultante do processo de socialização e do estancamento de seu crescimento intelectual. Foi assim que o direito à educação acabou por se tornar uma das primeiras bandeiras de luta do feminismo.

O feminismo adentra o século XIX quando, no Brasil, é então reconhecida a importância de se educar essa parte da população (as mulheres), uma vez que ela também se faz necessária para a constituição de um novo país. E este processo ganha força no século XX com a entrada da mulher no mercado de trabalho, em função da crescente industrialização.

Foi o mundo capitalista efetivamente que levou as mulheres ao mercado de trabalho. E, nas fábricas, executando os piores trabalhos e recebendo os piores salários, as mulheres encontraram um novo status de opressão e subordinação, de subalternidade,

⁴ Kehl (2008) comenta a vasta produção teórica entre os séculos XVIII e XIX, produção que tencionava confirmar a tal naturalidade atribuída à condição feminina de submissão ao homem e ao lar, relembrando Lacan, que afirmou que o discurso insiste justamente onde não se encontra a verdade do sujeito: “eu penso onde não sou”, sustentando sua afirmação de que: “*A insistência dos pensadores do período a que me refiro quanto à natureza feminina revela justamente a emergência, na sociedade moderna, de novas condições de desestabilização de relação entre as mulheres e as formações sociais fundadas na diferença das funções reprodutivas, masculina e feminina*” (KEHL, 2008, p. 58).

ao dar origem a uma mão-de-obra feminina, a Revolução Industrial introduz uma primeira ruptura no paradigma da diferenciação de mundos, na medida em que separa a casa do lugar de trabalho e confronta homens e mulheres às mesmas máquinas, ritmos e exigências da produção fabril. (OLIVEIRA, 1992, p.43)⁵

É o período do qual Pagu faz parte. E o reconhecimento feminino aí depende do quanto à mulher é possível equiparar-se ao homem – mais em força do que intelectualmente. Além disso, a obrigatoriedade da mulher exercer funções semelhantes ao homem no trabalho, mais do que servir para incluí-las, parece servir para reafirmar sua inferioridade perante a força masculina. Para Pagu ser realmente aceita e respeitada dentro do partido comunista, ela tinha, literalmente, que “vestir a camisa” e “colocar a mão na massa”. Ela tinha que trabalhar na indústria e, de forma alguma, poderia ser em uma função que envolvesse sua capacidade intelectual. Tinha que ser na produção, “quebrando pedra”: “Com o meu avental de xadrez, com as mãos feridas, o rosto negro de pó, fui considerada comunista sincera” (PAGU, 2005, p. 99); “Era feliz com o acréscimo. Sentia que minha vida valia alguma coisa. Dava muita importância à minha pessoa” (p. 101). E era como esse esforço realmente fosse tamanho para a fragilidade física feminina (salvo raras exceções): “Eu me sentia humilhada com meu abatimento físico e fazia esforços medonhos para não deixar transparecer o meu cansaço” (p. 102). Pagu tentou, mas não teve êxito no ofício. Quase perdeu o útero – coincidentemente a parte de seu corpo que mais define o ser como mulher. Se o tivesse realmente perdido (talvez para o meio ao qual tentava “agradar”) seria como se finalmente conquistasse a igualdade entre os gêneros:

Tinham-me ordenado transportar para um caminhão um tabuleiro de peças de metal. Querendo terminar logo o serviço, quis carregar um peso grande demais para minhas forças. Ao erguê-lo, senti uma dor aguda e intensa. Tão intensa que rolei com o tabuleiro. Sofrera com o esforço um desvio de útero. Não pude continuar a trabalhar. Fiquei de cama desde esse dia. (PAGU, 2005, p. 107)

A que ponto a mulher deveria chegar para ser realmente aceita como “igual”? Sua capacidade intelectual não fazia diferença alguma. Ao contrário, parecia, propositalmente, ser ignorada. Ela deveria comprovar-se igual justamente em sua maior diferença com o homem: na força física.

E, é aí, nas cruciais diferenças biológicas que, mesmo tendo conquistado seus direitos civis, “confirma-se” para a sociedade falocêntrica o “devido lugar” da mulher: o lar. Já que, desprovida de independência, agressividade e dominância, é na esfera familiar que seus “reais” atributos (a sensibilidade, emocionalidade e gentileza) são efetivamente úteis.

⁵ OLIVEIRA, Rosiska D. *Elogio da Diferença: o feminismo emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Mas, quando Simone de Beauvoir declarou em sua obra *O Segundo Sexo* (1980), que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, inaugurando o feminismo existencialista, compreendeu-se que o ser mulher é uma construção cultural, elaborando-se o programa de: “viver as diferenças na igualdade”. Assim, buscou-se a desconstrução da premissa da fragilidade natural da mulher. Ou seja, a desigualdade não é natural e sim a diferença que é biológica.

Podemos perceber que a condição da mulher, apesar de ainda muito inferiorizada, já obtinha avanços, lentos, mas disseminados por todos os lados. As diversas correntes do feminismo desde o século XVIII sempre questionaram o lugar das mulheres enquanto objetos masculinos. Mas dizer que mulheres são efetivamente “objetos” para homens significa que eles, como sujeitos do conhecimento e da ação, observam as mulheres como meras “coisas” manipuláveis e passíveis de posse.

O feminismo propiciou não apenas uma mudança de postura das próprias mulheres - uma vez que puderam, elas mesmas, tornar-se “sujeitos” de suas próprias vidas -, como um novo lugar na história e um novo olhar do outro sobre elas. Principalmente, a maneira como eram vistas foi o que entrou em colapso com os movimentos feministas, mesmo que, contemporaneamente em algumas sociedades, ainda se identifique a mulher como a procriadora, sem garantir-lhe outras funções muito além dos afazeres domésticos. Apesar das mulheres terem alcançado determinados espaços no mundo tidos antes como exclusivamente masculinos, elas sofrem ainda, em certos níveis, com a opressão e a discriminação - tanto no mundo público como no privado. Como Araújo e Ferreira (2000) afirmaram, parece que a modernidade faz um convite às mulheres para participarem da vida social e, ao mesmo tempo, as rejeita.

O que podemos observar através das teorias feministas é a análise das representações das mulheres que elas propiciam. Os feminismos contemporâneos defendem a não existência do grupo representativo que antes entendíamos por “mulheres”, buscando assim, a compreensão de uma não-identidade, o direito de não pertencer a um estereótipo: o de “mulher”.

Porém, uma vez libertada dos estereótipos que por tanto tempo foram indissociáveis de seu ser - dócil, frágil, ignorante, emocionalmente instável ou endemoniada -, agora a mulher se vê vinculada a um novo, e ainda mais pesado estereótipo: o de “super mulher”.

Mas, para ser considerada Mulher “útil” e admirável aos olhos do outro, digna de respeito, esta deve preencher os requisitos que comprovem constantemente seu “poder” (de super mulher) - pois, manter o equilíbrio entre trabalho, afazeres domésticos, família, educação dos filhos, vida sexual ativa e satisfatória com o esposo, não é para “qualquer uma”.

Desta forma, a mulher passa de “bibelô de luxo” e objeto sexual reprodutivo à companheira perfeita. Sobrecarregando-se de responsabilidades, sim, porém, com uma liberdade psicológica, física e sexual jamais imaginada.

1.2 GÊNEROS E PODER

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “feministas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas.

(BOURDIEU)

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que o “homem” e a “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.

(SCOTT)

Quem imaginaria que um dia uma garota “bem nascida” poderia optar entre seguir os caminhos pré-determinados por seus progenitores (ou tutores legais) e seus próprios caminhos? Deixar de obedecer à voz paterna, privar-se das regras de um marido, de uma sociedade machista e seguir seus próprios instintos, seus próprios desejos, ser quem quisesse ser. Nem que fosse prostituta. Difícil imaginar isso em outros tempos e, até mesmo hoje, com toda “liberdade” que a mulher conquistou. “Liberdade”, entre aspas, porque mesmo fazendo o que quer em seu íntimo, muitas mulheres parecem ainda aprisionadas ao poder que o gênero masculino sempre exerceu sobre elas.

Ainda não se tem claro o que realmente conceitua “gênero”. O termo gênero tem sido usado desde 1970 para se teorizar a questão da diferença sexual. A palavra gênero passou a indicar uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Assim, muitos acreditam que a questão se resume à distinção entre os sexos quando, na realidade, como Soihet (1998) afirma, o gênero se tornou, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais”- a criação inteiramente social dos ideais sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (p. 279). Ou seja, na verdade, tal conceito é baseado nas relações de masculinidade e feminilidade definidas por mútua oposição, que em uma espécie de relação de poder. Débora Thomé Sayão nos elucida,

a simples observação dos órgãos externos “diagnostica” uma condição que deve valer para toda a vida. Passamos a ser homens ou mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vêm se acirrando ao longo da história humana, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matizes. (SAYÃO, 2003, p. 122)

Desta forma, ninguém nasce realmente homem ou mulher. Saffioti (1992) afirma que são os seres humanos que escolhem o seu próprio gênero (p. 188) - uma vez que não são passivos - através de formulações sociais e culturais. Ou seja, segundo Scott (2004), o gênero dá ênfase a um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por este. Sendo assim, masculino e feminino são representações sociais, não fixas, nem estáveis, e que estão constantemente sujeitas a disputas políticas pela atribuição de tais significados. Assim, talvez o gênero possa ser o primeiro campo de articulação de poder: “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, e o primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 2004, p.14). Mas, o que seria este “poder”? Segundo Foucault,

tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras [...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 1999, p. 183)

Esta conceituação de poder elaborada por Foucault nos ajuda a compreender as relações de gênero (e não de sexo) também como relações de poder. Saffioti (1990) expõe que

a opção feita por se trabalhar com o conceito de relações de gênero, ao invés de relações sociais de sexo, justifica-se porque:

O termo gênero está linguisticamente impregnado do social, enquanto é necessário explicitar a natureza social da elaboração do sexo. O conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar. (SAFFIOTI, 1990, p.6-8)

O conceito de gênero auxilia na compreensão de como são usadas, cotidianamente, as imagens do masculino e do feminino. Assim como a entender e explicar de que maneira essas representações são articuladas de acordo com interesses, relações e situações. Tal conceito também permite desnaturalizar as diferenças entre estes dois seres (homem e mulher) e observar como elas são construídas e reconstruídas socialmente, ou seja, através da prática social.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, em seu texto *A dominação masculina* (1998), afirma que a dominação de gênero se estabelece no centro da economia das trocas simbólicas. Sendo assim, faz vítimas tanto entre mulheres quanto entre homens (p. 24). Segundo o autor, nosso capital cultural se encontra inscrito em nosso corpo e é em nosso corpo que se inscrevem as disputas de poder, tornando-o a materialização da dominação. Neste sentido, Saffioti pondera:

A relação dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no polo de dominada-explorada. Ao contrário, integra essa relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois polos da relação existe poder, ainda que em doses desiguais. Não se trata de uma hierarquia, mas de uma contradição. [...] Como na dialética entre o senhor e o escravo, homem e mulher jogam, cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania. (SAFFIOTI, 1995, p. 183)

Sendo assim, é o meio social que nos define e que também irá definir, na conjuntura de nosso desenvolvimento, se iremos dominar ou se seremos dominados. Consequentemente, são essas representações sociais, engendradas pelo capital simbólico, que definem a mulher como o sexo frágil, o ser menos capaz, inferior, e o homem como viril, forte, o ser superior. E nesta construção o que é simbólico avança para o político e se torna a realidade objetivada. Ou seja, a subjetividade abarca a idealização objetivada por meio das instituições formadoras de consciência, como se esta fosse formada por uma unidade inquestionável de sentindo. Bourdieu (2002) esclarece:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’.. (BOURDIEU, 2002, p. 11)

Porém, enquanto para Bourdieu parece haver apenas pontos negativos para ambos os lados (masculino e feminino) nesta forma de relação, Michelle Perrot (professora de História Contemporânea), observa, em *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (1988), algo de positivo nesta relação estabelecida socialmente entre homens e mulheres. A autora percebe aí uma possibilidade das mulheres exercerem “poderes”, ou finalmente, algum poder (1988, p. 167). Relativizando, assim, o poder masculino, desmistificando a ideia de uma dominação unilateral universal – como “prega” Bourdieu. Segundo este autor, a dominação masculina é universal, porque seus esquemas se acham,

inscritos na objetividade das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as ‘naturalizam’, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos e cósmicos. (BOURDIEU, 2003, p. 16)

Bruna e Pagu têm em comum entre seus inúmeros Eus, suas múltiplas identidades, uma relação muito forte com seus corpos. Também a raiz da maioria de seus conflitos está no corpo. Tanto em uma como em outra, o corpo é como um “campo de batalha” no qual lutam com o mundo e com suas próprias mentes. É o corpo que se satisfaz e que sofre com suas escolhas. Assim como também é o corpo que está entre elas e a definição de quem são, e de quem realmente querem ser. Seus corpos eram as “armas” que lhes determinava dominar ou serem dominadas – a única arma que por muito tempo parece terem tido a grande maioria das mulheres.

Foi o corpo de Pagu e de Bruna que lhes concedeu “liberdade” e que também às aprisionou. Era o corpo que envolvia a maior prova a que Pagu foi posta pelo partido: para conquistar definitivamente o respeito pelos companheiros, deveria provar o que estava disposta a fazer “pela causa”. Deveria trocar sexo por informação: “- Você não parece inteligente... – e, depois de um silencio. – Na cama, ele dirá tudo. E você terá o que quiser” (PAGU, 2005, p. 126). E, uma vez que ousou opor-se, ela obteve como resposta:

- Agora a burguesinha quer fazer escândalos. Sente aí e saiba conversar. Se você tem tanto escrúpulo assim pelo sexual, você poderá prescindir dele. Com inteligência,

você poderá obter tudo sem dar nada. Os homens são uns idiotas e você, se quiser, poderá tirar tudo deles. (PAGU, 2005, p. 128)

Bruna, quando menina era aprisionada pelo complexo que tinha de seu corpo, mais tarde, descobriu justamente nele como se “libertar”: “achei no meu corpo, entre as pernas, a chave da liberdade e o meu ganha-pão” (SUFISTINHA, 2005, p. 15), para novamente, através dele, pelo sexo, pelo consumismo exagerado e pelas drogas, aprisionar-se: gastava tudo que ganhava em roupas, festas e drogas, e para sustentar seus vícios chegou a fazer 10 programas por dia – o que nas palavras da própria Bruna “beira a insanidade” (p. 54).

Segundo Perrot (1998), as mulheres exercem seu poder no cotidiano, sutilmente, nos bastidores, escapando da dominação masculina e “criando elas mesmas o movimento da história” (p. 187). Para a autora, não existem limites estanques entre o público e o privado: “As fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram. Elas mudam com o tempo”, (1988, p. 176), assegura. E Sayão, mencionando Soihet, reafirma, “mesmo pensando a dominação masculina a partir do aspecto simbólico, existem explicitamente formas de ação que resistem à importância do sistema e fissuram, causam rupturas no poder dominante” (SAYÃO, 2003, p. 138). Ou seja, “a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vagarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permita deslocar ou subverter a relação de dominação.” (SOIHET, 1998, p. 85). Segundo Soihet, a resistência ou, as fissuras nesta forma de dominação, não necessariamente aparecem no discurso ou apresentam explicações claras e objetivas:

Elas nascem no interior do consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação é reempregada para marcar uma resistência. Assim, definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina contra o seu próprio dominador. A noção de resistência torna-se, dessa forma, fundamental nas abordagens sobre as mulheres. (SOIHET, 1998, p.85)

Ou seja, antes de apenas lamentar, discutir e argumentar contra a dominação masculina, seria interessante perceber e reconhecer que a mulher, há tempos, já vem tomando atitudes contra essa situação. A mulher, através do movimento feminista, já encontrou o começo do caminho para a mudança, ela já vem conquistando espaços de participação social e política, e lutando pela igualdade de direitos, mesmo ainda persistindo vários vestígios de incorporação da violência simbólica:

No espaço aberto por este debate, posicionadas ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvido pelos/as pós-estruturalistas, as feministas não só começaram a

encontrar umas vias teóricas próprias; elas também encontraram aliadas/os acadêmicas/os e políticas/os. É dentro deste espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria analítica. (SCOTT, 1998, p.71)

Saffioti (1995) ainda salienta que “não basta que um dos gêneros conheça e pratique as atribuições que lhe são conferidas pela sociedade; é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades e direitos do outro gênero” (SAFFIOTI, p. 193). Um dos principais intuitos dos estudos de gênero consiste, justamente, em desnaturalizar hierarquias de poder baseadas em diferenças de sexo. Assim como estabelecer a distinção entre natural/biológico para destacar os essencialismos que sustentam argumentos biologizantes para desqualificar as mulheres - corporal, intelectual e moralmente. Desta forma, a “luta” de gênero não implica em romper o elo estrutural, social/cultural, mas em emancipar as mulheres partindo da rejeição de uma situação onde lhes são negadas condições dignas a sua existência (LINS, 2006).

1.3 A MULHER NESTE CONTEXTO

cada vez que um psicanalista, depois de Freud, sustentar que existe um ponto impossível de se desvendar sobre o querer das mulheres, devemos lhe responder como Sócrates: ‘indaga-te a ti mesmo...’ Pois só o que um homem recusa saber sobre o seu desejo é capaz de produzir o mistério sobre o objeto ao qual ele se dirige, o desejo de uma mulher.

(KEHL)

Ampliando os direitos de dispor do próprio corpo, de usá-lo como instrumento de conhecimento e de poder, Pagu foi livre, mas no fundo queria ser mãe e esposa. Bruna conquistou o direito a sua liberdade através de sua independência financeira, mas acabou se casando, “deixando a vida fácil”, porque no fundo também queria ocupar o lugar de esposa na vida de um homem – mulher digna de respeito. Ambas fugiram da tradição, mas acabaram, de certa forma, rendendo-se a ela. Lutaram tanto contra o poder masculino sobre suas vidas: primeiro de seus pais e depois dos homens que usaram seus corpos, porém, acabaram por se render à segurança e à “tranquilidade” que uma relação estável e tradicional ao lado de um homem pode oferecer a uma mulher.

Como já pudemos observar, as relações de gênero são permeadas pela dinâmica da dominação e do poder, mais especificamente, pelo exercício do poder através da dominação dos homens sobre as mulheres. Porém, como também já pudemos perceber pelo que foi postulado por Perrot (1988), não devemos observar esta dinâmica como unilateral, ou seja, como manifestando unicamente uma dominação masculina. Segundo Chauí (1985), a mulher deve ser analisada também como sujeito nesta relação, sujeito (na maior parte do tempo) dominado, heterônomo, não autônomo, mas sujeito. Porém, quando a mulher toma para si um “pouquinho das rédeas de sua vida”, o homem não observa com “bons olhos” esta nova situação.

Ficam nítidas as mudanças que ocorreram na sociedade com a instalação do modo de vida burguês, que desestruturou também os homens. Assim, a reconstrução do comportamento feminino se fez necessária aos olhos destes, não apenas para manter a estabilidade familiar como para reafirmar suas masculinidades abaladas, também pelas exigências de uma nova sociedade.

Kehl (2008) aponta, ao observar que mesmo nesse momento, com a masculinidade dos senhores *detentores da razão e do poder* abalada, nunca se questionou “o que é ser um homem” antes do fim do sec. XIX, e que este questionamento, posteriormente, manteve-se restrito às clínicas de psicanálise. Diferentemente do que ocorre com a mulher desde que esta se deslocou “de uma posição construída de modo a complementar e sustentar a posição masculina” (p. 24), ou seja, desde que a mulher se descobriu um ser independente e buscou por seu espaço no mundo.

Não existe A Mulher, universal transcendente ao conjunto de todas as mulheres. Assim como não existe O Homem também – mas esta segunda miragem, sustentada pelo significante fálico, parece encontrar uma ressonância imaginária que o conjunto das mulheres nunca será capaz de produzir. (KEHL, 2008, p. 28)

Peter Gay (historiador norte-americano nascido na Alemanha, conhecido como um dos mais importantes cultivadores da história social das ideias), citado por Kehl, crê que foi o casamento moderno nascido com o capitalismo, baseado no amor e em afinidades entre os cônjuges, o responsável pela importância e, conseqüentemente, pela preocupação que se deu à formação educacional da mulher - o que a levou ao início da construção de um discurso próprio. O silenciamento da mulher subalterna não cabia mais ao lado do homem moderno (GAY *apud* KEHL, 2008, p. 68). Este pensamento foi defendido também por Stendhal, escritor francês que se destacou sobretudo pela análise psicológica profunda de seus

personagens, em *Del'Amour* (1822), onde afirmou que manter a educação feminina defendida na primeira metade do século seria apenas do “interesse dos homens medíocres” (STENDHAL *apud* KEHL, 2008, p. 70).

O desejo por conhecimento e a curiosidade pela nova política que se instaurava, apesar de ainda pouco incentivados pela soberania masculina, levaram as mulheres a uma verdadeira “fúria de ler”, como chamou Kehl. Liam tudo que lhes caísse à mão. Buscavam por espaços entre os afazeres domésticos - estes que preenchiam, do início ao fim, com leituras agora privadas. Esses momentos de seus dias se tornaram de total prazer e satisfação,

o casamento burguês abriu espaço para uma invasão literária que enriqueceu o imaginário das mulheres, compensando frustrações, rompendo o isolamento em que viviam as donas de casa e, acima de tudo, dando voz às experiências isoladas das filhas e esposas das famílias oitocentistas. (KEHL, 2008, p. 79)

Para atender a toda essa demanda, a indústria folhetinesca e de romances destinados a essas leitoras cresceu repentinamente. Com isso, muita literatura caiu nas mãos dessas donas de casa e mães de família. E, é claro, que muitas vezes ocorreu que leituras sem orientação e equivocadas causaram problemas para a emancipação feminina. Um exemplo disso, que inclusive vem da ficção, é a imortalizada Emma Bovary de Flaubert que, por tão bem expressar essa ocorrência no universo feminino da época – como bem aponta Kehl – é capaz de traduzir uma “espécie de paradigma de uma feminilidade em crise no séc. XIX” (KEHL, 2008, p. 77). É sabido pelos conhecedores da matéria que vem da personagem de Flaubert o termo *bovarismo*, utilizado pela psiquiatria para identificar: “ilusões do eu, fantasias de ser um outro, crença no livre-arbítrio, insatisfações” (p. 79) - formas de alienação produzidas pela nova sociedade, pautada pela produção industrial e pelo lucro.

Também nos “devaneios” cometidos por muitas mulheres podemos perceber o latente desejo por mudanças que nascia no íntimo da experiência feminina. As mulheres encontraram na leitura uma fuga para a escravidão da vida familiar e um incentivo para seus (no princípio e em alguns casos) devaneios de libertação: “a tragédia de Emma revela, sobretudo, o aspecto da dificuldade, específica das mulheres de então, em criar discursos que respondessem as suas necessidades expressivas emergentes” (KEHL, 2008, p. 105).

Kehl vê a mulher aqui, na literatura, e neste momento, surgindo como expressão do sintoma das contradições produzidas pelos deslocamentos que transformaram a vida social depois das revoluções burguesas e da emergência das primeiras formas de capitalismo - e que foi conceituado, posteriormente, com a expressão denominada pela psicanálise de “histeria” -

mudanças de comportamento produzidas pela modernidade, consumada no séc. XIX (KEHL, 2008, p. 107).

Com o acesso à educação, à *liberdade* de pensamento e à busca por seu espaço, a mulher adquiriu um discurso próprio e o comentário só fez aumentar o poder em suas mãos. Muitos homens revelaram medo diante dessa constatação, o que leva a entender a urgência em (re) domesticar o sexo “frágil”. Algo que se comenta ainda nos dias de hoje é que a mulher adquiriu um “poder” para o qual não estava “capacitada”, talvez em decorrência dos séculos e séculos de submissão. “Adquiriu” o domínio de sua vida, mas não sabia bem o que fazer com ela – como a ficção nos mostra em Emma Bovary que, segundo Kehl (2008), apesar de toda sua mudança de comportamento “continuou sendo objeto de um discurso que ela não dominava, e fracassou na tentativa de tornar-se autora de seu próprio destino” (p.177). Vamos perceber que isso também ocorreu (de início) com a personagem real PAGU, que analisamos aqui. Tal como Emma, por não dominar exatamente um discurso que tinha tomado para si, ela foi objeto (inclusive sexual) de todos os homens a sua volta, ficcionais e reais - enquanto ela acreditava, ingenuamente, usá-los para alcançar seus objetivos. Também temos de concordar com Kehl quando afirma que Emma só teve real domínio sobre si própria ao decidir acabar com a própria vida; porém, diferentemente dos livros que lia, seu fim trágico não lhe garantiu vitória da tragédia contra a banalidade da existência, nem significou sucesso em seu “aprendizado de virilização” (p. 178).

E será que podemos dizer que Pagu e Bruna se tornaram autoras de seus próprios destinos? E por que Emma, segundo Kehl, fracassou nesta empreitada? Será que realmente fracassou? Emma não teve o sucesso que pretendia com suas escolhas, mas praticamente tudo que ocorreu com ela foi decorrente destas escolhas que ela tomou, influenciada ou não. Se não foi Emma quem escreveu seu destino, parece-nos que o único outro responsável possível seria Flaubert – o autor empírico da personagem. No caso de nossas heroínas, Patrícia e Raquel, diante de tanta personalidade e ousadia perante a vida, de tanta atitude, escolhas – e escolhas conscientes -, não há como conceder a responsabilidade por quem se tornaram a outro – a não ser que de uma forma ingênua ou existencialista, religiosa, se “jogue” a responsabilidade a Deus ou a uma “força maior”. É óbvio que há influências do outro, do meio, de ideologias... Mas, a tomada de decisão, as escolhas são pessoais, ainda mais quando se tratam de personalidades tão ímpares.

Pagu pode ter nascido Patrícia, ou não, o fato é que não nascera *Pagu*. A princípio quem existia era uma menina ousada demais para seu tempo, irreverente e corajosa que, influenciada pelo meio, por suas leituras, pelos acontecimentos que ocorriam ao seu redor, encantou-se pelo seu momento histórico e **resolveu** fazer parte dele. E, em meio aos modernistas e ao Partidão, nasceu *Pagu*. Esta “menina” criou *Pagu* porque *Pagu* se encaixava perfeitamente naquele novo meio. Mas tanto o meio quanto *Pagu* decepcionaram a menina. Destruíram suas ilusões de “mundo perfeito”. E o que a menina fez? “Matou” *Pagu* e renasceu *Patrícia*. Provavelmente ela tinha consciência de que o meio exerce grandes influências em quem nós somos, e por isto mesmo tratou de “mudar de meio” para conseguir se “recriar”. Escolha de mudança e de meio que petence a **ela**. O meio anterior instigou nela o desejo de mudança, mas a atitude foi sua, somente sua. Parece-nos que não há relevância para os motivos que levaram a tal mudança, são unicamente as suas escolhas que lhe concedem a autoria de seu destino. Algo muito parecido com o que ocorre com Bruna. Quando menina, o meio a machucou demais, fazendo com que desejasse ser outra. E nasce Bruna. Mas Bruna também se machucou em seu novo meio. E Bruna “morre” para nascer Raquel. Escolhas de “entrar” na ede sair da prostituição são **dela**.

Diante de todo o observado, torna-se interessante reconhecer a literatura como um meio possível às mulheres de se expressarem, falarem e escreverem sobre si mesmas. E, assim, demonstrarem que as suas experiências são únicas, e que, portanto, não é apenas a diferença entre os gêneros que importa, mas “as diferenças”. Podemos perceber que, através da literatura, as mulheres, produzindo sua própria subjetividade, também reinventam uma identidade.

1.4 COMO SE CONSTROEM AS IDENTIDADES

Eu estou dentro do que vê. Eu estou dentro de alguma coisa que faz a ação de ver. Vejo que essa coisa vê algo que lhe traz sofrimento. Caminho sobre a coisa. A coisa encolhe-se.

(HILDA HILST)

O que é esse “eu” que sou – pessoa, agente ou ator, eu – e que faz com que ele seja o que é?

(JONATHAN CULLER)

Segundo a psicologia clínica, a identidade de um indivíduo pode ser definida como: um conjunto de características próprias e exclusivas deste indivíduo, permitindo-lhe perceber-se como sujeito único, tornando-o capaz de diferenciar o “eu” e o “outro”. Para Pierre Tap, professor de Psicologia Social na Universidade de Toulouse-Le-Mirail, a identidade configura-se em,

um sistema de representações de si, isto é, um conjunto de características físicas, psicológicas, morais, jurídicas, sociais e culturais e a partir das quais a pessoa pode se definir, se conhecer e se fazer conhecer, ou a partir das quais o outro pode defini-la, situá-la ou reconhecê-la. (TAP, 1979 *apud* MOREIRA e OLIVEIRA, 2000)

Já, a psicanálise, mais precisamente, Sigmund Freud, não percebe o sujeito apenas como uma essência singular, “mas como produto de mecanismos psíquicos, sexuais e linguísticos que se entrecruzam” (CULLER, 1999, p. 108). Porém, Jonathan Culler, teórico literário, que trata mais precisamente da matéria à qual nos dedicaremos - o texto – questiona, em sua obra, *Identidade, Identificação e o Sujeito* (1999), se o “eu” (a identidade) seria algo já dado ao indivíduo ou construído, e ainda, se essa concepção se realizaria em termos individuais ou sociais. A partir de suas análises, o autor acredita que é possível encontrar uma combinação do social e do construído - o que enfatiza que o sujeito se torna o que é a partir das variadas posições que ocupa na sociedade (CULLER, 1999, p. 107).

Observando essa questão da construção da identidade, primeiramente, em uma das protagonistas das histórias que analisamos, Pagu, começamos nos questionando quanto ao fato de que a autora, por demonstrar suas características mais marcantes – a irreverência, a ousadia e a autenticidade - desde muito cedo poderia ser considerada como já tendo nascido com algo dado? E depois simplesmente foi aprimorando, reconstruindo, sob a influência do meio, algo que já lhe era inato? Se assim fosse, parece-nos que haveria mais uma combinação na teoria de Culler a ser feita: o já dado e o construído através do social. Mas, antes de tirar qualquer conclusão, observemos mais a respeito do processo identitário.

Este sujeito, do qual Culler nos fala (construído socialmente), pode ser facilmente identificado com outro, conceituado pelo teórico cultural Stuart Hall, o sujeito descentrado, de

identidade fragmentada e flutuante⁶. Outro autor que trata também desta conceituação de sujeito é Zygmunt Bauman (2005). Este a define, ao relacioná-la com o que ele chama de “modernidade líquida” - um novo mundo criado a partir da industrialização e do capitalismo, em que tudo é ilusório, onde a insegurança reina pelos conflitos causados pela *vida em sociedade*. Bauman afirma que as identidades a cada dia se tornam ainda mais ambivalentes, “não” necessitando mais de coerência, ou preocupação. A instabilidade é uma de suas maiores identificações. Assim:

Para a grande maioria dos habitantes do líquido mundo moderno, atitudes como cuidar da coesão, apegar-se às regras, agir de acordo com precedentes e manter-se fiel à lógica da continuidade, em vez de flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração, não constituem opções promissoras. (BAUMAN, 2005, p.60)

Já Kanavillil Rajagopalan(2003) demonstra uma preocupação especial em relacionar a construção da identidade com a linguagem do indivíduo. Para o autor, a globalização é um determinante fator na reviravolta dos padrões tradicionais de conceituação da identidade, assim como do grau de “autenticidade” e das formas de uso que o indivíduo faz de sua língua. Segundo Rajagopalan, a construção da identidade se dá por meio da linguagem, uma vez que as línguas são a própria expressão de identidade de quem delas se apropria e, assim sendo, pode-se dizer que ela é (re) construída a todo o momento, estando sempre em estado de fluxo. Rajagopalan ainda afirma que a identidade só se torna possível quando o indivíduo consegue ler a palavra e, por conseguinte, o mundo em que vive.

Desta forma, conforme os apontamentos de Rajagopalan (2003) a cerca da linguagem no processo identitário, podemos concluir também que outro fator possui importante papel aí: a escrita de si. O sujeito se torna capaz de definir a si mesmo a partir do momento não só que ele *consegue ler a palavra e, por conseguinte, o mundo em que vive*, mas em que ele consegue colocar-se através da palavra no mundo em que vive. Ou seja, quando o indivíduo, em especial aqui, o subalterno, “ganha voz” e torna-se parte do todo, passa a “ser alguém”.

⁶Hall desenvolveu uma interessante análise em *A identidade cultural na pós-modernidade* (1992) sobre a formação da identidade cultural no mundo transitório dos tempos atuais, na qual ele conceitua três concepções de identidade: o sujeito do iluminismo, aquele centrado, unificado, individualista, que mantém o centro de sua vida em seu próprio Eu; sujeito sociológico, que possui a identidade formada pela interação com o ambiente social - o seu núcleo é também centrado, porém, sofre influência do mundo exterior; e, finalmente o sujeito pós-moderno, fragmentado (descentrado), que tem a identidade composta de várias significações, podendo ser até contraditórias ou não resolvidas.

Culler (1999) nos lembra de um veículo que sempre se preocupou com estas questões de identidade e que, de forma explícita ou implícita, sempre trouxe consigo respostas a estas questões: a Literatura. Segundo o autor, “a literatura narrativa especialmente seguiu os destinos dos personagens à medida que eles se definem e são definidos por diversas combinações de seu passado, pelas escolhas que fazem e pelas forças sociais que agem sobre eles” (CULLER, 1999, p. 108). Será que podemos observar o processo de construção da identidade sugerido por Culler para as personagens fictícias nas personagens reais analisadas por nós aqui, Bruna e Pagu? Vejamos...

Sabemos que a jovem musa do Modernismo nunca seguiu padrões tentando enquadrar-se em um modelo já pronto de mulher. Ainda criança, já demonstrava uma personalidade forte, cheia de desejos, aspirações e atitudes consideradas impróprias para sua idade. Assim, podemos perceber que é a junção de quem ela “era” no passado com as experiências adquiridas no meio em que passou a viver e suas escolhas feitas que acabaram por definir Pagu. Segundo Freire (2008), Pagu:

O tempo todo fez escolhas, não seguia a corrente. Exercendo mesmo quando lhe negavam esse direito em nome da família, da pátria, das tradições, do pudor – o direito de fazer as escolhas em que acreditava, muitas vezes por entre o claro-escuro das contradições, dos desastres, das incertezas, da dúvida, da solidão. (FREIRE, 2008, p. 19)

Mas e quem ela “era” antes, essa menina irreverente que possibilitou esta combinação? De onde veio? Como se formou?

Para Culler, é facilmente visível como se formam as identidades através dos vários modelos que a literatura nos traz, e é através da literatura que o autor pode auxiliar no esclarecimento de mais algumas questões acerca do processo identitário, como também, das que ainda nos restavam dentro de sua teoria:

Há narrativas em que a identidade é essencialmente determinada pelo nascimento... Em outras narrativas, os personagens mudam de acordo com as mudanças em seus destinos, ou então a identidade se baseia em qualidades pessoais que são reveladas durante as atribuições de uma vida. (CULLER, 1999, p. 109)

Voltando novamente às duas primeiras questões anteriormente levantadas por Culler (1999) sobre identidade - “se o ‘eu’ (a identidade) seria algo já dado ao indivíduo ou construído e ainda, se essa concepção se realizaria em termos individuais ou sociais” -, talvez possamos esclarecê-las através da concepção de Tap, que entende a identidade como o conjunto de representações, sentimentos e opiniões que o sujeito tem sobre si mesmo (1979,

apud MOREIRA e OLIVEIRA 2000). Tap ainda afirma que este sujeito só assume suas posições na sociedade e constrói seu lugar no mundo através da apropriação da cultura e das instituições sociais mediadas pelo outro. Sendo assim, podemos perceber a identidade como uma formação das relações sociais na medida em que o sujeito se apropria de regras, valores, normas e formas de pensar de uma cultura. Culler nos dirá que não apenas ambas as concepções (individuais e sociais) estão amplamente representadas na literatura como trazem suas complicações e enredamentos (1999, p. 109).

Segundo Culler (1999), “o poder das representações literárias depende de sua combinação especial de singularidade e exemplaridade” (p. 110). Desta forma, a literatura não apenas nos ajuda na identificação de como se constroem as identidades como interfere na construção da identidade de seus leitores: “as obras literárias encorajam a identificação com os personagens, mostrando as coisas do seu ponto de vista” (CULLER, 1999, p. 111). O autor ainda expõe: “Diz-se que a literatura corrompe através de mecanismos de identificação” (1999, p. 111).

Aplicando a teoria de Culler às duas mulheres aqui citadas, Bruna e Pagu – sujeitos de nosso objeto de estudo -, podemos perceber que todas as possibilidades que o autor levanta a respeito do processo identitário podem ser facilmente combinadas entre si para chegar a um “resultado final”, a identidade de alguém. No caso de Pagu, agora nos parece claro: a menina nasceu com determinadas características que são marcantes. Conforme a vida da jovem foi mudando, a partir das escolhas que foi fazendo, suas qualidades pessoais foram aflorando ou se acentuando - segundo as necessidades da vida. Já, na trajetória da protagonista da outra história que analisamos, parece ocorrer algo diferente.

Bruna, ou Raquel Pacheco era uma menina “boazinha”, doce e ingênua, incapaz de qualquer ato de reprovação (segundo ela própria). Na juventude, começa a despertar uma rebeldia “sem justificativa”, sem causa, que, uma vez combinada a uma insatisfação constante com “quem” ela era e com o meio em que vivia, “levou-a” a “deslizes” como roubar quantias altas da mãe, assim como à decisão de mudar radicalmente, deixando a vida em família para se ver em meio às incertezas que a prostituição tinha a lhe oferecer.

Em Pagu, vemos rumos alcançados por escolhas ao “acaso”, que foram se fazendo presentes no decorrer da vida. Na história de Raquel, percebemos uma escolha preponderando sobre um destino “certo”. Será que poderíamos dizer que temos aqui uma identidade

construída de forma consciente? Ou seja, propositalmente? Difícil de afirmar. O que podemos dizer é que, pelo menos, uma noção Raquel tinha de quem se tornaria, ou melhor, de quem ela seria para os outros, quando decidiu adentrar na prostituição.

1.5 A CONSTRUÇÃO DO “EU”

Contemporaneamente, alguém ousaria dizer que um ser humano pode ser uno? Que ele pode possuir uma unificação, uma centralidade absoluta? Possuir uma única identidade e mantê-la até o fim da vida? E diante de toda a gama teórica construída ao longo da história a esse respeito, cremos que nenhum ser (em sã consciência) seria capaz de tal afirmativa sem um muito bem articulado discurso. O filósofo Gilles Deleuze e o psiquiatra Félix Guattari se colocaram justamente contra essa unificação:

A noção de unidade aparece unicamente quando se produz numa multiplicidade uma tomada de poder pelo significante ou um processo correspondente de subjetivação: é caso da unidade pivô que funda um conjunto de correlações biunívocas entre elementos ou pontos objetivos, ou do Uno que se divide segundo uma lei de lógica binária de diferenciação no sujeito. (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 17)

Se acreditássemos na existência de uma unificação, como explicaríamos as transformações ocorridas em Pagu e Raquel no decorrer de suas vidas? As mudanças de atitudes e de comportamentos?

Através de estudos acerca da linguagem, vários pensadores já afirmaram que o EU total e unificado não existe, que não passamos de construção e reconstrução constantes. E, sendo assim, um fator primordial se faz presente neste processo: a desconstrução ou deterritorialização. Mas, para que possamos compreender melhor este processo de desterritorialização, vejamos primeiramente o que os autores entendem por território,

acho que Félix e eu criamos um conceito que se pode dizer que é filosófico, com a ideia de território. Os animais de território, há animais sem território, mas os animais deterritórios são prodigiosos, porque constituir um território, para mim, é quase o nascimento da arte. Quando vemos como um animal marca seu território, todo mundo sabe, todo mundo invoca sempre... as histórias de glândulas anais, de urina, com as quais eles marcam as fronteiras de seu território. O que intervém na marcação é, também, uma série de posturas, por exemplo, se abaixar, se levantar.

Uma série de cores, os macacos, por exemplo, as cores das nádegas dos macacos, que eles manifestam na fronteira do território... Cor, canto, postura, são as três determinações da arte, quero dizer, a cor, as linhas, as posturas animais são, às vezes, verdadeiras linhas. Cor, linha, canto. É a arte em estado puro. E, então, eu me digo, quando eles saem de seu território quando voltam para ele, seu comportamento... O território é o domínio do ter. É curioso que seja no ter, isto é, minhas propriedades, minhas propriedades à maneira de Beckett ou de Michaux. O território são as propriedades do animal, e sair do território é se aventurar. Há bichos que reconhecem seu cônjuge, o reconhecem no território, mas não fora dele. (DELEUZE, em entrevista à Clair Parnet em vídeo, 1988⁷)

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 323).

Cabe perguntar de que forma se efetivaria tal processo? Segundo Deleuze e Guattari (1997), antes de se observar como se dá a desconstrução (ou o abandono dos territórios humanos, quais são os seus componentes, seus agenciamentos e suas intensidades), devemos entender o processo de construção. Juntamente com o processo que os autores decidiram chamar de “desterritorialização” – o sair de uma “zona de conforto” rumo ao conflito, ao caos, para se dar continuidade à constante atualização do múltiplo que compõe um existir permanente.

construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. [...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (DELEUZE, em entrevista à Clair Parnet em vídeo, 1988⁸)

Tal conceito foi alcançado pelos autores quando se encontravam imersos em seus estudos sobre as multiplicidades que envolvem o comportamento humano. Estudo que acabou por se denominar *Rizoma*, publicado inicialmente em *o Anti-Édipo* (1972), e desdobrado sobretudo em *Mil Platôs* (1980).

⁷ Vídeo disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=cTKrw2Y3uqI&feature=related>

⁸ Vídeo disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=cTKrw2Y3uqI&feature=related>, também transcrita e traduzida para o português em *O Abecedário de Gilles Deleuze*, disponível em [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:JKE4C5glZlCJ:www.oestrangero.net/esquizoanalise/67-o-abecedario-de-gilles-deleuze+constru%C3%ADmos+um+conceito+de+que+gosto+muito,+o+de+desterritorializa%C3%A7%C3%A3o+\(...\) +precisamos+%C3%A0s+vezes+inventar+uma+palavra+b%C3%A1rbara+para+dar+conta+de+uma+no%C3%A7%C3%A3o+com+pretens%C3%A3o+nova.+A+no%C3%A7%C3%A3o+com+pretens%C3%A3o+no+va+%C3%A9+que+n%C3%A3o+h%C3%A1+territ%C3%B3rio+sem+um+vetor+de+sa%C3%ADda+do+territ%C3%B3rio,+e+n%C3%A3o+h%C3%A1+sa%C3%ADda+do+territ%C3%B3rio,+ou+seja,+desterritorializa%C3%A7%C3%A3o,+sem,+ao+mesmo+tempo,+um+esfor%C3%A7o+para+se+reterritorializar+em+outra+parte.+ \(DELEUZE,+em+entrevista+em+v%C3%ADdeo\)&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:JKE4C5glZlCJ:www.oestrangero.net/esquizoanalise/67-o-abecedario-de-gilles-deleuze+constru%C3%ADmos+um+conceito+de+que+gosto+muito,+o+de+desterritorializa%C3%A7%C3%A3o+(...) +precisamos+%C3%A0s+vezes+inventar+uma+palavra+b%C3%A1rbara+para+dar+conta+de+uma+no%C3%A7%C3%A3o+com+pretens%C3%A3o+nova.+A+no%C3%A7%C3%A3o+com+pretens%C3%A3o+no+va+%C3%A9+que+n%C3%A3o+h%C3%A1+territ%C3%B3rio+sem+um+vetor+de+sa%C3%ADda+do+territ%C3%B3rio,+e+n%C3%A3o+h%C3%A1+sa%C3%ADda+do+territ%C3%B3rio,+ou+seja,+desterritorializa%C3%A7%C3%A3o,+sem,+ao+mesmo+tempo,+um+esfor%C3%A7o+para+se+reterritorializar+em+outra+parte.+ (DELEUZE,+em+entrevista+em+v%C3%ADdeo)&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)

Em *Mil Platôs* (1997), Deleuze e Guattari observam que ocorre uma anulação mútua na relação entre sujeito e objeto. Afirmam que se EU crio um conceito de um objeto (ou outrem), automaticamente me anulo, pois, o objeto conceituado por mim contém a potencialidade também de me definir como outrem (ou, um não-EU). Sendo assim, no momento que eu digo que isso é uma mesa, eu determino que a mesa seja o não-EU, e eu sou a não-mesa. Porém, “não-mesa” não contém todos os elementos que me definem como EU. Diante disto: “Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos aspirados, multiplicados” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 11).

Então, parte-se em busca não somente ao ponto onde não se diz mais EU, mas onde não se tem mais importância dizer ou não dizer EU. Isto porque pensar em apenas EU é limitador, não permite multiplicidade – da qual não há como fugir. Pois, antes de mais nada, para se ter uma noção de outro, cria-se um conceito, e desse conceito se extrai um rosto, porém, antes ainda, existe um conceito pré-determinado de rosto, e antes deste conceito, existe outro de humano, e assim por diante... Então, primeiramente, subjetiva-se a ideia de outro, é o plano de consistência, a noção de unidade subjetivada.

Porém, existem infinitas possibilidades de subjetivação do que é esse outro, mesmo que através de uma significação dada a ele, parta-se de um mesmo ponto. Assim, a unidade opera em uma dimensão vazia, sendo que ela pode se dividir e transitar por várias outras também. Entretanto, a unidade é necessária para o agenciamento dos elementos que possibilitarão compor o conceito de outro.

Segundo os autores Deleuze e Guattari, o ser humano é confuso, múltiplo, e a confusão é a expressão da própria realidade, superando as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma. São essas multiplicidades que compõem o rizoma de Deleuze e Guattari, que vão tomando forma, apresentando-se como um todo extremamente fragmentado. Fragmentação esta que caracteriza a todos, como podemos observar pela experiência de Deleuze e Guattari: “Escrevemos o Anti-Édipo a dois. Como cada um de nós era vários, já era muita gente” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 11). O que não quer dizer que a reunião de todas essas multiplicidades vá levar a uma unificação, pois, segundo os teóricos mencionados, por mais que haja subjetivações, totalizações e unificações, os mesmos concluem que tais processos não são suficientes para supor uma unidade, uma totalidade ou tampouco remeterem a um sujeito (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 08).

Vale lembrar que, segundo os autores:

As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras. O plano de consistência é o fora de todas as multiplicidades. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 17).

O que ocorre então é a sobreposição de uma pluralidade, de um rizoma. A construção do pensamento através de conceitos não hierarquizados, sem centro, poder ou referências, aos quais os conceitos que constituem esse pensamento pudessem se remeter. O rizoma ocorre através de encontros e agenciamentos (componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária) das multiplicidades. O rizoma seria a organização da desordem, como um mapa cartográfico. Para melhor compreender a questão do território, ou a zona de conforto na qual o indivíduo se encontra e da qual será “arrancado” no processo de desterritorialização, vejamos:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 323).

Ou seja, o território é criado através dos agenciamentos. Se a criação do território se dá através de agenciamentos, há que se reconhecer, em primeiro lugar, que estes podem ser divididos em dois tipos: os agenciamentos coletivos de enunciação e os agenciamentos maquínicos de corpos (de desejo).

Os maquínicos (conteúdo) são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, corpos animais, cósmicos. Estes agenciamentos maquínicos de corpos condizem a um estado de mistura das relações entre os corpos em uma sociedade, é a relação construída entre eles, formando um só corpo de multiplicidades:

Um regime alimentar, um regime sexual regulam, antes de tudo, misturas de corpos obrigatórias, necessárias ou permitidas. Até mesmo a tecnologia erra ao considerar as ferramentas nelas mesmas: estas só existem em relação às misturas que tornam possíveis ou que as tornam possíveis. (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 31)

Já os agenciamentos chamados coletivos de enunciação (expressão), por sua vez, remetem aos enunciados, a um “regime de signos, a uma máquina de expressão, cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua” (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p.

32). Tais agenciamentos não dizem respeito a um sujeito, uma vez que a sua produção só pode se efetivar no próprio *socius*, através de um regime de signos compartilhados, da linguagem, de um estado de palavras e símbolos.

Porém, segundo os teóricos, há que se atentar que, por mais que um seja o conteúdo e o outro a expressão, não significa que um dependa do outro, que um seja a expressão do outro. Os dois estão em constante intervenção, movimento, percorrendo um ao outro. Sendo assim, o indivíduo pode territorializar-se em qualquer coisa desde que faça, ou permita, os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação.

Segundo Deleuze e Guattari (1997), podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual o território é abandonado, é a ação da linha de fuga; e a reterritorialização é o movimento de construção de um novo território (p. 24). Ou seja, no primeiro ato os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam, como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação.

Podemos observar o processo de desterritorialização em Pagu e Raquel da seguinte forma: quando as autoras param para contar suas histórias, “analisando” os fatos ocorridos durante suas trajetórias, elas saem de suas “zonas de conforto” (o momento que estão vivendo) para se depararem com o conflito de suas lembranças, muitas vezes doídas, vergonhosas e inquietantes. Elas deixam naquele instante os territórios que ocupam para alcançar outros, possíveis somente através deste processo de busca, análise e reflexão do que viveram, e de quem eram. E é só a partir da desestruturação, e muitas vezes, da destruição, que elas se tornam capazes da reconstrução ou da reterritorialização.

Se as personalidades que estudamos aqui se prendessem em um único EU, seria como se estivessem estagnadas, perdessem o movimento, deixando de evoluir humanamente. Afinal, observar-se como completo, perfeito e único, seria como se não houvesse mais em que pensar a seu próprio respeito. Não haveria análise a fazer. Não haveria busca por nada. Exatamente o inverso que encontramos nas obras das duas autoras. Ambas, demonstram-se múltiplas. Definem-se de várias formas, e até nos confundem com a troca constante de autonomeações: ora temos Bruna ora Raquel. Ora Patrícia, Pagu, Pathy...

Podemos observar desde o início da exposição dos conflitos internos das personagens, um devir incompreensível, um devir animal, uma predisposição natural para se tornarem algo diferente do que eram, tornarem-se “outro”. Segundo Deleuze e Parnet (1998):

Devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. Não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar. Tampouco dois termos que se trocam. A questão "o que você está se tornando?" "... é particularmente estúpida. Pois à medida que alguém se torna, o que ele se torna muda tanto quanto ele próprio. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, núpcias entre dois reinos. (DELEUZE – PARNET, 1998, p. 10)

Pela observação dos autores podemos afirmar que, o devir permite que se componha constantemente em nossos corpos algo de inusitado a partir do encontro com o outro. Há uma composição de afetos, uma mistura de corpos, constante entre indivíduos supostamente identificáveis e fechados em si mesmo. Desta forma, pode-se dizer que cada indivíduo pode ser definido a partir de uma lista de afetos e devires, ou seja, ele é, por si só, uma multiplicidade de acontecimentos que nunca cessam de assediá-lo e de gerar efeitos diferenciados em sua vida.

Deleuze e Guattari, em *Mil Platôs* (1997), afirmam que o devir animal “não se contenta em passar pela semelhança” e caminha para uma “irresistível desterritorialização” (p. 12). Está no “entre”, no “meio”. No devir não há evolução, mas sim, involução, simbiose, aliança, e é isso que constitui o rizoma (p. 19).

CAPÍTULO II – A ESCRITA DO “EU”

Escrever é a única maneira de viver, não a minha vida, esta vida que me escapa por entre os dedos a cada gole da minha sede. Escrever é escrever outras vidas, em outras dimensões, tempos paralelos. [...] Escrever é testemunhar, é mentir, é revelar, é engrupir, é purificar-se, é resistir, é matar, é assumir, é transladar, é omitir, é calar, é sorrir.

(GABRIEL PERISSÉ⁹)

Em determinados gêneros textuais, não há como alguém escrever e não se colocar no texto, nas palavras soltas no papel ou na tela. Parece mesmo que não há como escrever (qualquer coisa) sem expor particularidades - impressões, sentimentos, pensamentos, conclusões sempre estarão em tudo aquilo que expressarmos. Não há como fugir disso.

Assim, a partir deste momento vamos observar como se dá este processo da escrita do “eu”, como se tornam aparentes esses traços particulares do indivíduo, principalmente, quando este se dispõe a fazer, explicitamente, uma exposição total de seu ser.

2.1 O PROCESSO DA ESCRITA DE SI

Seria melhor que tudo fosse deglutido e jogado fora. [...] Talvez não valesse a pena a gente passear retrospectivamente. Sempre implica marcha à ré. Sou contra a autocritica. O aproveitamento se realiza espontaneamente, sem necessidade de dogmatização. [...] O meu corpo quer extensão, quer movimento, quer ziguezagues. [...] Talvez não devesse começar meu relato hoje. [...] Quero rolar na areia e esquecer... Se eu tivesse a certeza de que não me custaria nada falar, eu não falaria. [...] No fundo, eu penso na defesa dos detalhes, porque sei que os detalhes justificarão em partes minha maneira de ser. Ou não.

(PAGU)

Nesta introdução que Pagu escreve para seu “relato” (como ela mesma chama) a Geraldo, observamos uma pessoa meio confusa com relação ao que se propõem a fazer. A

⁹http://www.verdestrigos.org/sitenovo/site/cronica_ver.asp?id=385

autora deseja desnudar-se aos olhos de seu amado, mas, ao mesmo tempo, parece crer que tal ato - esse revirar de suas lembranças - pode causar-lhe um desgaste desnecessário. Talvez pudéssemos colocar assim: seu “coração” deseja a exposição total; sua “cabeça” não vê necessidade; porém, seu corpo anseia por tal movimento. E nessa confusão percebemos as multiplicidades que envolvem o ser humano agindo. Seria mais fácil “esquecer...”, ela declara. Mas, no fundo, Pagu expõe uma necessidade interior em desconstruir-se - “se eu tivesse a certeza de que não me custaria nada falar, eu **não** falaria” (PAGU, 2005, p. 51, grifo nosso) -, para só então, a partir da análise de si, refazer-se aos olhos do outro e se completar perante si mesma.

Nessa busca pelo encontrar-se da autora, percebemos a definição de identidade e a construção do Eu se fechando no relato memorialístico através do processo da escrita de si. Seguimos então, neste momento, com a tentativa de entender como se dá essa “escrita de si”, quais os elementos que a compõem, como ela se desenrola...

2.1.1 A ESCRITA COMO FORMAÇÃO PESSOAL

Eis uma coisa a observar para se ter a certeza de não pecar. Que cada um de nós note e escreva as acções e os movimentos de nossa alma, como que para no-los dar mutuamente a conhecer e que estejamos certos que, por vergonha de sermos conhecidos, deixaremos de pecar e de trazer no coração o que quer que seja de perverso. Pois quem consente ser visto quando peca, e após ter pecado, não prefere mentir para ocultar a sua falta? Não fornicaríamos diante de testemunhas. Do mesmo modo, escrevendo nossos pensamentos como se os tivéssemos de comunicar mutuamente, melhor nos defenderemos de nossos pensamentos impuros por vergonha de os termos conhecido. Que a escrita tome o lugar dos companheiros de ascese: de tanto enrubescermos por escrever como por sermos vistos, abstenhamo-nos de todo o mau pensamento. Disciplinando-nos dessa forma, poderemos reduzir o corpo à servidão e frustrar as astúcias do inimigo.

(SANTO ATANÁSIO)

Depois de Michel Foucault dedicar-se a um estudo aprofundado sobre a história da sexualidade, na década de 80, outra matéria passa a instigá-lo – a problematização dos processos de subjetivação do sujeito a partir “do entendimento de si”. Este posterior estudo leva o autor à observação do sujeito em sua relação consigo e com os outros e,

consequentemente, ao tema de uma conduta de vida. Segundo o autor, a Antiguidade - por propiciar pensar as formas de subjetivação enquanto práticas de liberdade - foi seu ponto de partida para tais estudos, por conta da decadência em que se encontrava a moral cristã no momento de suas observações (FOUCAULT, 1984 *apud* MOTTA, 2004).

O autor (1980-1981) afirma que os séculos, I e II, apresentam o período de maior desenvolvimento de uma “arte da existência”, constituído pelo que ele chama de “técnicas de si” - que seriam um conjunto de procedimentos relacionados ao domínio de si sobre si, através dos quais propiciavam-se a fixação, a manutenção ou até a transformação das identidades dos indivíduos em função de determinados objetivos (FOUCAULT, 1980-1981 *apud* DAHER, 1997, p. 109).

Em outro texto de Foucault, *A hermenêutica do sujeito* (2006), encontramos o episódio em que Serenus, um jovem provinciano que vai a Roma com o intuito de educar-se. Ele procura Sêneca, seu tio e um sábio, para pedir-lhe conselhos sobre qual filosofia deveria seguir para alcançar seu objetivo. Sêneca lhe apresenta dois caminhos: a religião (de cunho mais popular) e o cuidado de si (de cunho erudito).

Será que poderíamos concluir assim que ambos os “caminhos” instruem o indivíduo pela confissão? Podemos observar que, uma vez havendo a confissão, na prática sacramental cristã, o indivíduo deveria buscar o crescimento através da vergonha causada pela exposição de seus pecados, de suas falhas. Enquanto que na prática do cuidado de si, o objetivo seria o autoconhecimento, alcançado através da técnica da “produção da verdade”, capaz de levá-lo à subjetivação e, assim, à transformação deste indivíduo em sujeito.

Segundo Foucault (2009), comparando o ato da escrita de si - que é o que Patrícia Galvão empreende em suas páginas memorialísticas - com a prática da ascese cristã descrita em *Vida e conduta de nosso pai Santo Antônio*, de Santo Atanásio: “o constrangimento que a presença alheia exerce sobre a ordem da conduta, exercê-lo-á a escrita na ordem dos movimentos internos da alma” (FOUCAULT, 2009, p. 131). Ou seja, o desnudamento total de seu ser, este que só poderia vir à tona com o olhar de fora, com o *excedente de visão*¹⁰, o

¹⁰ Mikhail Bakhtin chamou de *excedente de visão* o princípio com o qual elaborou o conceito de *exotopia*: “Pelo princípio da exotopia, eu só posso me imaginar, por inteiro, sob o olhar do outro; pelo princípio dialógico, que, em certo sentido, decorre da exotopia, a minha palavra está inexoravelmente contaminada do olhar de fora, do outro que lhe dá sentido e acabamento” (TEZZA, 1995). Segundo Bakhtin (1992), o “acabamento” do homem é limitado por ele mesmo; esse processo somente ocorre de fora para dentro, depende do outro que o observa, o que leva a uma dependência em relação a esse olhar e a essa voz do outro. Assim, temos um horizonte que só pode ser completado a partir de outro horizonte, integrando a visão que nos falta sobre nós mesmos: “é o

olhar do outro. Afinal, há que se atentar que, neste momento, a Patrícia que analisava sua história e a escrevia não era mais a mesma Patrícia que viveu aqueles acontecimentos. No instante em que escrevia, esta Patrícia era um outro.

Importante lembrar que, no período analisado por Foucault - a Antiguidade -, a produção da subjetividade (a moral do indivíduo) se dava pela interiorização de valores e experiências, enquanto que, dentro da cultura cristã, o mesmo processo ocorria a partir da crença da existência prévia de uma interioridade que deveria apenas ser conhecida e controlada. Sendo assim, a partir das observações de Foucault (2006), percebemos que a ascese (a confissão) cristã é marcada por um apagamento de si através da vergonha, enquanto que, a ascese filosófica (erudita), visa à constituição de si mesmo, ou seja, o autoconhecimento. Porém, Foucault percebe a prática da confissão como sendo um exercício importante tanto para a religião quanto para o paganismo.

Foucault (2009), em seus estudos sobre a “cultura de si”, praticada na Antiguidade, encontra então no modo de subjetivação antigo/clássico, a ideia e a prática de um falar de si através da escrita. Essa espécie de confissão particular substituía o olhar do outro, e era uma forma disciplinadora de ações e pensamentos. O extrato do texto de Santo Atanásio, citado no início deste tópico, segundo Foucault, seria “um dos mais antigos que a literatura cristã nos terá deixado sobre este assunto da escrita espiritual” (FOUCAULT, 2009, p. 131).

A escrita pode ser observada neste momento como um exercício da formação pessoal. Além de trazer à memória os conhecimentos já adquiridos para serem reforçados e analisados é também uma forma de conservá-los. Tal processo também exercia a função de transformar discursos considerados “verdades” em ação. E, assim, surgem nos séculos I e II duas formas de escrita: os hypomnemata (prática de tomar notas sobre leituras, conversas, reflexões ouvidas, ou feitas pelo próprio indivíduo) e a correspondência (um exercício do Eu, que se utiliza da matéria dos hypomnemata, atuante não só sobre aquele que envia quanto sobre quem recebe).

outroque nos completa, que vê o que não podemos ver, assim como nós vemos no outro o que ele próprio não pode ver” (Bakhtin *apud* Tezza, 2001, p. 284).

2.1.2 O CUIDADO DE SI

Então, o cuidado excedente de si passou a ser encarado como princípio de uma conduta embasada por uma racionalidade moral, resultando em um “fenômeno cultural de conjunto” (FOUCAULT, 2006, p. 13). Segundo Foucault (2009), o incentivo às práticas de si é que faz com que cada indivíduo se constitua enquanto sujeito de seus próprios atos em “um adestramento de si por si mesmo” (FOUCAULT, p. 132). E, desta forma, colocando-se à prova, o indivíduo deve examinar-se e controlar-se para que se torne soberano sobre si mesmo, implicando em “uma atitude – para consigo, para com outros, para com o mundo”, “uma certa forma de atenção, de olhar” (FOUCAULT, 2006, p. 15), ou seja, pelo princípio da *exotopia*, de Bakhtin (1992): de fora para dentro. Assim, a cultura de si passa a ser “uma resposta original sob forma de uma nova estilística da existência”(FOUCAULT, 1985, p. 77), que promove no indivíduo o autoconhecimento.

Depois de tanto tempo decorrido desde o momento histórico analisado por Foucault, será que há alguma mudança de foco na escrita de si? O que leva hoje o indivíduo à busca de uma escrita de cunho mais íntimo? Segundo Matos (2007), as circunstâncias e forma podem até ser outras hoje, porém, o objetivo parece permanecer o mesmo da escrita de si erudita:

Com a modernidade o indivíduo se viu desamparado das explicações de sua existência a partir do divino e se sente diante do dilema de se autoconhecer. A escritura de si funciona como um espelho que possibilita se enxergar pelo avesso. (MATOS, 2007, p. 29)

Segundo o autor, ao se observar diante da crise exterior que predomina nos dias de hoje e ao perceber que não tem conhecimento nem entendimento sobre o mundo que o cerca, o homem se sente perdido e inseguro, até mesmo sem referência. Então se volta para seu interior em busca novamente de segurança, para, por mais que não saiba onde está, ter o mínimo de entendimento de quem é. Aferramenta mais comum utilizada por este indivíduo para encontrar-se sem ajuda profissional (terapias psicanalíticas) é a escrita de si. Porém, esta escrita tem também outras possibilidades de utilização, como: o desejo de guardar segredos, o registro de memórias para serem acessadas no futuro e a construção de uma identidade a partir da análise de suas atitudes e feitos no decorrer da vida.

É o que observamos que ocorre com Patrícia Galvão quando esta decide colocar no papel sua vida: além desse “encontro consigo mesma”, a partir do registro e análise de suas memórias, também sua identidade é reconstruída através da exposição de seus segredos – por tanto tempo apenas especulados. Pois a própria Patrícia declara acreditar naquele momento (arriscando-se, como em um ato quase desesperado) que essa exposição de fatos que ocorreram consigo, dos detalhes dos quais, muitas vezes, ela mesma se envergonhava, poderia mudar (ou justificar, como ela mesma coloca) a forma como era vista até então: “No fundo, eu penso na defesa dos detalhes, porque sei que os detalhes justificarão em partes minha maneira de ser. Ou não” (PAGU, 2005, p. 52).

Com Bruna Surfistinha o processo da escrita de si ocorreu de forma um pouco diferente. Em primeiro lugar: ela não escreveu apenas para si, nem para um único leitor - como fez Pagu. Bruna, expôs-se para o mundo todo. Antes mesmo da publicação de sua história no papel ela já colocava sua vida à disposição de quem tivesse interesse na rede mundial de computadores, essa nuvem que hoje integra milhões de pessoas. O que ela buscava? Autoconhecimento, análise, reconstrução? Em princípio não se tratava de escrita de si, Bruna ansiava por salvação (como ela mesma declarou): “Quem sabe se minha família não veria?” (SURFISTINHA, 2005, p. 85). Parece que através de uma espécie de vitimização, desejava que alguém fizesse por ela o que ela mesma não conseguia: arrancá-la das escolhas que havia feito, mudar sua vida.

2.1.3 EU, ABSOLUTO?

Será que ao fim deste processo (da escrita de si) o produto encontrado pelo indivíduo que percorreu este caminho pode ser considerado algo único e absoluto? Será que é possível a existência de um Eu único e absoluto?

Retomemos então o pensamento de Deleuze e Guatarri: segundo os autores (1997), “existem infinitas possibilidades de subjetivação do outro, mesmo que para cada significação

dada a ele, parta-se de um mesmo ponto. Assim, a unidade opera em uma dimensão vazia, sendo que ela pode se dividir e transitar por várias outras também. Entretanto, tal unidade é necessária para o agenciamento dos elementos que possibilitarão compor o conceito de outro”, e do outro Eu que se constrói e reconstrói quando o indivíduo se analisa através da escrita de si. Ou seja, para que o processo (a construção do outro e, por conseguinte, do Eu) se torne possível, faz-se necessário que se parta de um ponto, e seria este ponto a unidade sobre a qual os autores falam? E mais, na análise que fazemos aqui poderíamos ainda julgar esse ponto como sendo a matéria? O corpo?

As duas autoras das “autobiografias” que analisamos neste texto, Pagu e Bruna, têm todas as suas histórias narradas a partir de fatos relacionados diretamente de seus corpos, envolvendo a relação que mantinham com eles. Ou seja, de todos os fatos expostos, parece que a única unidade comum entre eles, em ambos os casos, seria o corpo enquanto matéria.

Ambas as autoras têm seus dramas de infância centrados em seus corpos: Pagu parecia sentir-se bem consigo mesma, não ter vergonha de seu corpo:

Garota bonita e inteligente, era referência para as amigas de escola, que a admiravam pelas opiniões e atitudes ousadas, e objeto de desejo dos meninos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, por seu jeito “avançado” para a época, quase provocativo, desafiador. (FREIRE, 2008, p. 30)

Pagu demonstrava originalidade desde a forma de se vestir, usando roupas justas e transparentes, maquiagem forte e marcante, dando ênfase aos atributos físicos que tinha. Até em seus croquis, sempre se desenhava nua e com formas praticamente perfeitas. Já Bruna não expressava essa mesma relação. Além de usar aparelho nos dentes,

cheia de espinhas pelo rosto, ainda meio gordinha, mesmo com vinte quilos a menos, à base de regime. Nenhum garoto da escola me dava bola, nem em lugar nenhum. Apenas na noite. No escuro, eu devia parecer bonita. (SURFISTINHA, 2005, p. 35)

Pagu sentia-se livre para fazer o que bem entendesse com aquilo que herdara geneticamente, com a única coisa que realmente já havia nascido com ela, seu corpo:

O primeiro fato distintamente consciente da minha vida foi a entrega de meu corpo. Eu tinha doze anos incompletos. Sabia que realizava qualquer coisa importante contra todos os princípios, contrariando a ética conhecida e estabelecida. Com certeza, havia uma necessidade, mas não era nenhuma das chamadas necessidades, ou melhor, a necessidade nada tinha a ver com a entrega fisiológica do corpo. (PAGU, 2005, p. 53)

E também parece que ambas, apesar de sentirem-se “livres”, não sabiam exatamente o que faziam, ou por quê:

Um desconhecido. Eu dançava sozinha quando esse menino me puxou para um beijo. [...] Nem perguntei o nome. [...] Liberdade aos 13 anos, quase 14. [...] Meu primeiro beijo. Ali mesmo, do beijo passamos ao amasso, no meio da pista. [...] Tudo assim, sem sentimento, sem trocar uma palavra. Naquela noite, fiquei com outros dez garotos diferentes. (SURFISTINHA, 2005, p. 14)

Mas mesmo essa liberdade que sentia Pagu era confusa:

Eu lembro que me considerava muito boa e todos me achavam ruim. As mães das outras crianças não queriam que eu brincasse com suas filhas... [...] Não tive precocidade sexual. Praticamente, só fui sexualmente desperta depois do nascimento de Rudá. E não foi por precocidade mental que entreguei meu corpo aos doze anos incompletos. Se existia revolta contra as coisas estabelecidas, eu nem pensava nisso. [...] A predestinação dos impulsos. Ou a obediência à minha vontade determinante. Vontade que aparecia assim à toa. (PAGU, 2005, p. 53)

E, mesmo depois, na fase adulta, essa confusa relação com o corpo permanece nas duas autoras: Pagu, sempre desejada pela maioria dos homens que se aproximavam dela, reconhecia em seu corpo um objeto de dominação masculina. Porém, mais tarde, na retrospectiva que faz de sua vida, percebe que, na realidade, a dominação que acreditava exercer não passava de ilusória. Seu corpo era sim usado, com seu consentimento, para o alcance de desejos alheios. Ela não detinha domínio algum dele. Já Bruna, que era conscientemente usada pelos garotos na juventude, mais tarde tira proveito dessa situação. Oferece seu corpo para ser usado. Realmente como objeto, porém, agora de trabalho na prostituição. Mas o que era vantajoso chega um momento que a incomoda. Apesar de adquirir sua independência financeira (tão desejada) através de seu corpo, a voraz “devoradora de homens” parece guardar um sentimento de pureza, um desejo de amor, de uma relação baseada em quem ela se sentia ser, e não no eu que ela poderia encenar fugazmente, apenas suprimindo os desejos de alguém.

Retomando Deleuze e Guatarri (1997), “o ser humano é por excelência, confuso, e a confusão é a expressão da própria realidade, superando as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma”. Esta confusão é que expõe as multiplicidades que compõem o rizoma formulado pelos autores, que vão tomando forma, apresentando-se como um todo extremamente fragmentado.

E é isso que podemos observar claramente ao analisar Bruna e Pagu. Como já mencionamos anteriormente, a confusão das duas autoras é tamanha que elas não conseguem nem mesmo definir se são: Pagu ou Patrícia, Bruna ou Raquel; garota de família ou

promíscua, menina inocente ou garota de programa. Elas são tantas que não sabem realmente nem quem são. E a única forma de se encontrarem parece ser através da escrita. O que não significa que as “pessoas” que encontrariam seriam realmente elas, ou se seriam assim para sempre.

É claro que estes processos de desterritorialização e reterritorialização, que fazem parte da construção e reconstrução do Eu, podem ocorrer independente da escrita íntima. Porém, esta se torna uma expressiva aliada, ou melhor, uma oportuna ferramenta na busca por encontrar-se de um indivíduo.

Através da escrita de Patrícia em seu relato, em sua carta a Geraldo, podemos reconhecer uma possível tentativa da autora de, talvez, não modificar, mas acrescentar uma outra imagem de si, problematizando a percepção que o “mundo” tinha dela. Ao expor, com mais detalhes, e analisar os fatos que lhe caracterizavam perante a sociedade - os mais referidos a sua pessoa -, a autora se concede o direito de mostrar que Patrícia não “acabava” em Pagu. Que havia também outra (ou outras) mulher naquele corpo tão cheio de rebeldia, ousadia e coragem. Que havia também uma mulher frágil e romântica, com desejos não tão ousados, e que ansiava pelo anonimato.

O que também podemos observar no texto da garota de programa, que parece só conseguir viver o “papel” como outra pessoa no espaço da escrita. Porém, Bruna se confunde muito, mesmo na escrita. Ao mesmo tempo em que tenta parecer uma mulher “comum”, com desejos de conquistar e viver um grande amor, constituir família, não consegue se desvencilhar do orgulho que sente em ser “A Puta” - uma das mulheres mais desejadas sexualmente no seu meio profissional. Talvez por isso seja tão difícil para Raquel modificar sua imagem perante o outro, mesmo muitas vezes encontrando apoio nele. Afinal, ela só “deixou a vida” após o lançamento de seu livro – e mesmo assim, o “burburinho” que não tivesse abandonado totalmente a prostituição parece que ainda permanecerá por algum tempo. Já no caso de Patrícia, a modificação de comportamento vem bem antes da revelação - o que pode ter contribuído para os novos olhares lançados a ela após a publicação de seu relato memorialístico.

A escrita de si, ou melhor, a possibilidade de expressão, desempenha um papel fundamental na mudança de rumo na vida, não só das mulheres observadas por nós aqui, como na perspectiva da expressão feminina propriamente dita. Pagu e Bruna abrem caminho

não apenas para uma maior inclusão da mulher na sociedade, como para um “tipo” de mulher (ousada, irreverente, que foge completamente aos padrões preestabelecidos) que “jamais” poderia desejar fazer parte “de nada”. E suas conquistas parecem carregar e estampar a expressão: “Vão ter que me engolir!”.

2.2 A AUTOBIOGRAFIA

Meu querido Geraldo,
Sofra comigo.

(PAGU)

Bem, é uma história longa. A minha, pessoal, e a da Bruna. Sim, somos duas. Com duas histórias diferentes numa mesma garota: eu.

(SURFISTINHA)

Tanto Pagu quanto Surfistinha deixam claro no início de seus textos que eles tratarão de suas próprias vidas. Seus caminhos percorridos, fatos que as marcaram, suas emoções, seus sofrimentos, suas vergonhas. Parece-nos que o texto autobiográfico talvez seja o mais propício à façanha de tamanha exposição do “eu”. Poderíamos dizer que “sem dúvida” é o mais propício, mas, preferimos o termo “talvez” por considerar que um texto produzido, de forma consciente, como uma autobiografia – passível de uma exposição pública – pode primar por certo “polimento” no trato com os fatos narrados. Polimento este que de fato não encontramos em nenhum dos textos tratados aqui. Pagu intencionava justamente banir qualquer polimento na exposição de sua vida justamente para desnudar-se diante de Geraldo – lembrando, apenas de Geraldo. Enquanto que, para Bruna, qualquer polimento poderia abrandar o impacto desejado com a publicação de sua história.

Com o reconhecimento da narrativa vivencial como um sintoma do contemporâneo, que mescla realidade e ficção em uma espécie de situação fronteira, passou-se a dar mais atenção a este gênero hoje já consagrado. Devido ao grande número de produções e suas diversas formas de apresentação, já há muitos estudos na área.

Este tipo de literatura, confessional e subjetiva, centrada no sujeito, torna-se mais próxima do leitor por seu tom íntimo. Nela, o “autor” desnuda “toda” sua “essência”, fala de um Eu que se revela, estabelecendo um pacto também de intimidade entre autor e leitor. E, é fácil perceber isso pelo quanto o leitor se sente próximo ao autor após a leitura, com o conhecimento da intimidade de suas personalidades preferidas. Tanto que, ao se referir aos autores já lidos, o leitor utiliza um tom que chega a ser íntimo, vendo-se quase como amigos.

Miriaux (crítico francês) observa que o desejo de algumas pessoas de colocar a vida por escrito surge junto ao sentimento moderno de individualismo, para o qual escrever sobre si se configura em seguir certas regras, num compromisso com uma suposta transparência perante de seu passado, na busca de estabelecer um pacto de verdade com o leitor (MIRAUX, 2005, p. 19). Assim, ao ouvir falar em autobiografia, o primeiro pensamento que nos ocorre é que: biografado e autor da vida contada coexistem na mesma pessoa que elabora o levantamento de sua existência. Porém, nem sempre é assim. O gênero também analisado por Philippe Lejeune em seu interessante estudo *O Pacto Autobiográfico*, de 1975, revela toda a complexidade da matéria. Segundo Lejeune (2008), nos primórdios dessa prática, essa possibilidade de expressão (a autobiografia) por muito esteve reservada a um pequeno círculo fechado: o das classes dominantes. E, não por acaso, ou por simples direito a prestígio: “os relatos autobiográficos, obviamente, não são escritos apenas para transmitir memória”(p. 131). Além da “imortalização”, esse veículo de expressão possibilitava a essas classes a propagação de seus valores e ideologias. Sendo assim, tais relatos,

constituem o espaço em que se elabora, se reproduz e se transforma uma identidade coletiva, as formas de vida, próprias às classes dominantes. Essa identidade se impõe a todos os que pertencem ou se integram a essas classes e relega às outras a uma espécie de insignificância. (LEJEUNE, 2008, p. 131).

Hoje, com a possibilidade de expressão daqueles que são chamados “*os que não têm voz*” de contar com a colaboração de alguém para narrar a sua vida, isso se modifica:

A análise ou a evocação da vida das classes dominantes é efetuada através de uma fala autobiográfica suscitada por alguém que se esconde por detrás dela. A estratégia do discurso relatado neutraliza aparentemente a oposição entre quem tem a palavra e quem não a tem. (LEJEUNE, 2008, p. 139)

É aí, no campo dos “*que não tem voz*” que entram as hoje personalidades, com as quais buscamos trabalhar neste texto: as mulheres. Para Spivak (2010), a subalternidade e o

silêncio não estão restritos unicamente à mulher, porém, segundo ela, a mulher é sim a melhor personificação de “subalterno”¹¹.

É sabido que, na grande maioria das vezes, este termo é associado à classe trabalhadora. Porém, segundo Spivak (2010), apesar desta classe também ser muitas vezes oprimida, isso não significa precisamente que seja subalterna, afinal, opressão não remete a subalternidade. Nos apontamentos da autora, subalternos são todos aqueles que não participam, ou que participam de modo limitado, do circuito do imperialismo cultural. E, neste sentido, é possível observar a mulher como duplamente colocada à sombra.

Quando a autora se questiona se “*Pode o subalterno falar?*”, ela observa o processo que impede este indivíduo de expressar-se - pois, “se o fizer, deixa de ocupar tal condição”¹². Mas, para nós, a principal questão que Spivak (2010) coloca é que, segundo a autora, a única possibilidade de “colocar o subalterno para falar” não é “dando-lhe voz”, ou seja, falando por ele – como muitos filósofos afirmam -, mas, sim, permitir-lhe espaço para expressar-se de forma “espontânea”. E é isso que a escrita de si permite: “Qualquer um” pode produzir uma autobiografia, basta contar sua história. Agora, se vai ser lida, publicada, alcançar uma expressão significativa, é outra coisa. O que importa é que este tipo de escrita permite este tipo de expressão – que pode até ser mantida em segredo, em forma de diário (por exemplo), se o autor assim o quiser - e ajuda a elaborar uma identidade. Mas também há que se atentar para o outro ponto que Spivak enfatiza: uma vez exposto pela expressão, seu autor, de uma certa forma, deixa de ocupar a condição de subalterno – pelo menos no que se refere à expressão, à questão de “poder falar”. É o que ocorre com Pagu e Surfistinha.

¹¹Segundo Peonia Viana Guedes em seu artigo publicado na revista *A mulher na Literatura* (UFSC), “**CAN THE SUBALTERN SPEAK?: VOZES FEMININAS CONTEMPORÂNEAS DA ÁFRICA OCIDENTAL**”, “Spivak desenvolve conceitos interessantes para nossa reflexão sobre a literatura produzida por mulheres em sociedades pós-coloniais, que poderiam ser consideradas “subalternas” e que encontraram suave voz, se fizeram ouvir, e narraram suas histórias. Em “Who Claims Alterity?” (1989), Spivak argumenta que a figura do subalterno gendrado compreende tanto aquela figura feminina que é considerada apenas como um objeto de conhecimento, um informante nativo das histórias orais de sua cultura, quanto a mulher indiana que, embora pertencendo a uma elite intelectual, ainda é considerada um sujeito subalterno, que vai contar uma história alternativa, e que não necessariamente reflete a situação real vivenciada pelo outro tipo de sujeito subalterno.”

¹²A autora relata a história de uma jovem indiana que não pode se autor representar fora do contexto patriarcal e pós-colonial: “*Bhuvaneswari Bhaduri, enforcou-se no modesto apartamento de seu pai no norte de Calcutá, em 1926. O suicídio se tornou um enigma já que Bhuvaneswari estava menstruada na época, claramente não se tratava de um caso de gravidez ilícita. Quase uma década depois, foi descoberto que ela era membro de um dos muitos grupos envolvidos na luta armada pela independência da Índia. Ela tinha finalmente sido incumbida de um assassinato político. Incapaz de realizar a tarefa e, não obstante, consciente da necessidade prática de confiança, ela se matou*” (Spivak, 2010, p. 123). Com esse exemplo, Spivak demonstra que o subalterno, neste caso a mulher, não pode falar e quando tenta fazê-lo.

Assim, o termo autobiografia parece estar aliado a um compromisso com a veracidade de fatos, com a realidade sem reservas. Mas Lejeune (2008), novamente, vem nos elucidar quanto à falibilidade do real - mesmo que o gênero estabeleça uma espécie de pacto de autenticidade. Segundo o autor, é possível definir autobiografia como: “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14).

Para Lejeune (2008), o pacto autobiográfico consiste em uma identidade comum entre autor, narrador e personagem principal¹³ num relato retrospectivo¹⁴, em um texto que “deve ser principalmente uma narrativa” (LEJEUNE, 2008, p. 15) sobre sua história, escrita em prosa.

Através dos dois textos que analisamos aqui as autoras, Patrícia e Raquel nos contam suas histórias, suas trajetórias até o momento da escrita. Mas de que forma isto ocorre? Esses textos são cartas, relatos memorialísticos, diários ou autobiografias? Segundo Patrícia, seu texto não tinha intenção nenhuma de publicação, tendo apenas um destinatário. Nele são expostos os principais fatos que marcaram sua vida. Ao colocá-los no papel, a autora faz uma autoanálise através de suas lembranças. Desta forma, parece-nos que o texto acaba por encaixar-se nos quatro gêneros, mas será que isso é possível? Raquel afirma tratar-se de seu diário, ou melhor, do diário de Bruna. Mas, ela também expõe as memórias, as lembranças de Raquel, sua infância e adolescência.

Segundo Weintraub (1991), as memórias estão sempre ligadas a experiências externas de uma fase da vivência de quem rememora:

La autobiografía, sin embargo, parte del supuesto de que es el propio escritor el que está tratando de reflexionar sobre el ámbito e experiencias de su propia vida interior, o sea, que el autor es alguien para quien esta vida interior es importante. En las memorias, el hecho externo se traduce en experiencia consciente, la mirada del escritor se dirige más hacia el ámbito de los hechos externos que al de los interiores. Así, el interés del escritor de memorias se sitúa en el mundo de los acontecimientos externos y busca dejar constancia de los recuerdos más significativos.¹⁵ (WEINTRAUB, 1991, p. 19)

¹³ “Para que haja autobiografia (e, numa perspectiva mais geral, literatura íntima) é preciso que haja relação de identidade entre autor, narrador, e personagem” (LEJEUNE, 2008, p. 15)

¹⁴ “o assunto deve ser principalmente a vida individual, a gênese da personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 15)

¹⁵ “A autobiografia, sem dúvida, parte do suposto de que o próprio escritor tratando de refletir sobre o âmbito e as experiências de sua própria vida interior, ou seja, que o autor é alguém para quem esta vida é importante. Nas memórias, o feito externo se traduz em experiência consciente, o olhar do escritor se dirige mais aos feitos externos que aos internos. Assim, o interesse do escritor de memorias está no mundo dos acontecimentos externos buscando a constancia dos acontecimentos mais significativos”.

Patrícia declara que, no momento em que escreve, “Pagu” não existe mais, que quem fala agora é Patrícia Galvão. A autora declara ser esta a sua (ou de Pagu) real história, pelo afastamento que o relato memorialístico lhe possibilita. E é o que também, de certa forma, acontece com o caso de Bruna Surfistinha. Ao declarar-se ex-prostituta, a autora também afirma que quem conta a história é Raquel Pacheco – o interessante aqui é observar que a autora, ainda assim, assina a obra que conta sua história, seu “diário”, como *Bruna Surfistinha*. Será que podemos concluir desta forma, que a história toda contida no livro é de Bruna Surfistinha, e que de Raquel não há uma linha? Difícil aceitar isso.

Georges Gusdorf (1991) afirma que a distância entre aquele que escreve e o que “está-sendo-escrito” faz com que a experiência vivida no passado passe a ter outro significado, às vezes até mais verdadeiro, que a primeira, pois, a memória concede ao memorialista outras perspectivas de leitura sobre si mesmo:

En otras palabras, la autobiografía es una segunda lectura de la experiencia, y más verdadera que la primera, puesto que es toma de consciencia: en la inmediatez de lo vivido, me envuelve generalmente el dinamismo de la situación, impidiéndome ver el todo.¹⁶ (GUSDORF, 1991, p. 13)

É o que claramente poderemos observar que ocorre com Patrícia Galvão quando escreve suas memórias. Interessante observar neste caso, quanto ao que Gusdorf fala sobre, “distância entre aquele que escreve e o que ‘está-sendo-escrito’”, que a própria Patrícia faz uma diferenciação de si mesma em seu relato. Reafirmando, assim, as observações de Gusdorft.

2.2.1 A CARTA

Como eu disse, depois que entregamos o Rudá para o Oswald, continuamos, eu e a Pat, morando na Rua dos Andradas, ela trabalhando na “Plateia”, eu, na escola, até o dia 27 de novembro, que foi o dia do golpe, não é, e eu sabia que ia haver alguma coisa e fiquei esperando a Pat feito uma doida, fui na “Platéia”, procurei por todo o

¹⁶“*Em outras palavras, a autobiografia é uma segunda leitura da experiência, e mais verdadeira que a primeira, posto que é tomada pela consciência: na imediatez do vivido, me envolve geralmente o dinamismo da situação, impedindo-me de ver o todo*”.

canto e não encontrava mesmo; daí eu resolvi voltar pra casa e quando foi mais ou menos 11 da noite, ela chegou e disse: bom, a gente tem que sair porque está determinado que a gente tem que estar na rua hoje, nós estamos escaladas pra ficar em tal lugar, parece que era a Av. São João. Então nós saímos, vestidas, preparadas pra guerrilha – ai, que ridículo! – fazer a revolução com estilingue. E veio um camburão da polícia acompanhando a gente. Então entramos no Bar Natal, na Av. São João, ela estava cheiíssimo e nos sentamos numa mesa e os tiras entraram também, então diversas pessoas avisaram, jogando bolinha de papel escrita em cima da mesa e tudo, mas o bar foi esvaziando. E daí a gente não tinha outro jeito, não podia ficar lá, não, porque ia ser fogo, não é, então a gente saiu, subiu a ladeira São João, acompanhada, e naquele tempo tinha ali, do lado do Martinelli, um ponto de táxi, a gente passou e falou pro motorista “bota o carro em movimento”, e os tiras passaram, a gente voltou, tomou o táxi e saiu, se mandou, daí foi uma perseguição cinematográfica, engraçada pra burro, saiu um carro, outro carro, bom, e a gente despistou os caras e nós apelamos pro papai, e ele levou a gente pra casa de um primo onde passamos a noite.

Depois disso nós fomos pra casa de um motorista da Light, português, que era na rua Ibituruna, no Jabaquara – esse motorista depois foi preso, foi expulso. E depois a gente passou a morar lá, de qualquer jeito, em qualquer lugar, onde dava jeito, e estava tudo errado, e daí eu arranjei um quarto no Largo Colombo e perdi um pouco de vista a Pat. E um dia eu sai para ter um contato qualquer e fui presa. E a Pat continuou solta. Eu fui pro Presídio Paraíso, e fiquei lá, torcendo pra Pat não ser presa, mas não demorou muito, ela foi presa também. Daí, foram anos de Presídio Paraíso, Maria Zélia....

(SIDÉRIA¹⁷)

Segundo o relato de Geraldo Galvão Ferraz, seus pais, Patrícia Galvão e Geraldo Ferraz, conheceram-se no Presídio Paraíso, onde Patrícia ficou encarcerada por um longo período junto de sua irmã. Geraldo foi acompanhando um amigo na visita a sua namorada, Sidéria (a irmã de Patrícia). Foi através da troca de correspondências e livros que nasceu o romance entre os dois. E, pacientemente, Geraldo a esperou sair da prisão (NEVES, 2005, p. 49).

A vida com Geraldo era calma, sem agito ou turbulências, nada comparável à que vivera com Oswald. Ao seu lado, Pagu parecia ter encontrado paz, sossego para seu coração, já tão maltratado pela vida. Segundo relatos, os dois pareciam muito apaixonados, eternos namorados:

Certa vez fui jantar na casa de Lasar Segall, eu era muito tímido, e quando cheguei e vi o pessoal na mesa e ouvi a voz de Mario de Andrade, fiquei parado no saguão. E quem estava sentado ali na entrada, em um banco, era Pagu e Geraldo Ferraz. E estavam assim se namorando, falando coisas baixinho um para o outro, ela passava a mão nele, ele passava a mão nela, pareciam um casal de meninos de dezesseis anos. Achei tão bonito aquilo... (CANDIDO *in* NEVES, 2008, p. 50)

¹⁷Trecho de entrevista de Sidéria, irmã de Pagu, falando sobre a última prisão das duas em 1936, disponível em: http://www.mulheresdesaojoao.com.br/index_arquivos/PaguBiografia2.htm.

A citação acima nos remete ao início da carta - do relato memorialístico - de Patrícia Galvão (Pagu) deixada a Geraldo Ferraz - seu companheiro íntimo e intelectual. Podemos também observar que, antes de ser uma carta endereçada a Geraldo, este texto trata também de uma conversa de Patrícia com ela mesma. O sentido íntimo que compreende a carta permite à autora um encontro, uma descoberta de “alguém” que, talvez, nem ela mesma imaginasse existir.

A esposa de Geraldo Ferraz se sentia Patrícia Galvão, digna dele, finalmente livre de Pagu, e tudo que a constituía: “Quando saiu da última cadeia em que esteve, em 1940, já com 10 anos de militância, de prisões e de tentativas de fuga, ela declarou: ‘Esqueçam Pagu’. Um fragmento do tempo, o fim de Pagu” (FREIRE, 2008, p. 22). Rudá de Andrade nos diz:

Do indivíduo Patrícia Galvão nasce a Pagu nossa de cada dia. Substância necessária para o sustento de nossa alma. Sua história se corrói para virar mito. Quando se sonha memória, e as verdades se sujam em alegorias. Rememorar também é criação. (RUDÁ K. *in* FREIRE, 2008, p. 10)

Como o neto de Patrícia diz, os traços de personalidade que caracterizaram Pagu, seus feitos, sua coragem, sua falta de pudor e sua ousadia alimentam “nossa alma”, principalmente, a alma das mulheres. Pagu é um exemplo “vivo” de que a submissão não é a única opção. Que, por mais frágil e reprimida que possa ser, toda mulher é capaz de lutar por aquilo que acredita. Mas, não devia ser fácil “ser” Pagu. E, talvez, a mesma liberdade que caracterizava Pagu aprisionasse Patrícia, como se a coragem com que a primeira se entregava a tudo que acreditava mantivesse a segunda em constante posição de submissão. Como se vivesse dentro de um corpo que “estava ali” por “algo maior”, maior que ela mesma (“... o impalpável, o anseio pelo muito grande que eu não sabia o que era” PAGU, 2005, p. 71). Algo que nunca conseguiu identificar ou compreender, e que a desgastou tanto que parece que a fez cansar.

A desilusão que sofreu com “aquilo” em que passou a acreditar ser o motivo de sua existência, aquele “algo” que a corroía, e pelo que deveria lutar (a causa do Partido Comunista), de certa forma, parece ter libertado a Patrícia. A luta pela “causa”,

custou a Patrícia Galvão (escondida em Pagu) perda, sem volta, aos 30 anos, do sorriso e da alegria de viver. [...] Depois que saiu da cadeia, em 1940, Patrícia raramente sorria. Fumava muito, ficava arredia e imersa num dolorido silêncio”. (FREIRE, 2008, p. 23)

Somente após o afastamento do partido e de tudo que este representou em sua vida, ela se sentia realmente livre, tão livre que falar de quem realmente foi Pagu, expor suas

“vergonhas”, suas taras, preconceitos de julgamento, contágios e micróbios (PAGU, 2005, p. 52) era como um ato de purificação:

É que hoje tudo está brilhante. Eu te amo e nada mais tem importância. A exaltação desta manhã de luz cobre toda a inquietação persistente. Você é um homem. Eu sou uma mulher que é sua, meu homem. (PAGU, 2005, p. 51)

Ao expor quem foi “Pagu”, sem receio ou vergonha, e quem ela é no momento, Patrícia aniquila, dá fim à parte de sua vida para renascer outra: mãe e mulher amada. Mas será que a “Pagu”, tal como era vista pelo mundo, aquela que Patrícia “mata” com tais revelações, realmente existiu? Heloísa Pontes, em seu artigo, “Vida e obra de uma menina nada comportada: Pagu e o Suplemento Literário do Diário de S. Paulo”¹⁸, afirma que “a Patrícia Galvão que se tornou Pagu foi de uma certa maneira “inventada” nas últimas décadas para driblar as ciladas do gênero e seus constrangimentos sociais”, pois, segundo Heloísa, a partir da carta endereçada a Geraldo podemos perceber que “desenha-se uma Pagu mais complexa e torturada, que parece não medir esforços para fazer o que lhe parece certo no plano familiar, amoroso, político e profissional”.

Na atualidade, inúmeras pesquisas literárias têm tido como objeto de estudo a escrita de cartas. Estas são objetos tanto de estudos autobiográficos, através da análise da manifestação da escritura de si, quanto de estudos sobre a criação literária propriamente dita.

Estes textos, de cunho mais íntimo, configuram-se como veículos de intensa subjetividade, nos quais seus autores mergulham dentro de suas almas na busca, não somente para trazer à tona a si, como também para expor ao outro (em uma tentativa de encontrar respostas) suas inquietações sobre a questão que permeia a maioria das mentes inquietas: “quem sou eu?”.

Este “relato memorialístico” em princípio não tinha intenção nenhuma de publicação (como já comentamos), e talvez justamente por isso, Patrícia tenha sido extremamente sincera, revelando aí sua intimidade mais profunda com a coragem que sempre a caracterizou. Sem qualquer tipo de censura ou pudor na exposição de seus dramas, a autora rompeu com qualquer “etiqueta” relacionada à autoria feminina, narrando livremente os fatos marcantes de suas paixões, dando-lhe um fundo humano que o mito da militante alegre e libertária apagou.

¹⁸ *Cadernos Pagu*, ISSN 0104-8333, Cad. Pagu no.26, Campinas Jan./June 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100017>.

Foucault (2008), em seus estudos sobre a escrita de si, afirma que esta escrita compartilhada por meio de textos íntimos auxilia no aperfeiçoamento da vida através do olhar alheio - julgado por ele sempre necessário no labor da alma sobre si própria. Segundo o autor, tal exercício pode ser observado como um processo de autoanálise, afinal, o sujeito que busca inscrever-se pela escrita intenciona, além de construir uma imagem de si frente ao outro, também reconhecer seu próprio interior, sua própria alma. Assim:

Escrever é, pois, “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face a face. [...] mas há que entender esta menos como uma decifração de si por si mesmo do que uma abertura de si mesmo que se dá ao outro. (FOUCAULT, 2008, p. 150-152)

Esta reciprocidade à qual Foucault (2008) se refere ao tratar da carta está relacionada ao efeito de sentido que o texto provoca tanto no leitor quanto no autor da mesma. Para Foucault:

A carta é também uma maneira de se apresentar ao correspondente no decorrer da vida cotidiana. Relatar o seu dia - não por causa da importância dos acontecimentos que teriam podido marcá-lo, mas justamente na medida em que ele nada tem para deixar de ser igual a todos os outros... (FOUCAULT, 2008, p. 155)

Sendo assim, através das postulações de Foucault, podemos observar que a literatura de si, oriunda destes textos pessoais trocados entre correspondentes, é capaz de exprimir um teor tão transgressivo quanto aquela que visa transpor o limite da linguagem, afinal há de se reconhecer que se trata de reinventar a si mesmo na e pela escrita cotidiana. Ou seja, através das cartas íntimas torna-se possível transpor o limite daquilo que somos no espaço do “entre”. Este espaço intersubjetivo da troca, onde se constitui uma escrita de incompletude, em uma espécie de constante desprendimento de si e autorreconstrução contínua.

Mesmo sendo de conhecimento de todos a capacidade narrativa de Pagu, nessas páginas ela se declara pouco à vontade em falar de seus sentimentos mais íntimos, apesar de fazê-lo de forma plena. Este foi um dos motivos que a levou a escrever essa carta a Geraldo: “escrever já um desvio favorável ao esconderijo” (PAGU, 2005, p. 52). Esse também foi o motivo que a levou a escrever e publicar na coluna *Cor local* a crônica *Carta da Maú*, onde descreve o que realmente sentiu ao rever seu filhinho Rudá: “Rasga essas ondas, vai, cheio de ares importantes de verdade, mas simples no gesto tão amigo, que eu não esperava de você tanta felicidade, minha criatura” (PAGU, 2005, p. 32). Como ele mesmo disse: “neste texto

vieram expostos seus sentimentos, destacando a profundidade de uma relação que se tornaria o esteio de uma convivência rica e sinuosa” (ANDRADE *apud* PAGU, 2005, p. 28).

Por estas palavras, podemos perceber o receio, o medo que tinha Pagu de uma possível e fundada (para ela) rejeição por parte de seu filho – que, perante ele, ela não conseguiu expor -, e então a alegria pela constatação inversa.

Para Foucault (2008), a carta permite aos correspondentes se abrirem ao olhar do outro a partir de sua interioridade. Desta forma, a correspondência pode ser vista como um veículo capaz de nos retratar, onde o sujeito que se expõe dá-se ao olhar daquilo que deve ser dito a ele, como uma decifração de si por si mesmo – a correspondência é uma abertura de si mesmo que se dá ao outro.

Através dessa espécie de reflexão de sua vida, Patrícia acreditava que Geraldo, nas palavras de David Jackson: “Precisava saber e entender quem era a mulher dele” (JACKSON *apud* PAGU, 2005, p.16). Ela também justifica sua opção pela escrita ao invés de uma simples conversa, como uma falsa ilusão de autopreservação e uma riqueza maior de detalhes que lhe escapariam na oralidade: “A minúcia será o castigo de minha covardia. Minha humilhação está na minúcia” (PAGU, 2005, p. 52).

Lejeune (2008) expõe que este formato de texto, marcado pela reflexão, introspecção, interioridade e intimidade, proporciona a subjetivação do indivíduo. Sendo assim, por capturar instantes fugidios, processos de metamorfose pessoal, momentos em que é possível visualizar vetores que conjugam simultaneamente movimentos de desprendimentos, estes textos podem ser considerados fontes fecundas para a problematização da produção de subjetividades.

2.2.2 BLOGS E DIÁRIOS

Olha, aqui estamos, imperfeitos, despreparados e se não pudermos reescrever tudo isso: que seja! É melhor que não dizer.

(GIANNETTI)

Juntamente com os relatos de vida, publicados como *A autobiografia de Patrícia Galvão* e *O diário de uma garota de programa*, analisamos também no presente trabalho a escrita de um dos *blogs* mais polêmicos brasileiros: o de Bruna Surfistinha. Bruna que, mesmo com aquela rotatividade de pessoas que compunha seus dias, declarou sentir-se muito só, sem ter com quem “conversar”, “abrir-se”: “Por mais que estivesse sempre cercada de pessoas, trabalhando no privê, atendendo clientes e convivendo com as primas, no fundo era apenas eu comigo mesma” (PACHECO, 2006, p. 86).

O computador com acesso à internet compensava um pouco os momentos de solidão, mas, ainda não era o suficiente, ela ansiava por contato humano. Havia conhecido uma garota que morava no mesmo prédio seu. Numa noite, ao buscá-la para ter companhia, e não encontrando refúgio na desconhecida - que sem motivo algum havia sido gentil com ela -, decidiu descarregar num *blog* tudo o que queria ter dito a ela naquele momento.

Bruna já tinha procurado por *blogs* de garotas de programa para ver se encontrava com quem dividir seus dramas e suas angústias, porém, sem sucesso. Foi neste dia, em que procurou por um ouvido humano e não encontrou, que decidiu fazer do *blog* seu confessionário: “Alguém ia ver. Quem sabe se minha família não veria?” (SURFISTINHA, 2005, p. 85). E assim, quem sabe, interagiriam com ela. Porém, mais do que interação, ela desejava também ser outra pessoa, reconstruir-se. Mas, para isso, julgava precisar da ajuda alheia: “O que eu queria, de verdade, era que qualquer pessoa viesse me socorrer, me salvar. Da minha vida, da minha história. De mim” (SURFISTINHA, 2005, p. 85).

No início, Bruna, chegou a fazer desabafos enormes resumindo toda sua história até então. Mas acreditou ter sido impulsionada pela fragilidade própria da proximidade do Natal (o primeiro que passava longe da família). Depois julgou ser mais interessante, já que o *blog* era uma espécie de diário, relatar sua rotina.

2.2.2.1 OS BLOGS

Cada vez é maior o número de amantes da escrita que abandonam o papel para se debruçar sobre máquinas - a cada dia, mais sofisticadas - para registrar aquilo que sentem e pensam. Os computadores não “roubaram” apenas o espaço dos livros, na vida de muitas pessoas com o acesso facilitado (rápido e sem custos de inúmeras obras disponíveis *on-line*), mas, também, dos cadernos, do papel propriamente dito que envolvia a grande maioria dos registros habituais.

O espaço mais conhecido dedicado à escrita de si neste mundo cibernético parece ainda ser o dos *blogs* ¹⁹(digo ainda porque a evolução neste meio torna quase tudo obsoleto em um “pisar de olhos”; se o *twitter* ainda não os ultrapassou, pode estar bem perto disto), páginas na internet onde os indivíduos podem expor tudo aquilo que sentirem vontade. Desde banalidades como gostos musicais, preferências por comidas, críticas leigas sobre cinema ou obras literárias, até registros sobre sua vida cotidiana ou textos com pretensões “mais sérias” – acadêmicas, jornalísticas ou literárias.

2.2.2.3 ESCRITA NA REDE, ÍNTIMA?

Segundo Schittine (2004), no início, a escrita de si dos chamados hoje ciberdiaristas não era exposta na rede, estes escritores apenas utilizavam o computador como mais uma

¹⁹Segundo Blood (2000), o surgimento dos *blogs* teve sua origem em “filtros do conteúdo na Internet, consistindo em *links* e dicas sobre *websites* pouco conhecidos, assim como veículo de comentários a respeito de assuntos diversos” (*apud* MONTARDO e PASSERINO, 2006, p. 2). Através do postulado por Blood, observamos que os primeiros *blogs* não tinham a pretensão de se dedicar à escrita de si propriamente dita, como muitos fazem nos dias de hoje. Este cunho mais íntimo da escrita exposta na rede ganha força com a observação de seus usuários da facilidade proporcionada pelos mecanismos de manutenção dos *blogs*, afinal, além de permitirem a constante reavaliação e reformulação do já escrito, ainda não exigia do usuário conhecimentos específicos de programação para obterem seus próprios websites.

ferramenta de registro ainda privado, é só mais tarde que suas notas ganham a esfera pública na internet.

Por que este registro de cunho tão íntimo que muitos até guardavam “a sete chaves” perde completamente seu caráter secreto e passa à exposição quase que total? Segundo Lejeune (2008), a passagem do registro no papel para a tela pode ser justificada pelo fato de que o computador “é flexível, jovem e lúdico. Porque está ligado a um novo espaço e comunicação”(p. 317). Sendo assim, para alguns dos adeptos dessa nova forma de expressão, talvez o registro virtual possa estar ligado a uma ideia de inovação. Porém, entre os adeptos desta prática de escrita ainda há controvérsias: para os amantes dos diários há toda uma espécie de “ritual” que envolve esta escrita - há a escolha do papel, da caneta ou lápis, da letra (uma preocupação estética com esta grafia) e, é claro, a fidelidade ao momento do registro (as palavras, uma vez escolhidas, não podem se modificar). Arrepende-se de uma escolha e optar por outra, levaria à rasura, e a rasura poderia denunciar um embuste.

Muitos acreditam que a evolução tecnológica bate diretamente de frente com o sentimento genuíno que levaria o indivíduo ao registro do que se passa em seu coração e em sua mente. E é aí que as opiniões se dividem:

Ao concluir essas linhas, escritas no editor de texto, pergunto-me por que nunca tive a ideia de escrever meu diário no computador. Suponhamos que eu tenha um notebook: será que ele poderia ser o equivalente de minhas “cadernetas externas”? Duvido. Minha prática de escrita íntima parece diametralmente oposta ao texto virtual, modificável ao infinito, que se inscreve na tela. O que escrevo em minhas cadernetas, muitas vezes em estilo telegráfico, é apenas o vestígio do que senti e pensei em um momento preciso. O fato de poder utilizar algumas passagens como “matéria-prima” de outros textos não muda nada: a escrita íntima continua sendo para mim uma escrita fugidia, que diz a verdade de um instante, e à qual não poderia “voltar”. Os textos que relemos e reescrevemos não seriam os que destinamos aos outros? Assim, vejo entre os diferentes tipos de suporte que utilizo que coincidem com uma distinção genérica (escrita para si/escrita para os outros), a materialização de uma atitude de escrita: o que escrevo em folha A4 fica imediatamente disponível ao olhar, ao passo que aquilo que escrevo em minhas cadernetas é cuidadosamente mantido longe de qualquer olhar, protegido pela capa.

Recuso-me a dizer diário “íntimo”, pois o diário que escrevo se destina a leitores que ainda não conheço ou que nunca conhecerei, mas que acolherão com benevolência, espero, minha fraqueza. E é nessa ótica de “posteridade” que meu diário eletrônico me parece muito mais satisfatório do que um diário em múltiplos cadernos. Em primeiro lugar, como cabe em pequenos disquetes, será mais facilmente conservado e por mais tempo do que se estivesse em cadernos. Um dia, poderá passar de um suporte a outro, através das futuras gerações de computadores. Assim, quase indestrutível. Mas considero que a principal vantagem é a possibilidade de introduzir esse diário na era da multimídia que está começando. Misturar meu texto com imagens, diagramas, animações, modelagens em 3D – fazer uma espécie de scrapbook eletrônico, já é possível hoje em dia. Completá-lo com sequências de vídeo e áudio estará ao alcance de todos em alguns anos. Será assim

no futuro. Ser mais do que diarista: ser o artista eletrônico da própria existência. Legar a posteridade não uma pilha de cadernos mofados, mas o disco compacto da própria vida. Deixar às gerações futuras nosso próprio CD-ROM, testemunho modesto de nossa passagem na Terra. (Laurence Martin seguido de Graham Woodroffe, em resposta a um questionário sobre a escrita de diários no computador proposto por Lejeune na imprensa em junho de 1998, publicado em LEJEUNE, 2008, p. 318-319)

Quando Laurence Martin – que parece defender apaixonadamente a escrita tradicional - afirma que: “a escrita íntima continua sendo para mim uma escrita fugidia, que diz a verdade de um instante, e a qual não poderia ‘voltar’”, podemos perceber reafirmada a questão da fluidez das identidades (questão que já tratamos aqui), do flutuar de “eus” que constantemente ocorre no corpo de um indivíduo, e que não há como “agarrar”, “prender” um único e declarar “Esse é eu”.

Já, o argumento de Graham Woodroffe em defesa da exploração da escrita virtual, mais do que reafirmar a existência de múltiplas identidades, explicita a gama de possibilidades de reconstrução consciente de si que esta oferece. Quando Bruna era escolhida por seus clientes nas casas em que trabalhava, a única imagem que estes tinham dela era aquela apresentada no exato momento da escolha (e os possíveis comentários que tivessem ouvido a seu respeito). Quando passa a utilizar o *blog* como ferramenta de trabalho, inúmeras imagens suas se tornam disponíveis. Há ali variadas fotos, traços de personalidade, depoimentos com fantasias, desejos, gostos... Elementos que demonstram “quantas Brunas” ela “é capaz de ser”. E, através da linguagem (não somente escrita, mas também visual), Bruna, constrói-se e se reconstrói, tornando-se uma “artista eletrônica da própria existência”.

Sendo assim, diante de tantas oposições, será que é possível considerar diários íntimos e *blogs* como sendo a mesma coisa? Segundo Komesu (2004), os *blogs* se tratam de meios muito recentes neste processo da escrita de si. Para uma melhor definição do que seriam, buscou-se associá-lo a outro gênero ao qual se equiparasse. Foi aí que os diários entraram “em cena”, afinal, este é o grande representante desta forma de escrita em nossa sociedade.

Surfistinha sentia necessidade de pensar sua condição, de “falar de si”. Mas a escrita secreta de um diário não supriria suas necessidades, afinal, ela ansiava por interação. Até então, ela apenas “compartilhava” seu corpo que, por mais íntimo que possa ser considerado tal ato, para Bruna não passava de uma interação superficial (tão bem descrito pelo *clichê* “apenas negócios”). Seu desejo era “compartilhar” seu dia a dia, seus dramas, suas

inquietações. E, mais que isso, ela queria atenção. Reprimida na juventude, excluída, escondida sob a imagem de menina feia, agora ela queria ser reconhecida:

Quando eu finalmente encontrei no *blog* uma maneira de me expressar, de contar para as pessoas um pouco mais de mim, descobri que o que eu queria, de verdade, era ser reconhecida. Não que eu quisesse ser uma *pop-star*. Porém, já que estava naquela vida, queria ser a melhor. De alguma maneira, isso me faria diferente, menos "um pedaço de carne" ou apenas alguém com uma história que os outros queriam ouvir. Sim, eu queria atenção. (PACHECO, 2006, p. 36-37)

Mesmo sendo tão requisitada em seu ofício, que até então dependia unicamente de seu corpo, este só fazia dela “um corpo”. E, ela queria mais. Queria “ser alguém”, “fazer-se alguém”, queria que seu corpo “falasse”. Ela se queria “linguagem”.

Apesar da declaração feita por Raquel em seu segundo livro desse desejo por reconhecimento, na entrevista concedida à Marília Gabriela, a autora se contradisse ao afirmar que:

Tem muita gente que deve imaginar: ela já pensou em criar o blog pra começar aparece na mídia. Mas eu sou muito tímida, por mais que as pessoas não acreditem, eu sou muito tímida. Então nunca tinha passado pela minha cabeça de aparecer na TV. Isso pra mim era uma coisa muito distante da minha realidade e a timidez também prejudicaria isso. (Entrevista de Raquel Pacheco concedida a Marília Gabriela no programa *De Frente com Gabi*, na rede de televisão SBT, exibido em 20/02/2011 ²⁰)

Ao observar sua declaração, podemos perceber por conta de seus relatos da reprovação constante que sentia – primeiro pelos meninos e meninas da escola, depois por sua família e por fim, de toda a sociedade – que o reconhecimento e a notoriedade, mais que elevar seu “ego”, seria como um “tapa na cara” de todos aqueles que a fizeram se sentir “menor” em toda sua vida. Ela não seria mais apenas uma “puta”, seria “A Puta” (em suas próprias palavras).

Eu sinto o preconceito na pele, desde a infância. Por ter sido uma criança obesa, cresci escutando piadinhas e apelidos maldosos das pessoas ao meu redor. Quando somos crianças, a nossa ingenuidade não nos permite compreender o motivo pelo qual as pessoas não nos aceitam do jeito que somos. Para falar a verdade, muitas pessoas também não aceitam as diferenças dos outros, mesmo quando adultas. Eu tinha poucos amigos e, pelo fato de não ter autoestima, também não procurava conviver num grande círculo de amigos. Não era convidada para brincar na hora do recreio e as crianças me isolavam.

Nessa curta, mas intensa trajetória, muita gente fez questão de não me enxergar, como se a simples admissão da minha existência ou de outras tantas garotas de programa, prostitutas, ou seja lá qual o nome que você queira dar, fosse o bastante para contagiá-los com algum tipo de doença incurável. (PACHECO, 2006, p. 50)

²⁰http://www.youtube.com/watch?v=nhtSPTR_B74&feature=related

Realmente em parte, podemos perceber por seu “relato” que isso aconteceu. É claro que, por conta de seu passado, provavelmente nunca lhe será “permitido” o “respeito” que, talvez, ela julgue que as “exemplares” donas de casa tenham. Mas ela acreditava que sua história mudaria se alcançasse esse reconhecimento. Segundo ela mesma, mudou:

No final, quando eu já estava na mídia, os clientes passaram a me respeitar mais, pois viram que existia um ser humano atrás da Bruna, a prostituta que eles usaram. Os comentários que ouço, os milhares de *e-mails* que recebo, são muito gratificantes para mim. Ainda mais quando comentam que, após lerem o meu livro, mudaram de opinião quanto à prostituição. Muitos dizem que eu consegui acabar com o preconceito deles. (PACHECO, 2006, p. 51)

Não nos cabe discutir aqui o sentido da palavra “respeito”, nem se o que seus clientes viam agora era a humanidade por detrás da figura da prostituta ou se havia uma mistura de “orgulho” por saberem que “compartilhavam lençóis” com uma “celebridade” ou ainda um certo “receio” de uma possível exposição de suas condições de clientes. O importante é que, para Bruna (ou Raquel), ela havia alcançado seu objetivo. O fato de ser “reconhecida” unicamente pelo seu corpo, fazia com que Raquel sentisse que os outros a viam como alguém “vazia”, desprovida de sentimentos ou emoções. Apenas um objeto. Agora ela era “alguém”, ela mesma se sentia “mais humana”, mais viva.

A escrita de si contida no *blog* e, posteriormente, no livro publicado sobre sua trajetória proporcionaram a Bruna Surfistinha uma possibilidade de “se fazer” outra. Outra pessoa, outro corpo, um “corpo de linguagem”, linguístico, um novo ser constituído através da narrativa.

2.2.2.4 PAPEL OU TELA

Segundo Lejeune (2008), por muito tempo a escrita foi praticada de forma coletiva e quase sem nenhuma marca de individualidade. Foi só a partir do século XIX que ela passou a ser individualizada e, por vezes, autobiografada (p. 324). Lejeune também levanta outra questão interessante a respeito da escrita de si, principalmente, em se tratando dos diários:

como a psicologia se utilizou desta forma de escrita para a análise de seus pacientes. Segundo o autor, Philippe Artières expôs em sua obra *Clínica da escrita* como, no início desta ciência, os psicólogos se utilizavam deste material para identificar sintomas, temperamentos e patologias dos indivíduos por eles tratados. Observavam os diários com uma espécie de “pele da alma, única e reveladora, como uma impressão digital”(LEJEUNE, 2008, p. 324). Talvez daí venha a relutância de muitos em admitir os *blogs* como diários genuínos, pela parcial perda de identidade, ou melhor, de marcas de individualidade de seus autores. Afinal, a grafia exposta na tela jamais se aproximara daquela transposta pelas mãos do escritor. Não se pode notar ansiedade, nervosismo ou excitação pelas letras que formam as palavras, nem porventura lágrimas que possam ter caído no momento do registro. Isso sem contar a reescrita, mudança de pontos de vistas, releituras dos fatos ocorridos e desejos de omissões que a escrita virtual possibilita:

Não digito diretamente meus pensamentos no computador porque, na maioria das vezes, na hora em que tenho vontade de escrever, não estou em casa, ou não tenho vontade de ir até minha mesa. Se chego às três da manhã, bêbada, é mais fácil pegar uma caneta e um pedaço de papel. Gosto desse lado rústico. Quando releio o que escrevi, vejo meu estado de espírito na escrita.

A releitura possibilita ter acesso a um nível suplementar de memória e emoção inscrito na própria forma de tudo o que acompanhou o traçado da escrita (...) Três linhas rabiscadas às pressas ou quatro páginas lacrimejantes sobre o assunto do dia (por exemplo, a-fragilidade-do-amor-e-são-todos-uns-cafajestes etc.), a caneta nova, que parece um gato nervoso, a cor de uma tinta (olha só, é mesmo, tive uma fase azul turquesa, que horror!), a escolha do papel (três horríveis folhas amarelas em setembro de tal ano porque não tinha outras, mas se eu as copiar hoje em papel branco, não terá mais o mesmo sentido) e enfim o contexto da época (...) E, o melhor de tudo, o que dá valor a essas idas e vindas são os comentários (divertidos, sarcásticos, sérios, às vezes/raramente reprovadores) acrescentados na margem, ao longo das sucessivas releituras, que me fazem sorrir e pensar: poxa, como foi longo o caminho para chegar até aqui! (Stéphani seguida de Mahine, correspondentes de Lejeune, publicado em LEJEUNE, 2008, p. 325)

E diante disto, Lejeune conclui: “O processo parece claro: o caderno ganha de longe do computador quanto ao prazer do ato e à riqueza do registro. Quanto ao segundo ponto, todos hão de concordar que a inscrição na tela é pobre em informação sobre o diarista.” (LEJEUNE, 2008, p. 326).

Agora vejamos se Bruna escrevesse em um caderno seria possível que uma, duas, ou apenas as pessoas a quem ela oferecesse a leitura tivessem acesso a sua história e compartilhassem de seus dramas. Mas façamos duas observações: neste caso, ela teria que “ter” amigos, ou pessoas interessadas; se assim fosse, já haveria uma espécie de interação. Logo, seus intuitos com a escrita não fariam sentido. E o que ela declara que realmente

desejava, o reconhecimento, seria muito mais difícil de ser alcançado. A fama então, quase impossível. Sem falar justamente da possibilidade de “apagar” o que, por ventura, foi registrado em um momento de descuido. A partir daí podemos compreender melhor a opção de Bruna pelo registro digital.

Lejeune (2008) também observa que muitas vezes o que pode levar estes escritores de si a preferir a tela ao papel poderia ser justamente a recusa por esta individualidade exacerbada exposta nos diários tradicionais. Lejeune comenta:

Será necessariamente agradável dar de cara com vestígios de si mesmo, quando se escreve? Muitas pessoas não gostam de ouvir a própria voz gravada, nem de se ver em vídeo. É certo que a complacência autobiográfica é muito mais difundida, mas não é universal. (LEJEUNE, 2008, p. 326)

Quem escrevia o diário da garota de programa não poderia expor vestígios seus nos registros, afinal, eram os registros de Bruna, um personagem ficcional (como Raquel mesma chama). Tudo deveria ser muito bem “trabalhado” para que não transparecesse a personalidade da “autora”, para preservar a magia da ficção.

E há ainda a questão do distanciamento proporcionado pelo computador:

A escrita a mão sempre nos deixa presos a nós mesmos: como é difícil se expressar, se ver por um prisma que ainda nos inclui! O computador, ao contrário, não nos inclui: é neutro, é o mesmo para todos. Consequentemente, ao menos para mim, ele facilita a tarefa de qualquer pessoa que tenta dolorosamente existir.

Além disso, na tela, a gente se formula na frente e não mais embaixo como com a caneta: luta-se, portanto, consigo mesmo de igual para igual e não mais em posição de fraqueza. Penso que, inconscientemente, isso torna as coisas menos dolorosas. E se instaura um verdadeiro diálogo entre o ser escrito frente a nós, impresso em caracteres neutros, e o escritor doente, que não busca mais sua identidade de cabeça inclinada, enviscado em seus escritos íntimos. (Sandra, correspondente de Lejeune, publicado em LEJEUNE, 2008, p. 327)

Pelas declarações vistas até aqui e por outras que veremos mais adiante, temos que concordar que não deve ser nada fácil ser uma garota de programa. Como também não é fácil ser adolescente, e mais difícil ainda deve ser existir dentro de um corpo que exclui seu ser. Bruna conta que, antes mesmo da existência do *blog* em sua vida, o computador já era seu maior “companheiro” – desde que conseguiu comprar um. Com o acesso à internet, além de Raquel “ampliar seu mundo”, ela também adquiriu a prática da leitura de *blogs*, passou a viver através de outras pessoas. Mas é quando ela se dedica à escrita de si mesma que parece realmente começar a existir.

Lejeune (2008), por vezes, demonstrar um apreço maior pelos diários tradicionais: “O diário é uma oficina de escrita quotidiana em que se vai aprendendo aos poucos, pela releitura e pela repetição.” (p. 329). O autor levanta a “impossibilidade” de rasuras nas páginas do diário no papel (suas pesquisas revelaram a busca por uma estética visual apurada por parte dos praticantes deste tipo de escrita, como uma espécie de respeito e carinho) como sendo um dos fatores primordiais que lhe renderiam o status de maior “originalidade”²¹.

Já em outros momentos, Lejeune (como praticante das duas formas de diário) defende o retoque possível que o labor da alma virtual lhe permite:

Que diferença faz, afinal, hesitar em silêncio entre duas palavras, ou escrever uma, ver que não fica bem e escolher a outra? Se minha frase começou mal, se me repeti e se tal assonância é desagradável, apago e recomeço – e daí? A única regra é que o trabalho seja feito no momento da escrita, no próprio dia e não mais tarde. Na verdade o computador permitiria também acrescentar, apagar ou retificar depois, sem deixar vestígios. Mas... qual seria o interesse? A meu ver, o valor do meu diário se deve a sua historicidade. Bobagens, erros, má-fé têm valor por serem coisas “do dia”, como e fossem ovos frescos. Trapacear significaria anular a empreitada por inteiro. (LEJEUNE, 2008, p. 330).

Lejeune assume plenamente aquilo que os defensores do diário tradicional mais abominam em sua versão virtual, mas, o autor também assume uma postura que não é comum a todos os praticantes desta forma de escrita, o “trapacear” apenas no momento exato da escrita – o que, para ele, neste ínterim, perde o status de trapaça.

2.2.2.5 BLOGS E SUA DIVERSIDADE DE PAPEIS

Outra questão que permeia o discurso negativo daqueles que praticam a escrita do diário em sua forma tradicional, no papel, é o fato de que muitas vezes os *blogs* (os “diários”

²¹ Lejeune faz questão de salientar que, muitas vezes, o diarista assume uma condição de “ruminante”, pois, “sem que se dê conta, é ao longo do dia, enquanto vive, que a entrada que escreverá ‘espontaneamente’ à noite vai se elaborando em sua cabeça” (2008, p. 329). Ou seja, mesmo o diário escrito em papel e com tinta, requer certo trabalho anterior, o que torna a espontaneidade meio restrita. Mas é no sentido de que o papel, além de expor um maior grau de originalidade, também exigir uma maior destreza no “ofício”, afinal “não se pode refazer a página” (2008, p. 330), que Lejeune concede ao diário tradicional status de obra de arte. Para o autor, o diário seria como uma aquarela e, nela, “o retoque é impossível, é preciso acertar da primeira vez” (2008, p. 330).

virtuais) são utilizados para outro tipo de escrita, que não propriamente a escrita de si de forma explícita. Segundo Schittine (2004),

cada vez que o blog resvala para o lado confessional, acaba sendo considerado de baixa qualidade. De fato esse preconceito é antigo e sua origem é quase histórica: vem de fato da escrita literária considerar o escrito íntimo um escrito inferior. (SCHITTINE, 2004, p. 164).

Seria por isso que, em alguns casos, encontramos a escrita de si mascarada em forma de crônicas ou ensaios. Segundo Komesu (2004), talvez os *blogs* não deveriam ser considerados exatamente diários, seria sua aproximação justificada pela projeção da imagem, muitas vezes, estereotipada, daquele que se ocupa de escritos pessoais. Para Matos (2007), uma vez que os *blogs* são reconhecidos como um fenômeno de práticas discursivas, eles mais exprimem um momento histórico da sociedade do qualquer outra coisa. Os fenômenos sociais seriam extremamente evidenciados neste contexto de produção de escrita. Assim sendo, esta prática de escrita de si no mundo virtual possibilita-nos um melhor conhecimento do sujeito desta nova era digital ²².

Então, podemos concluir até aqui que os *blogs* são páginas pessoais encontradas na internet onde indivíduos têm a possibilidade de interagir com um infinito número de pessoas para expor desde experimentações de escrita, dos mais variados temas e gêneros, até pensamentos, sentimentos e comentários sobre seu cotidiano. Podendo assim ser comparados aos diários tradicionais, os “velhos” conhecidos “caderninhos de anotações”. Ou seja, alguns apostam, inclusive, na linguagem jornalística para, além de comentar os fatos de sua vida diária, resenhar filmes. Muitos se transformam em verdadeiras tribunas de opiniões sobre tudo, outros investem na autoexposição da intimidade e, é claro, há aqueles que funcionam como mero suporte de autopublicação.

²² É na obra de Nicolaci, *Primeiros contornos de uma nova “configuração psíquica”* (2005), que vamos encontrar os traços que caracterizam este sujeito. Segundo a autora: o praticante da escrita de si da era digital sente prazer em praticamente tudo o que faz *on-line*; está constantemente disposto a experimentar novas formas de ser; a se dedicar a diversas coisas ao mesmo tempo; possui agilidade – mesmo com seu corpo estando imóvel; habita vários espaços simultaneamente por meio da escrita; assim como varia de identidade; adquire conhecimento sobre si mesmo e sua singularidade na medida em que escreve sobre si e tem retorno sobre essa escrita; e desta forma, submete as definições de si a um constante processo de revisão; e, uma vez expondo-se aos mais variados espaços, realidades, experiências e retornos, tem apenas a si como fonte de integração possível dos resultados dessas múltiplas exposições e desses múltiplos retornos; e que, justamente por isso, submete-se a um constante processo de definição e redefinição das fronteiras entre as esferas do público e do privado; porém, um sujeito que se depara com inúmeras dificuldades para encontrar fórmulas com que se proteger dos excessos gerados por sua constante mobilidade e exposição à diversidade; e que por efetuar, ele próprio, um recorte nas realidades às quais está exposto, torna-se cada vez mais singular e auto-referido; flexível, adaptável, inquieto e ávido de novas experiências; que conhece poucos limites para seus desejos (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p.75).

Neste estudo o último, mesclado de um pouquinho de todos os outros, é que irá nos interessar, constituindo nosso objeto de análise. Mas primeiramente vamos dar continuidade ao assunto que nos ocupava, os *blogs*.

Como podemos observar pela gama de diversidades do gênero (se podemos assim classificar) encontradas na rede, os *blogs* podem facilmente fazer parte do processo criativo de escritores ou pretendentes de tal função: como um salão literário virtual em que circulam lançamentos e encontros entre autores ou como rascunho do projeto de um livro. Ou seja, a rede pode exercer o papel de uma primeira “vitrine” expositiva para um texto destinado à publicação. Segundo Azevedo (2007):

Talvez valha a pena pensar no blog não apenas como mera ferramenta instrumental de autopublicação, mas como um suporte que condiciona as regras de produção que essa mesma literatura surgida na internet pressupõe para ser lida hoje. O que parece se insinuar nessa questão é a dualidade entre uma importância residual do meio de publicação dos textos e a influência dele nos processos de figuração de si e da própria concepção do literário. (AZEVEDO, in Revista Matraca, 2007, p. 46)

Azevedo (2007) ainda salienta que, antes de julgar, seria “*de bom tom*” aos observadores dos *blogs* deixarem ingenuidades de lado, “evitando relacionar mecanicamente a escrita fragmentária e confessional como crias da internet” (p. 46), e perceberem a flexibilidade que tal espaço proporciona aceitando um “texto apressado”, praticamente um rascunho e que, ao mesmo tempo, funciona como um laboratório que possibilita o testar de vários estilos. Sendo assim, segundo a autora, os *blogs* seriam “um espaço de experimentação livre em que todos os autores procuram fixar uma voz própria” (p. 46).

Ora, sabemos hoje que Bruna Surfistinha, uma prostituta, vendeu mais de 250 milhões de exemplares do seu livro, *O doce veneno do escorpião* (apenas no Brasil). Este livro “veio de onde”? Grande parte dessas páginas impressas teve sua origem no *blog* da autora. Como já comentamos anteriormente, ela começou expondo seus dramas e inquietações na tela, mas seguiu com as descrições de seus “programas” diários (cenas “quentes” e picantes) que encantaram o público ou, pelo menos, instigaram ainda mais sua leitura. Quando o número de acessos a seu *blog* cresceu de forma estrondosa (mais de 10 mil visitas mensais durante seu auge – ver entrevista em *De Frente com Gabi*, exibido em 20 de fevereiro de 2011), aumentando até seu número de clientes (ao ponto de ela não “dar conta”), Bruna percebeu que seu “texto” poderia vender, arriscando trazer-lhe “ganhos” maiores ainda:

Eu tive sorte. Porque eu sempre ouvi falar que, que escrever, publicar livros não, não dá dinheiro. Eu tive sorte. Na verdade eu ganho mais dinheiro vendendo os direitos

autorais pra outros países. O *Doce Veneno do Escorpião* foi meu primeiro livro, mas foi o que mais fez sucesso e eu vendi os direitos autorais pra mais de vinte países. Então isso me garantiu mais dinheiro que os três anos de prostituição. (Entrevista de Raquel Pacheco concedida a Antônio Abujamra no programa *Provocações* da TV Cultura, transmitida em 01 de janeiro de 2010 ²³)

Em consequência do sucesso de seu *blog*, veio uma exposição ainda maior: os inúmeros convites que recebeu para falar “dele”, de seu ofício e de si mesma na televisão. Aí veio a confirmação de que, uma vez publicado, seu *blog* possivelmente a levaria a praticamente todos “os lugares”: ela estava na internet, na televisão e, daí, nas “mãos do povo”. Possivelmente, mais que ganhar muito dinheiro, o ápice do desejo de Bruna seria que pouquíssimas pessoas ao ouvirem seu nome (“nome de guerra”) não saberiam de quem se trataria. Ela, finalmente, se tornaria “A Puta”.

A internet, o *blog*, foi para Bruna Surfistinha uma “vitrine de experimentação”, experimentação de mercado. Assim como também, foi um instrumento de desmaterialização de seu corpo para materializá-lo como linguagem.

2.2.2.6 A LITERATURA NOS BLOGS

Azevedo (2007) afirma que estabelecer critérios para apontar a boa ou a má qualidade da literatura contemporânea que se expõe através do meio digital não deveria ser a prioridade na análise desta nova forma de expressão. A autora acredita que mais interessante seria observar que “a entrada em cena dos novos autores através do espaço virtual dos *blogs* coloca em xeque as noções de obra e de autor pelo predomínio de uma escrita que autoficcionaliza a vivência do cotidiano do próprio autor” (p. 47). Isto porque o espaço do *blog* permite um além, uma mescla do comentário da experiência cotidiana do tempo presente do indivíduo que escreve e da crônica de si mesmo através da ficcionalidade. Excluindo desta forma a possibilidade de dissociação de obra e vida.

²³<http://www.youtube.com/watch?v=9-dUcLDh68A&feature=relmfu>

Se um surto de “umbiguismo” parece ter invadido a rede, talvez seja possível pensar essa auto exposição de si em relação com o seu suporte. Afinal, os relacionamentos e as próprias identidades nunca foram tão questionados quanto o são desde o surgimento da internet. (AZEVEDO, in Revista Matraga, 2007, p. 47)

De fato, quantas e quantas vezes, ao ler um perfil, nos pegamos pensando: “será que isto é realmente verdade”, ou pior, “será que este texto é realmente desta pessoa?”. Bruna revelou em várias entrevistas que muitas vezes foi questionada quanto a se seria ela mesma a autora do *blog* de Bruna Surfistinha, se ela seria “ela” mesmo e não um homem e até se seria mesmo prostituta:

No início eu recebia muitos emails de pessoas que duvidavam de mim: e que diziam que eu escrevia muito bem e que eu não podia ser garota de programa; diziam que tinham certeza que eu era um homem fantasiando todas aquelas cenas sexuais que eu relatava, e, e duvidavam de mim. Por isso mesmo que eu resolvi dá um basta, eu pensei: não, eu preciso provar que eu existo, que eu sou mulher e que eu sou garota de programa mesmo. (Entrevista de Raquel Pacheco concedida a Marília Gabriela no programa *De Frente com Gabi*, na rede de televisão SBT, exibido em 20/02/2011²⁴)

Por conta de sua escrita, Raquel tem sua identidade questionada, seu gênero e sua profissão. Mas por que será que muitas pessoas não acreditavam que corpo, personalidade e escrita coincidiam? Segundo Azevedo (2007), tal desconfiança em relação a este “eu” que se expressa através da exposição pública que a internet proporciona nos dias de hoje pode demonstrar a possibilidade real que o leitor tem em “desviar-se da ingenuidade de um sujeito transparente para pensar em uma escrita que cultivava ambiguidades, apostando em um efeito sujeito” (p. 47). No caso de Raquel, talvez, a desconfiança também se fundasse no fato de que se tratavam sim de personalidades diferentes, apesar de concentradas em um mesmo corpo - a postura e a imagem de Raquel em entrevistas e exposições públicas nem sempre coincidiam com a imagem de uma prostituta – pelo menos não da prostituta que se configura no imaginário da sociedade, sensual e vulgar. Raquel sempre procurou, publicamente, passar a imagem da “mocinha” de classe média que se “desvirtuou”. Ou porque talvez Raquel não escrevesse “como mulher” – de forma meiga, sensível e ingênua -, mas sim, ousada, direta e “escrachada”, mas, como um homem.

Enfim, sabemos que quem escreve o *blog* da garota de programa é Raquel Pacheco, porém, ela apresenta-se como Bruna Surfistinha (seu nome profissional), que afirma contar a rotina de Bruna, mesmo sabendo que o corpo que vive essa rotina é de Raquel. Neste caso, divide-se claramente em duas pessoas distintas, vivendo em um mesmo corpo, porque, segundo ela, a Raquel não tem nada a ver com a Bruna. Bruna é a prostituta, a “devoradora de

²⁴<http://www.youtube.com/watch?v=YQ1b1K8UY8I&feature=related>

homens”, que é capaz de fazer sexo com doze homens de uma só vez. Enquanto Raquel é a mulher que sofre pelas escolhas vividas por Bruna e que sonha dormir ao lado de um único homem. Nas entrevistas com a autora, percebemos essa ambiguidade explícita, sem “camuflagens”. Segundo Azevedo (2007), é essa escrita virtual, nos moldes do *blog*, que permite esse desnudar da ambiguidade presente na literatura de si.

A partir dos estudos de Deleuze e Guattari, vistos anteriormente, percebemos que o EU não passa de construção e reconstrução constantes a partir do movimento de desterritorialização e reorganização de discursos alheios. Se isto ocorre na composição do sujeito em si, é possível pensar que, isto ocorra da mesma forma com o movimento da escrita de si. Ou seja, segundo Azevedo:

Se aceitarmos essa possibilidade podemos pensar que o investimento do relato em uma invenção biográfica também pode perturbar os limites entre a ficção e a vida. O blog pode se transformar em uma ferramenta propícia para o exercício da autoficção. (AZEVEDO, *in* Revista Matraga, 2007, p. 47)

Conforme Azevedo (2007) bem traduz em seu texto, a ficção trazida pelos *blogs* dribla a apresentação do sujeito através da criação de personagens, ou seja, alter egos. Desta forma, esse “cuidado de si” de que Foucault fala em sua teoria, e sobre a qual também nos apoiamos aqui, pode significar mais que um esparramado confessionalismo de banalidades subjetivas, para exprimir também uma tentativa de fingir-se de si, para assim colocar em cena “um sujeito que [pode] não coincid[ir] nunca com ele mesmo” (ROBIN, 1997, p. 121 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 48).

Afinal, os autobiógrafos fazem de si, ao relatar sua trajetória em uma obra literária, um objeto de ficção! Mas, segundo Azevedo (2007),

o que parece estar em questão para a ficção que mostra a sua cara nos blogs é a possibilidade de jogar com essa consciência como um efeito calculado, embaralhando vida e ficção, refinando a apresentação de si através da teatralização. (AZEVEDO, 2007, p. 48)

Raquel Pacheco se revela - principalmente nas entrevistas concedidas após o “boom” da prostituta que ganha notoriedade por seu ofício - uma mulher frágil, doce e sonhadora. Uma mulher como “todas as outras”, que sonha com um casamento, com filhos, em ser psicóloga e levar uma vida monogâmica. Em contrapartida, Bruna nos é apresentada como uma voraz apreciadora do sexo. Uma mulher capaz de praticar “todas” as formas de relação sexual possíveis, e que ainda tem fantasias sexuais. Ou seja, uma mulher insaciável. Se observarmos bem, as duas imagens passadas pela autora “completam” o imaginário masculino

e a junção dessas duas personalidades materializa o “sonho” que, dizem, todo homem tem: “uma dama na sociedade e uma puta na cama” – citando o velho ditado popular -, uma “mulher de verdade”.

Sendo assim, não poderíamos observar essas duas personalidades que a autora expõe também como duas personagens ficcionais? Compreendendo desta forma a autora empírica²⁵ como um terceiro Eu, este que “não” pode ser exposto porque possivelmente “estragaria” o impacto que os outros dois causam.

Segundo Azevedo (2007), tomar tal exposição íntima como um espetáculo de “umbiguismo” ou como *performance* na qual “o nome individual desaparece em proveito do tipo” (LEJEUNE, 2000, p. 211 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 48) é uma decisão de leitura. Lejeune (2008) condiciona o firmar de um pacto autobiográfico entre autor e leitor, pelo esforço, por parte do autor, em construir um discurso verídico. Enquanto que em um pacto autoficcional irá pressupor sempre a ambiguidade da referência,

a sutileza da imbricação entre vida e obra, um leitor sempre em falso, driblado pela desestabilização de uma escrita de si em outros, pois o leitor ‘não pode confiar nem em quem narra, nem em quem escreve’ (CASTELLO, 2005, *in* AZEVEDO, 2007, p. 48).

Surfistinha firma o pacto autobiográfico ao revelar abertamente que a obra se trata de seu diário, mais ainda quando coloca páginas inteiras retiradas de seu *blog*, porém, ela também afirma a ambiguidade de seu ser ao confundir o leitor ora se tratando por Bruna e, ora por Raquel. E, mais ainda, quando escreve: “Raquel, a menina. Bruna, a mulher”.

Azevedo arrisca mais uma hipótese se apropriando dos apontamentos de Bakhtin ao propor que a autoficção seria capaz de “colocar em xeque” as noções de autor e obra. Ou seja: “A exacerbação do que pode parecer mero confessionalismo pode assumir a polifonia de inúmeras posições de sujeito encenadas por uma interioridade selvagem que se desdobra em personagens, papéis.” (AZEVEDO, 2007, p. 48)

Podemos pensar ainda que por mais que esse “desdobrar-se”, do qual Azevedo fala, possa ser algo que ocorra de forma inconsciente, um escritor hábil (ou uma marqueteira hábil – como Pacheco se declara em, *O que aprendi com Bruna Surfistinha*, 2006) poderia “arquitetar” esse processo sabendo “muito bem” o que está fazendo:

²⁵O autor-empírico é o sujeito portador de uma identidade biográfica e psicológica factualmente reconhecível extratextualmente, ou seja, a “entidade real” que compreende a materialidade que escreve. Este autor será, assim, sobretudo o escritor (Aguar e Silva, *Teroria da literatura*, 1986, p. 227).

De tanto ouvir de um monte de gente (clientes, inclusive) que eu tinha uma cabeça marqueteira, achei que eu poderia usar a própria prostituição para sair dela. Como? Exatamente do jeito que eu, instintivamente, já vinha fazendo: contando minha história na putaria. (PACHECO, 2006, p. 38)

Azevedo (2007) conclui que ao invés do lugar seguro reservado à autoridade do autor como “princípio de agrupamento de discurso, como unidade e origem de suas significações, como lugar de sua coerência” (FOUCAULT, 1971, p. 28 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 49), a escrita de si expressa nos *blogs* estaria mais para “um jogo entre a identidade autoral, seu ego *scriptor* e a performance figurada de subjetividades” (AZEVEDO, 2007, p. 49).

Desta forma, Azevedo (2007) acredita que a investigação a ser considerada é a possibilidade de encarar o *blog* como um novo “dispositivo de textualização de si” (ALLARD, 2003, p. 216 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 49), ou seja, uma nova forma de construção de si que tornaria a escrita de si um objeto literário, caracterizando-a como ficcional, através da postura performática que desestabiliza a função autor: “daqui por diante, a pesquisa do eu é inseparável da invenção de si” (ALLARD, 2003, p. 214 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 49).

E é assim que a teoria de Foucault (na qual ele reformula a questão do autor, divergindo dos estruturalistas que eliminavam o sujeito das questões de linguagem, desconsiderando a existência de uma figura real por trás dos livros) repensa este sujeito, dando-lhe um estatuto de sujeito, possibilitando que se pense também a autor junto com a sua linguagem. Segundo Azevedo (2007): “Talvez o exercício da ficcionalização de si levado a cabo nos *blogs* dos novos nomes da cena literária contemporânea esteja acomodando a função autor em uma nova posição” (p. 49). A autora afirma que o deslizamento da função autor na literatura contemporânea abriria espaço para uma “pluralidade de posições e funções possíveis” (FOUCAULT, 1971, p. 60 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 49) possível de ser testada pela escrita trazida pelos *blogs*. Pois, a imagem do autor apresentada pelo texto já nasce marcada pelo arranjo indecível entre realidade e ficção, e experiência real, do autor, e a composição distanciada de papéis. Mesmo que essa ambiguidade implícita não seja comum a todos os textos (2007, p. 49). Azevedo (2007) conclui que, observando a instância autoral como princípio de controle da produção do discurso, esta poderia estar se flexibilizando. E, em sua nova função, abriria um generoso espaço para a decisão de leitura do leitor: “qual é o limite entre a realidade e a ficção nesse escrito íntimo virtual?” (SCHITTINE, 2004, p. 62 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 50).

E aí esbarramos novamente em uma questão já observada por nós anteriormente: a da autoria. Porém, a sua observação agora será com relação a esta escrita virtual de si trazida pelos *blogs* na internet.

É sabido por todos que o reconhecimento da autoria de um texto ou obra está intimamente ligado ao nome próprio que a mesma carrega. Segundo Lejeune (2008), o nome próprio exerce dupla função no sistema do livro: uma função referencial e uma romanésca. Como referência, ele concede um caráter mais realista à obra, produzindo “uma espécie de efeito real”(p. 188), dando assim, ao leitor, mais confiança. E, da mesma forma, quando o nome vem junto ao título do livro o efeito produzido no leitor é logo o da curiosidade biográfica com relação ao autor.

A desconfiança originada com relação à veracidade trazida pelos textos contidos na rede vem justamente do caráter virtual de tais textos. Ao fato deste meio de comunicação possibilitar o embuste. Sendo assim, se na escrita virtual “o autor passa a brincar com a sua unidade fictícia através da exploração virtual dos limites entre o que é verdadeiro e o que é inventado, como pressupor cegamente que vale o escrito?” (AZEVEDO, 2007, p. 50). Segundo Azevedo (2007), a partir daí torna-se quase impossível manter as noções de autor e obra como antes (p. 50). E, no caso do livro de Bruna Surfistinha, temos ainda outra questão inquietante (e que também já mencionamos): o fato de que seu texto foi escrito com a ajuda de Tarquini.

Foucault sugere, um tanto ironicamente, em seu texto *O que é o autor?* que se tudo que é dito e escrito por um autor é atribuído a sua obra, é possível também considerar os detalhes do cotidiano deste autor como parte de sua obra: “...anotações sobre um encontro ou um endereço, uma nota de lavanderia: obra ou não? Mas por que não?” (FOUCAULT, 1994, p. 794 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 50). Sob este ponto de vista, devemos lembrar que *O doce veneno do escorpião* traz também a rotina diária da garota de programa, exatamente como foi expressa no blog de Bruna. Assim, mesmo que considerássemos como autor aquele que redigiu, organizou e compôs efetivamente o texto, ou seja, Tarquini, ainda assim deveríamos também considerar a participação “ativa” de Bruna, que não foi apenas um corpo que “cedeu” sua história para ser narrada no papel. Há uma dupla autoria neste livro.

Porém, com relação à escrita na rede, Azevedo (2008) atenta para que não esqueçamos que se o autor aqui é uma unidade fictícia, sua obra não pode ser mais que o

“resultado da ficção da unidade” (HANSEN, 1992, p. 34 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 51). E, se esta escrita é permeada por “banalidades” cotidianas, através de uma dicção loquaz e coloquial, embalada por um ritmo quase de conversação, a mesma acaba também por tornar-se muito próxima da crônica (CANDIDO, 1992, p.13 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 51).

Segundo Azevedo (2007), da mesma forma que ocorre com as crônicas, os *blogs* nascem sob o signo da efemeridade (GIANNETTI, 2005 *apud* AZEVEDO, 2007, p. 51).

Então adentramos no terreno daqueles que utilizam o ciberespaço como meio de divulgação de suas obras literárias, como marketing pessoal para, justamente, promover seus livros ou, simplesmente, a si mesmo. Que é o que podemos considerar acontecer com a autora com a qual trabalhamos aqui, Bruna Surfistinha²⁶.

O inesperado sucesso do livro me abriu uma série de portas, por meio das quais minhas idéias podiam florescer. Falo de me tornar uma *business-woman*, licenciando minha marca, criando a linha de sabonetes, tendo tempo para pensar em palestras. Mesmo que eu tivesse voltado a ser a Raquel, aprendi que tinha um produto que todo mundo queria: Bruna Surfistinha. Também sabia que, depois disso, ela não precisava mais se prostituir. (PACHECO, 2006, p. 38)

A escrita na internet “deu” a Raquel o melhor produto que ela jamais poderia imaginar criar, *Bruna Surfistinha*. E, provavelmente, o mais rentável de sua vida. Mas, foi a publicação deste “produto” que lhe permitiu deixar de “sê-lo” e passar só a usufruí-lo.

2.3 A AUTORIA

Pagu deixou sua história escrita de próprio punho, datilografada, sim, mas, corrigida manualmente, porém, sem passar a limpo. As rasuras presentes no papel servem para

²⁶ Para explicar melhor este processo, Azevedo (2007) se utiliza das palavras de Paulo Roberto Pires (2004). O autor observa a falta de leitores para a abundância de publicações no meio literário que ocorreu com o surgimento de novos escritores e novas editoras. E arrisca explicar a situação pelo fato de que tais autores não se dedicavam a uma literatura de entretenimento, julgada por ele mais engajada em aliciar leitores. Então, ao lançar suas obras diretamente na rede, mais próximas dos leitores, parece que estes autores demonstram uma disposição maior em estreitar laços com seu público. E pelo caso de Bruna Surfistinha podemos perceber que não apenas este novo espaço (a internet, mais especificamente os *blogs*) pode promover novos e antigos autores, como pode também criá-los e lançá-los no mercado literário.

confirmar a autenticidade do momento da escrita. Mas, e o texto que hoje chega às nossas mãos, transcrito por um terceiro (“*organizador: Geraldo Galvão Ferraz*”), nos dando a certeza de que os últimos olhos passados sobre o resultado final não foram os de quem escreveu? Será que podemos confiar que nada foi alterado? Uma palavra, de repente, que pudesse modificar o contexto ou até o sentido de uma frase? No caso de *Surfistinha*, que nitidamente, pela observação encontrada na contracapa de, *O doce veneno do escorpião*, ressaltando que se trata de um “*depoimento a Jorge Tarquini*”, isso nos demonstra que foi um texto escrito “a dois”? Como confirmar de quem é a autoria deste texto?

Assim, entramos em mais uma questão inquietante que permeia a autobiografia: a questão da autoria. Segundo Lejeune (2008), “ao colocar o problema do autor, a autobiografia elucida fenômenos que a ficção deixa numa zona de indecisão”(p. 16).

Conforme já vimos anteriormente, para que uma autobiografia possa ser reconhecida como tal, autor, narrador e personagem principal devem se remeter a uma única identidade, ou melhor especificando isso, a um único nome próprio. Lejeune (2008) afirma que esta *identidade* pode ser estabelecida de duas maneiras: **1. Implicitamente**, na ligação autor narrador, no momento do pacto autobiográfico. Este pode assumir duas formas: a) Uso de **títulos** que não deixem pairar nenhuma dúvida quanto ao fato de que a primeira pessoa remete ao nome do autor (*História da minha vida*, *Autobiografia*, etc.); b) **seção inicial** do texto onde o narrador assume compromissos junto ao leitor, comportando-se como se fosse o autor, de tal forma que o leitor não tenha nenhuma dúvida quanto ao fato de que o “eu” remete ao nome escrito na capa do livro, embora o nome não seja repetido no texto. **2. De modo patente**, no que se refere ao nome assumido pelo narrador personagem na própria narrativa, coincidindo com o nome do autor impresso na capa (LEJEUNE, 2008, p. 27).

Outra forma menos usada, mas ainda assim possível, é a escrita de si tratando-se por “tu”. Lejeune (2008) chama a atenção também para a questão da identidade “camuflada” algumas vezes assumida pelo autor, o uso de pseudônimo. Segundo ele, este artifício é “simplesmente uma diferenciação, um desdobramento do nome, que não muda em absoluto a identidade” (p. 24). Porém, Lejeune elucida que “a autobiografia não é um jogo de adivinhação” (p. 25-26) e, justamente por isso, o pacto deve ser estabelecido claramente. Assim, “o pacto autobiográfico é uma afirmação no texto desta identidade, e nos envia em última instância o nome do autor sobre a capa do livro” (p. 26). Seguindo este princípio, não restaria dúvida quanto à autoria de *Paixão Pagu* ou *O doce veneno do escorpião*. Pois, tanto

um quanto o outro, trazem na capa nomes que “coincidem com o Eu” exposto nas páginas da obra. Porém, a questão não se encerra aqui...

Normalmente, a assinatura em um texto escrito designa o seu enunciador (LEJEUNE, 2008, p. 22): “Em muitos casos, a presença do autor no texto se reduz unicamente a esse nome” (p. 23), porém, é sabido, e Lejeune nos demonstra com mais detalhes o caso, que muitas vezes o autobiógrafo possui ajuda no momento de registrar o relato de sua experiência vivida. Esta colaboração provém do ofício dos *nègres*²⁷. Porém, neste caso (que é o caso de Surfistinha), o autor afirma que o termo “autobiografia” já não é mais adequado. Quando a narrativa é produzida a dois, um “sujeito” “conta” e outro escreve, mais correto seria chamar, “relato de vida” (2008, p. 114). E é aí que mora uma das maiores questões quanto à real autoria da autobiografia: quem é o autor? Questão que permeia muitos estudos de teóricos que trataram da matéria, como Michel Foucault.

O filósofo controverso que revolucionou muitos campos de estudos em sua trajetória, também despendeu uma parcela significativa de seu tempo nesta questão - a da autoria em textos escritos. Em sua obra, *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (1981), ele faz um levantamento histórico sobre o reconhecimento do direito autoral. Foucault (1981) observa que foi a partir da Renascença, através de fatores sociais, políticos e econômicos, que a invenção e exaltação do indivíduo, que em arte corresponde à figura do autor, ganha força e reconhecimento. Segundo Chartier (1999), foi ainda na Idade Média que surgiram os primeiros movimentos para estabelecer a identidade da autoria, quando livros considerados heréticos eram queimados por conta da censura e era necessário encontrar (para condenar) os responsáveis pela “transgressão”. E estes foram designados Autores pelos incumbidos de assinalar os transgressores, as autoridades religiosas e políticas (CAVALHEIRO, p. 68, 2008). Assim, “... os textos passaram a ter autores na medida em que os discursos tornaram-se transgressores com origens passíveis de punição” (CAVALHEIRO, p. 68, 2008).

Foucault (1992) reconhece a autoria como sendo um espaço de “poder” individual na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia e das ciências. Ele também renuncia ao título de elevação dado ao autor reconhecido, da mesma forma que

²⁷Termo francês que, segundo o Dicionário Aurélio ou Houaiss, designa “os verdadeiros autores de obras assinadas por outrem” (apud LEJEUNE, 2008, p. 376).

faz com o conceito da obra. Assim, o que o teórico constata é a existência de uma *função autor*. E, o que seria essa função autor?

Para Foucault (2009), a função autor é que organiza o texto e será ela também – que pode ser caracterizada como *estilo* – que irá identificar a identidade do autor empírico, dando vida a esse autor. Sendo assim, a *função autor* remete à profundidade; nível constante de valor da obra; coerência de conceitos e certa unidade estilística. Pressupondo uma unidade de escrita, estudada na sua evolução, maturação e influência.

A linguagem escapa ao modo de ser do discurso - quer dizer, da dinastia da representação -, e a palavra literária se desenvolve a partir de si própria, formando uma rede na qual cada ponto, diferente dos demais, na distância mesma dos mais vizinhos, está situado em relação aos demais num espaço que ao mesmo tempo os aloja e os separa. (FOUCAULT, 1994, p. 520)

É por isso que para muitos estudiosos que compartilham desta concepção, pouco lhes importa o autor empírico, o autor homem (o nome que vem na capa da obra), afirmando que seus interesses estão apenas no texto, pois, a *função autor* é reconhecida através do texto, no texto. Desta forma, segundo Foucault, o homem cede lugar à linguagem. E é assim que Foucault “mata” o “autor”, pois, a linguagem mantém-se “... fora de toda subjetividade para fazer surgir do exterior seus limites, enunciar seu fim, fazer cintilar sua dispersão e recolher somente sua invencível ausência” (Foucault, 1994, p. 521). Ou seja, assim, o predomínio passa a ser do “fora”, do exterior – lugar que o ser que escreve não ocupa, mas, sim, a linguagem:

A cintilação da experiência do fora reaparece na segunda metade do século XIX no âmago da linguagem. Nietzsche descobre que a metafísica ocidental tem estado vinculada à gramática e àqueles que detêm o direito à palavra quando sustentam discursos; Mallarmé propõe a permanência do ser da palavra diante do desaparecimento daquele que fala; Bataille aposta no discurso da transgressão, da subjetividade rompida irredutível ao discurso da contradição ou do inconsciente. (CANDIOTTO, Cesar. *Foucault e a crítica do sujeito e da história*. Revista Aulas, Dossiê Foucault, N. 3 – dezembro 2006/março 2007. Organização: Margareth Rago & Adilton L. Martins 19)

Observando a questão da autoria no decorrer da história, é possível perceber que a visão que temos hoje, na modernidade, da figura do autor como sendo um “Deus”, é fruto de uma ideia de prestígio do indivíduo.

Foucault (2009) rejeita justamente esse caráter “espontâneo e natural” de autor como “ser supremo da palavra”. Porém, sua teoria não significa “literalmente” em “matar” o autor

pessoa, homem em detrimento da *função autor*. Para o teórico nos casos em que a *função autor* ocorre,

está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo do discurso; ela não se exerce uniformemente e do mesmo modo sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não é definida pela atribuição espontânea do discurso a seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; não reconduz pura e simplesmente a um indivíduo real, podendo dar lugar simultaneamente a diversos egos em diversas posições sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar (Foucault, 1992, 56-57).

Segundo Foucault (2009), a *função autor* pode não ocorrer em determinadas obras. Para o teórico é possível a existência de textos que tragam em si “nenhum” estilo ou marcas que caracterizem um determinado discurso. E, assim, Foucault busca “...localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse desaparecimento deixa a descoberto” (1992, p. 41), questionando-se quanto à real necessidade da *função autor*:

Podemos imaginar uma cultura em que os discursos circulassem e fossem recebidos sem que a função autor jamais aparecesse. Todos os discursos, qualquer que fosse o seu estatuto, a sua forma, o seu valor, e qualquer que fosse o tratamento que se lhes desse, desenrolar-se-iam no anonimato do murmúrio. (FOUCAULT, 1992, p. 70)

Talvez foi pensando justamente nesses discursos que “desenrolar-se-iam no anonimato do murmúrio” que Foucault realizou o estudo intitulado, *A vida dos homens infames*, onde analisa textos datados dos séculos XVII e XVIII, atribuídos a “ninguém”²⁸ como, petições, cartas régias, documentos de internamento, buscando observar “uma antologia de existências”. Para o autor, esses textos “... são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas, de que as palavras foram os instrumentos” (p. 96), e ainda assim:

Possuem um fulgor, revelam na sutileza de uma frase um esplendor, uma violência que desmente, ao menos aos nossos olhos, a pequenez do assunto ou a mesquinhez bem vergonhosa das intenções. As vidas mais dignas de pena aí são descritas com as imprecações ou a ênfase que parecem convir aos mais trágicos. Efeito cômico, sem dúvida; há alguma coisa de irrisório em convocar todo o poder das palavras, e através delas, a soberania do céu e da terra, a propósito de desordens insignificantes ou de infortúnios tão comuns. (FOUCAULT, 2009, p. 107-108)

Segundo o teórico (2009), esses “homens” jamais teriam voz em sua época (ou mesmo hoje), e suas histórias teriam permanecido esquecidas se não fosse sua relação com o poder.

²⁸ “o monge escandaloso, a mulher espancada, o bêbado inveterado e furioso, o mercador dado a contendas...” (FOUCAULT, 2009, p. 101), mas acima de tudo “homens obscuros” (p. 99).

O poder que vigiou aquelas vidas, que as perseguiu, que, ainda que por um só instante, prestou atenção às suas queixas e ao seu leve burburinho e que as marcou com um golpe das suas garras, foi também o poder que suscitou as poucas palavras que delas nos restam... (FOUCAULT, 2009, p. 97-98)

Foucault (2009) apresenta o cristianismo como sendo a primeira maneira pela a qual o homem era submetido ao poder no seu dia a dia, através da confissão (porém, ainda não havia registro formal). Mais tarde, esse método foi considerado ultrapassado e é substituído (em parte) pelos meios administrativos. Então se passa da confissão para denúncias, queixas, inquirições e, da mesma forma, do perdão para os mecanismos de registro. E cada uma dessas “insignificantes” histórias do dia a dia deveria ser exprimida com a ênfase nos raros acontecimentos que seriam dignos de reter à atenção dos monarcas (p. 111-118). Segundo o autor, cada um desses discursos guarda “... toda uma turbulência popular, toda uma miséria e uma violência, toda uma ‘baixeza’, como se dizia, que nenhuma literatura nessa época teria podido acolher” (p. 121).

Sendo assim, só temos acesso a essas histórias “por acaso”, e é dessa infâmia que o autor trata (p. 102):

Aparentemente infames, por causa das lembranças abomináveis que deixaram, dos delitos que lhe atribuem, do horror respeitoso que inspiraram, eles de fato são homens da lenda gloriosa, mesmo se as razões dessa fama são inversas àquela que fazem ou deveriam fazer a grandeza dos homens. Sua infâmia não é senão uma modalidade da universal fama. (FOUCAULT, 2009, p. 102-103)

E, não poderíamos, de certa forma, encaixar essa “infâmia”, atribuída a esses homens de que Foucault fala, à nossas “heroínas” tratadas no presente trabalho? Uma, prostituta; a outra, considerada por muitos, quase “isso”, simplesmente por se demonstrar uma mulher “livre”.

Assim, cremos que, no caso de nosso estudo, se as obras que nos predispomos a analisar não se tratassem de “autobiografias”, o que deveria prender nossa atenção seriam a coerência do texto, o conhecimento que nos traz e a organização do contexto. Mas, como buscamos observar também a veracidade dos fatos, a questão do autor empírico possui papel preponderante no processo – ainda mais que no caso de Surfistinha, trata-se de sua primeira publicação, e escrita em colaboração. Não sendo possível, assim, formular um estilo próprio que a identifique, ou seja, não contendo seu texto uma *função autor*.

Questionando Foucault (2008), J. Ullmo afirma que só há autor quando há interioridade e que não é apenas a posse do nome (respeitado e reconhecido) que o torna tal,

mas a posse dos sentimentos expressos em palavras. Desta forma, todos podem ser autores. Independente de seu histórico literário ou da ausência dele. Sendo assim, um subalterno, desconhecido, um “ninguém”, pode sim, uma vez que consiga espaço de expressão, tornar-se um autor – é o caso de Surfistinha. Pois, segundo Foucault, o que faz um autor é o que ele consegue expressar em sua obra. Ainda que a questão de Surfistinha nos pareça complexa, pois também seu segundo livro, *O que aprendi com Bruna Surfistinha – lições de uma vida nada fácil* (2006), apesar de este vir agora assinado por Raquel Pacheco, foi um depoimento a Jorge Tarquini, ou seja, novamente escrito em colaboração. Se foi Tarquini quem redigiu os dois textos, o mais provável é que, se expressa algum estilo, seja seu estilo presente nas páginas assinadas por Bruna e Raquel. Desta forma, devemos seguir os conceitos quanto à existência da *função autor* de Foucault, e afirmar que o autor tanto de *O doce veneno do escorpião* quanto de *O que aprendi com Bruna Surfistinha* tem grandes chances de ser Jorge Tarquini? Ou pensar Surfistinha e Pacheco como “mulheres infames” que, por conseguir “simplesmente” expressar suas interioridades, são capazes de autoria? Ou ainda adotar Lejeune, que afirma que o autor é definido pelo nome impresso na capa do livro, ou, o “dono” da história contada? Talvez, devamos considerar tudo isso.

2.3.1 A CONSTRUÇÃO DO AUTOR

Diante do todo exposto até aqui, será que podemos definir quem é que narra as histórias de Pagu e Bruna? Podemos identificar o “Eu” expresso nas páginas publicadas como “autobiografias” como realmente tratando-se das autoras empíricas dos textos?

Se observarmos as palavras da autora de *Paixão Pagu*, parece-nos que devemos reconhecer Patrícia Galvão como narradora da história. Afinal, como já vimos anteriormente, a própria autora declara em seu texto estar contando a história de Pagu, essa que já não existia mais no momento da escrita. Parece que até mesmo ela considerava *Pagu* uma “doidivanas” e, justamente por isto, em uma espécie de recusa de quem foi, estivesse “matando” esta outra: “Talvez eu tenha uma expressão confusa. Há uma intoxicação de vida. [...] É difícil a procura

de termos para expor o resultado da sondagem. É muito difícil levar as palavras usadas lá dentro de mim” (PAGU, 2005, p. 52). Ou, quem sabe, ela era apenas uma sonhadora que, uma vez desiludida, não tinha mais intenção de deixar aquela outra existir.

Já no caso de Bruna, ou melhor, de Raquel, sabemos que a escrita ocorreu com colaboração, com a ajuda de um *nègre*, ou seja, ela relatou a história e outra pessoa escreveu – por isso nossa dificuldade em definir aqui a questão. Segundo Lejeune (2008), na autobiografia em colaboração, o *nègre* deve buscar manter uma relação interpessoal com o diálogo com qual trabalha. Já ficou óbvio que haverá sua intervenção, porém, no momento do registro, este deve apagar essa intervenção e assumir, como se fosse sua fonte, a relação com o leitor (LEJEUNE, 2008, p. 120).

O redator de uma autobiografia em colaboração se encontra, durante a primeira fase do trabalho, nessa posição intermediária de escuta e questionamento. Mas deve, em seguida, renunciar a esse papel. A única posição que poderá então ocupar, se quiser dar dignidade a seu trabalho, será a do romancista. Deve apostar não no distanciamento, mas na identificação. Embebido da fala do modelo de sua história, ele tentará pôr-se em seu lugar para poder escrever como se fosse ele. (LEJEUNE, 2008, p. 121-122)

Neste caso de autobiografia, segundo Lejeune (2008), quando bem sucedido o resultado final dos trabalhos (o texto), podem ocorrer dois problemas: um, o modelo (ou fonte) acreditar que foi ele quem escreveu, quem registrou no papel a história de sua vida (o que por vezes parece ocorrer com Raquel quando questionada sobre a produção do texto); e outro, seu *nègre*, o redator, acreditar que aquela história, aquela vida, é sua (fato que não temos conhecimento que ocorra com Tarquini). E, assim, ambos se sentem autores únicos, dignos de reconhecimento, daquele texto. Quando, segundo o teórico:

Na verdade, nunca somos causa de nossa vida, mas podemos ter a ilusão de nos tornarmos seu autor, escrevendo-a, com a condição de esquecermos que somos tampouco causa a escrita quanto de nossa vida. A forma autobiográfica dá a cada um de nós a oportunidade de se crer um sujeito pleno e responsável. [...] Somos talvez, enquanto sujeitos plenos, apenas personagens de um romance sem autor. A forma autobiográfica talvez não seja o instrumento de expressão de um sujeito preexistente a ela, nem mesmo um “papel”, mas antes o que determina a própria existência de “sujeitos”. (LEJEUNE, 2008, p. 124)

O problema que encontramos no caso da obra de Bruna Surfistinha é não sabermos ao certo como se deu produção de “seu” texto. Em algumas entrevistas (quando é questionada), ela afirma que teve apenas uma “ajuda” de seu amigo jornalista, Jorge Tarquini

(entrevista concedida a Jô Soares ²⁹), exclusivamente com questões de ortografia (diz não ter sido uma boa aluna). Em outras, já lhe atribui a produção total do texto (Programa, *Nada além da verdade*, SBT ³⁰). Porém, como já mencionamos, é claro na contracapa do livro: “*depoimento a Jorge Tarquini*”.

Lejeune (2008) afirma que a autoria só pode ser confirmada depois de assumida, ou, concedida, atribuída por alguém. Ou seja, não basta escrever ou relatar o texto a ser escrito (p. 124). Assim, consideraríamos *Surfistinha* autora de seu primeiro livro e *Pacheco*, do segundo?

O teórico ainda chama a atenção para outros agentes externos preponderantes na composição da autobiografia composta em colaboração, como: o papel dos editores, por exemplo, e seus estudos quanto ao mercado a ser explorado. Estes que se tornam mais que “simples engrenagens de transmissão, mas, em geral tomam a iniciativa e assumem uma responsabilidade considerável quanto à existência e à própria forma do livro” (LEJEUNE, 2008, p. 125). Assim, o “verdadeiro” autor, tanto pode ser considerado “o empresário que se orienta pela demanda do público e providencia o que poderá satisfazê-la” (p. 126) quanto “o próprio público cujo desejo e credulidade complacente – pois se deixa enganar desde que se usem luvas de pelica – dão a todos os livros um peso (a autoridade) que não teriam sem essa mediação.” (p.126). O *nègre* sempre terá sua participação posta em segundo plano: seja (muitas vezes) omitida ou exposta claramente como secundária, em um prefácio, por exemplo. A ele pode até ser concedido um certo lugar de destaque, mas, nunca aquele a que muitos almejam: a assinatura. A sua participação junto àqueles considerados “não pertencentes do ramo” (não escritores), quando exposta, pode até ser muito bem aceita (quando não, simplesmente ignorada) (p.127).

A pessoa gloriosa, ou exemplar, deve ser um sujeito pleno e completo. Se Deus é, por definição, completo, deve possuir em seu mais alto grau, todos os atributos possíveis, inclusive a existência. Da mesma forma desde o momento em que se revela sua vida em um livro, o herói deve possuir a escrita ou, ao menos, sua representação simbólica: a assinatura. O fato de que essa escrita se faça carne por intermédio da pena de um outro tem pouca importância, desde que o leitor tenha fé. “Leia, isso é a minha vida.” O importante é a presença real do corpo de Cristo na hóstia. Obviamente, sempre há um padeiro envolvido na história. (LEJEUNE, 2008, p. 128)

²⁹ * A entrevista foi enviada ao site You Tube em duas partes, porém, a primeira parte – que é onde *Surfistinha* é questionada a esse respeito -, não está mais disponível. Por isso não conseguimos colocar aqui esse trecho.

³⁰ http://www.youtube.com/watch?NR=1&v=rRgH_ztgdgQ

Como pudemos observar pelos apontamentos de Foucault (2009) com respeito à escrita dos “excluídos” em *A vida dos homens infames*, o que se torna realmente relevante para a escrita do subalterno é sua expressão. A publicação, a glória, o “estrelato”, pode vir como “lucro”. Ou seja, não importa quem “fala”, mas sim, que este alguém “se fale”. E, neste sentido, que importa se é Bruna, Raquel ou Tarquine quem escreve? A “fala” é da pessoa contida no corpo em que habitam Bruna e Raquel, ou seja, de uma subalterna, de uma excluída que “ganha voz”, justamente por sua condição. Semelhante ao que ocorre com Pagu: apesar de “conquistar sua voz”, diríamos, com um pouco mais de facilidade, devido ao momento de transformações culturais e irreverência em que viveu. Apesar de sua condição de mulher, Pagu encontrou um meio (o dos escritores modernistas) em que sua voz (cheia de ousadia e irreverência) tornou-se interessante e lhe “permitiram falar”, mesmo que depois ela tivesse que nergar-se.

CAPÍTULO III – PAGU OU PATRÍCIA? BRUNA OU RAQUEL?

Eu confessarei tudo o que importar à minha história. Montaigne escreveu de si: “ce ne sont pas mes gestes que j’écri; c’est moi, c’est mon essence”. Ora, há só um modo de escrever a própria essência, é contá-la toda, o bem e o mal. Tal faço eu, à medida que me vai lembrando e convindo à construção e reconstrução de mim mesmo.

(MACHADO DE ASSIS)

3.1 PAGU POR PATRÍCIA

Toda a vida eu quis dar. Dar até a anulação. Só da dissolução poderia surgir a verdadeira personalidade. Sem determinação de sacrifício. Essa noção desaparecia na voluptuosidade da dádiva integral. Ser possuída ao máximo. Sempre quis isto. Ninguém alcançou a imensidade de minha oferta. E eu nunca pude atingir o máximo do êxtase-aniquilamento: o silêncio das zonas sensitivas.

(PAGU)

Provavelmente, essas são as palavras que mais definem o sentimento que corroía Patrícia Galvão (ou será Pagu?), a sensação de fracasso diante da completude desejada, a impotência gerada pelo mundo em que vivia, pelas pessoas com quem convivia, isto porque parecia atribuir ao outro parte da responsabilidade. Se a voz que fala acima é de Patrícia, esse outro, que ela parece responsabilizar por sua sensação de fracasso perante a vida, pode tanto dizer respeito ao ser humano (como parte do todo que a cercava) quanto a própria Pagu (uma “criação” sua que não foi capaz de suprir suas necessidades: de evasão e completude). Segundo Freire ³¹ (2008): “Pagu parecia trazer dentro de si a angústia por compreensão e aceitação” (p. 19).

³¹ Tereza Freire, escritora que publicou uma obra fascinante sobre a trajetória de Patrícia, *Dos escombros de Pagu* (2008) que, posteriormente, virou peça de teatro.

Oswald de Andrade, com quem viveu uma intensa história, viu em *Pagu* o que ele chamou de o "mais autêntico símbolo feminino da ousadia e do inconformismo artístico e cultural de seu tempo", "um anjo anárquico que veio ao mundo para nos inquietar", como também definiu o dramaturgo Plínio Marcos³². A "criação" de *Pagu* parece ter sido a forma que Patrícia encontrou de lutar grande parte de sua vida para poder ser quem era e fazer com que o mundo a aceitasse dessa forma. Tivemos muitas representantes na "batalha" pelos direitos das mulheres, pelo direito de ir e vir como bem queriam, mas *Pagu*, dentro do universo brasileiro, foi uma das que mais se destacou.

O tempo todo Pagu fez escolhas, não seguia a corrente. Exerceu – mesmo quando lhe negavam esse direito em nome da família, da pátria, das tradições, do pudor – o direito de fazer as escolhas em que acreditava, muitas vezes por entre o claro-escuro das contradições, dos desastres, das incertezas, da dúvida, da solidão. (FREIRE, 2008, p. 19)

O "relato" da autora, iniciado durante e concluído após sua prisão pela polícia de Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1945), acabou por tornar pálido tudo que se falou a seu respeito até então. Patrícia inicia com uma dedicatória ao companheiro: "Meu Geraldo,", e a explicação do porque o fazia veio acompanhada do convite: "Sofra comigo" e, "*me conheça*".

Muito intensa, Patrícia segue com a descrição de sua infância, seus medos, inquietações e anseios. É a partir das declarações da autora finalmente mulher que observa sua vida de fora, que a autora declara que desde o início, desde menina, já era consciente de seu espírito livre, não passava vontade do que quer que desejasse – por menor que fosse o desejo, satisfazia-o. Segundo Beauvoir em, *O Segundo Sexo* (1980), para um rapaz os impulsos eróticos despertados na adolescência, ou mesmo ainda na infância, confirmam-lhe o orgulho de seu corpo e a transcendência do poder que este pode lhe proporcionar. Enquanto que, na mulher, seja qual for a idade em que tais impulsos comecem a dar sinais, mesmo que esta consiga assumir seus desejos, estes lhe causam embaraço e vergonha. Não somente os impulsos, mas seu corpo todo (1980, p.70). Essa característica, que pode ser considerada central na condição feminina, não condiciona *Pagu* que, a partir dos próprios relatos de Patrícia, demonstra desde cedo uma diferença enorme de postura que a ajudaria a construir a mulher símbolo que ela viria a ser.

Aprofundando a análise de suas escolhas, uma a uma, por meio dos textos que escreveu e tendo presentes os condicionamentos que cercavam a tomada de

³²“Tenha até pesadelos. Mas sonhe”. Artigo de Janaina Abreu para a revista *Almanaque Brasil*, 2002.

decisões, o que sobressai é uma quase inesgotável fonte de energia humana, sempre no encalço da beleza, da verdade, da mudança, da superação, da liberdade, da justiça, da resistência física e moral às adversidades. (FREIRE, 2008, p. 20)

Seu primeiro amor foi vivenciado com aquele que lhe “possuiu” pela primeira vez, Olympio Guilherme - um homem comprometido, com quem tinha que se submeter à clandestinidade. Porém, mais tarde, Patrícia declarou nunca ter realmente amado este homem. Em seu relato ela afirma: “Lembro de minha submissão absoluta. Não ao homem. Ao amor. [...] Eu só queria amar” (PAGU, p. 54). Um fato interessante é que ela não se esforçava em expor isso a seu companheiro, permitindo que este pensasse o que quisesse, sem necessidade de expor sua independência sexual - bastava-lhe sentir.

Desde cedo, *Pagu* tinha muita consciência de que era feita da mesma matéria que todos os outros seres humanos - incluindo os homens. Podia não saber ao certo o que queria ou o que não queria, mas de uma coisa tinha certeza, tinha direito!

3.2 RAQUEL POR BRUNA

Bem, é uma história longa. A minha, pessoal, e a da Bruna. Sim, somos duas. Com duas histórias diferentes numa mesma garota: eu.

(SURFISTINHA)

Nesta afirmação: “somos duas. Com duas histórias diferentes numa mesma garota: eu”, já é possível perceber – pelas próprias palavras da autora – a entrada de uma terceira pessoa, um terceiro “eu”. A “autora” declara que, Bruna e Raquel, são o oposto uma da outra, porém, não só o seu relato expõe muitas semelhanças entre elas, como em entrevistas (agora “Raquel Pacheco” tomando a palavra) em que ela deixa claro isso: Marília Gabriela questiona sobre se ela (Raquel Pacheco) gostava de seu ofício (o de Bruna, a prostituição), e assim ela responde:

Eu gostava, eu gostava. Eu uni o útil ao agradável. Porque eu queria ganhar dinheiro. Pelo fato de, de ter sido criada por uma família de classe média eu não queria sair da casa dos meus pais pra, pra mudar de padrão de vida com a qual eu estava acostumada. Então, eu queria ganhar dinheiro e eu gostava de fazer sexo.

Então, eu uni um ao outro. (Entrevista de Raquel Pacheco concedida a Marília Gabriela no programa *De Frente com Gabi*, na rede de televisão SBT, exibido em 20/02/2011 ³³ - grifo nosso)

Quem é esse **Eu** que fala? Não nos parece ser Bruna nem Raquel. Essa “garota” que “gostava muito de fazer sexo e de dinheiro” se assemelha sim muito à figura de Bruna, mas não inteiramente. A “luta” de identidades que ocorre “dentro” da autora parece acompanhá-la além das páginas da escrita de si.

Os primeiros relatos do livro tratam da rotina diária da prostituta, a vida de *Bruna*. Descrição detalhada das relações sexuais dos estipulados cinco programas diários (às vezes seis), das técnicas desenvolvidas por ela para atender seus clientes, de forma ágil e funcional, para melhor desempenhar seu ofício.

Em seguida, temos o início da história de Raquel e a distinção feita pela própria autora no título do segundo capítulo: “*Raquel, a menina – Bruna, a mulher*”. Interessante observar que a autora quando fala de Bruna, ou Raquel, quase sempre o faz em terceira pessoa. Mas, com Raquel, isso é mais acentuado, como se esta fosse um centro. Um relato quase comovente de uma menina rejeitada por sua aparência:

Por ter sido uma criança obesa, cresci escutando piadinhas e apelidos maldosos das pessoas ao meu redor. Quando somos crianças, a nossa ingenuidade não nos permite compreender o motivo pelo qual as pessoas não nos aceitam do jeito que somos. Para falar a verdade, muitas pessoas também não aceitam as diferenças dos outros, mesmo quando adultas. Eu tinha poucos amigos e, pelo fato de não ter autoestima, também não procurava conviver num grande círculo de amigos. Não era convidada para brincar na hora do recreio e as crianças me isolavam. (PACHECO, 2006, p. 50)

Com apenas treze anos de idade já se entregaria a inúmeros meninos como objeto sexual, simplesmente um pedaço de carne, disponível e dispensável. Porém, extraordinariamente, ela não se deixava abater por isso. Talvez, os primeiros indícios do posterior nascimento de *Bruna*. A menina gostava da sensação de “ficar” em uma “balada” com mais de 10 garotos em uma única noite - isso engrandecia seu ego enxovalhado por piadinhas e desprezo, muitas vezes, indiferença, durante o dia. Ela se sentia mulher, ou, mais mulher que suas “coleguinhas” de escola – em um exercício desde “cedo” de outras identidades, no caso aqui a de “mulher”. Mas tinha consciência de que seu sucesso à noite pudesse vir da penumbra, do fato de os meninos não poderem ver ao certo quem ou em que “pegavam”: “Eu, uma garota de 13 anos, cheia de espinhas pelo rosto, ainda meio gordinha, mesmo com vinte quilos a menos, à base de regime. [...] No escuro, eu devia parecer bonita”

³³<http://www.youtube.com/watch?v=6rbOkNnlFsU&feature=related>

³⁴(2005, p. 35). Para eles pouco importava, em plena puberdade, queriam era “pegar”, e ela, queria ser “pegada”: “A fama de galinha no colégio pouco me importava.” (2005, p. 35). Mas durante o dia tudo era diferente, os mesmos meninos da noite passada fingiam não reconhecê-la, ou sequer, lembrar do ocorrido, a não ser para enxovalhar um pouco mais seu nome: “Nenhum garoto da escola me dava bola, nem na rua, nem em lugar nenhum. Apenas na noite.” (2005, p. 35). Assim, a menina ficou reconhecida como “fácil”: “quem quiser é só chegar”. Passou a ser “adorada” pelos meninos (“Era como se eu fosse um menino. Para eles ter fama de galinha era sinal de macheza”, 2005, p. 35), e odiada pelas meninas. Ódio esse que ela não se importava nem um pouco em despertar, afinal, para ela as meninas odiavam era sua coragem de fazer o que muitas delas também queriam e não conseguiam por medo de quebrar tabus, medo de represálias e de “ficar na boca do povo”.

Para mim era um troféu, a prova de que alguém me desejou numa noite. Uma noite de sexo selvagem, quem sabe? Eu sabia da verdade. Eles, não. Esse era o grande barato. Foi o meu jeito de chamar a atenção de todo mundo. (SURFISTINHA, 2005, p. 35)

Raquel desejava ser amada e, diante das circunstâncias, esse foi o caminho que encontrou. Controverso, mas não menos eficaz, afinal, segundo a “ciência popular”, só se odeia aquilo que se ama. Porém, as pessoas que desejam muito uma coisa, mesmo quando a conquistam, raramente conseguem se satisfazer. Seguindo este pensamento, fica clara a insatisfação constante de Raquel Pacheco, confirmada pela publicação de suas memórias, pois, conforme explicita o teórico russo Mikhail Bakhtin:

O amor é o segundo aspecto dos valores biográficos. [...] O desejo de ser amado, a consciência, a visão e a forma que se pode ter na consciência amorosa do outro, a vontade de fazer desse amor almejado do outro a força organizadora e motriz da vida, tudo isso é ainda uma maneira de crescer e de se engrandecer no clima da consciência amorosa do outro. (BAKHTIN, 1992, p. 171)

Segundo Lejeune (2008), na maioria dos casos de introspecção, quem narra é quem age, ou seja, o Eu que narra (sujeito) é o mesmo Eu que age (objeto) - independente da identidade entre autor e narrador. E, já aí, temos indícios de quem narra o diário da prostituta, apesar de algumas vezes referir-se a si mesma na terceira pessoa (“Bruna nasceu para o sexo”, p. 15). E Bruna quem conta sua “própria” história. Já Raquel é referida quase sempre em terceira pessoa, sendo assim, quem narra a história de Raquel? Bruna? A personagem

³⁴“Quando coloquei na cabeça que precisava emagrecer para ser aceita, perdi pouco mais de vinte quilos. Passei a ser um padrão de beleza, como as pessoas costumam dizer, mas eu não era feliz. A minha felicidade era comer horrores e sentir prazer com a comida. Na adolescência tive bulimia por causa deste trauma que carreguei da infância. Mudei minha maneira de ser por causa das pessoas ao meu redor” (PACHECO, 2006, p. 50).

ficcional é quem conta a história de sua (possível) “autora” empírica? Ou realmente há uma terceira voz no texto?

Há momentos em que realmente parece que é Bruna quem também conta Raquel, até com tom meio irônico, como se fosse a “mestre” falando de sua futura “pupila”:

...Raquel mudava da água para o vinho, da meiga filha mimada para uma adolescente sem freio, mentirosa. Havia treinado muito beijo no espelho do banheiro, na laranja, no braço, sempre confiante nas dicas das revistas de meninas. (SURFISTINHA, 2005, p. 15)

Como vemos, a princípio temos duas vozes, a de *Bruna* e, vez ou outra, a de *Raquel*, e talvez uma terceira. Porém, mesmo que percebêssemos apenas uma, segundo Bakhtin (1992), jamais o discurso presente em tais páginas poderia ser de uma só pessoa. O autor nega uma autossuficiência do eu, a partir da qual os discursos se construiriam numa condição adâmica, original, primeira. Para ele, os discursos são fruto da interação, da participação simultânea de sujeitos, interlocutores e não mais entidades isoladas. É certo que as enunciações têm sua produção sob uma situação mirada, objetivada, mas nascem do movimento cíclico, caótico, das relações históricas estabelecidas entre esses mesmos sujeitos. Ou seja, a autora empírica tenciona contar sua história, mas essa história não é só sua. Todas as personagens presentes fazem parte dela, seus discursos, seus atos, suas intenções, uma infinidade de fatos narrados por ela, porém, que não dependeram diretamente e somente dela¹.

Raquel ou a entidade que narra sua história conta que, quando menina, permitia que todos acreditassem que com treze anos já fazia sexo com quem bem queria, porém, a verdade não era bem essa: “Na hora de transar de verdade, de ser penetrada, ficava arrependida e com medo” (SURFISTINHA, 2005, p. 17): “Sempre arrumava uma desculpa e caía fora” (2005, p. 18). Os meninos com quem “ficava” distorciam essa verdade, dizendo que haviam “ido até o fim” e ela, surpreendentemente, ao contrário de outras meninas que passavam pela mesma situação, não os desmentia, permitia que falassem o que quisessem – já demonstrando aí tendência para uma vida ficcional. Permitir que lhe atribuísem uma imagem que (no momento) “não condizia” com quem realmente ela era, possibilitava-lhe um local seguro, de refúgio dela mesma através da ficção.

Segundo Bakhtin (1992), a representação de si mesmo que o sujeito faz (o “eu-para-mim”), toma proporções relevantes no movimento narrativo da autobiografia. Ao retornar sobre si mesmo, o Eu irá transportar a noção de autoconsciência para a representação, local onde esse “si mesmo” não corresponderá nem ao eu e nem ao outro, mas sim à imagem que

esse sujeito faz, ou melhor, cria de si – identificação imaginária, originada em virtude do olhar lançado sobre um *outro*. Assim, quando um “determinado” Eu observa Raquel, a menina rejeitada por sua aparência e atitudes controversas, esta ganha ares de corajosa, ousada e “popular”, como desejava ser.

A “autora” parece tencionar demonstrar a atitude de Raquel com relação ao sexo nessa fase como parte de uma personalidade rebelde que já se formava nela enquanto menina. O fato de saber desde os cinco anos de idade que era filha adotiva (o que não entendia direito, o porquê de seus pais biológicos a terem abandonado) e a superproteção dos pais contribuíam para alimentar a contraversão que “parecia” inata em Raquel.

Além das “relações” que descobria com os meninos, sua curiosidade sexual não tinha limites. Aos 14 anos, começou a sentir desejo também por meninas. Havia um pouco de receio por se imaginar lésbica, porém, o receio não era suficiente para impedi-la de matar sua curiosidade. Começou consumindo *Playboys*, o que só fez aumentar sua ânsia, até que teve sua primeira relação com outra menina – relação na qual Raquel foi “bem mais longe” do que habitualmente ia com os meninos. Foi com uma amiga, satisfatória para ambas, porém, a amizade nunca mais foi a mesma, e o afastamento foi inevitável – posteriormente, quando já adulta e conhecedora de sua sexualidade, Bruna confessa em seu relato a sua incomparável preferência por mulheres, o que, segundo ela, não a caracteriza como lésbica, uma vez que declara apenas uma preferência.

Tudo ia bem até o fato que acabaria de vez com sua “reputação” e obrigaria Raquel a mudar de colégio. Os meninos fizeram sua “*fama de galinha*” (como ela mesma afirmou), porém, eram sempre histórias que aconteciam fora do colégio, sem testemunhas e, portanto, não havendo como serem comprovadas, alguns ainda lhe concediam o benefício da dúvida. A história mudou e ganhou força quando Raquel se “deixou levar” por um menino da classe (que muito a interessava), fazendo sexo oral nele como uma verdadeira “profissional”. Por mais que tivessem combinado não comentar nada sobre o ocorrido, o menino fez questão de espalhar a história, e o colégio todo ficou contra ela. O fato chegou até a diretoria e a mãe da menina foi chamada. Não restou outra coisa a não ser mudar de escola.

Raquel entrou em depressão, começou a usar Prozac e a “neura de engordar de novo me levou à bulimia” (SURFISTINHA, 2005, p. 55). Aos 16 anos veio a primeira tentativa de suicídio com o revólver de seu pai, mal sucedida. Passado alguns dias, veio a segunda. Tentou

pular pela janela do nono andar (onde morava), mas, dessa vez, faltou coragem e nunca mais tentou.

Ao passo em que (para ela) ia se tornando “mulher”, sentia necessidade de adquirir “coisas” que julgava realmente necessárias a sua nova condição: roupas, sapatos, bolsas, maquiagem.... E acabou por desenvolver um consumismo exacerbado. Capricho que lhe custava cada vez mais dinheiro, passou a “afanar” pequenos valores - primeiro dos próprios pais, depois até de colegas do colégio. Mas esse “gostinho” pelo proibido já a acompanhava desde muito cedo. Ela conta em seu diário que aos oito anos de idade sentia prazer em “pegar” pequenas “baboseiras” na padaria que frequentava com sua mãe, doces, balas, chocolates... Ela sabia que a atendente sabia o que ela fazia, mas enquanto não falava nada a sua mãe, ela continuava a fazer. Até chegar ao ponto em que todos já sabiam do seu “pequeno vício”: “... os doces não eram suficientes e eu me descobri compulsiva por dinheiro. É isso mesmo: o dinheiro sempre me dominou” (2005, p. 65).

Foi “pega” no colégio se “apropriando” do dinheiro de uma colega de classe. Sua mãe, obviamente, foi chamada na escola para esclarecimentos. A mãe de Raquel não conseguia acreditar em tal fato - relutou, chegou a defender a filha. Mas, a grande decepção veio com a confirmação em sua própria casa. Já sabia que a filha “pegava” sem autorização pequenos valores que encontrava pela casa. Havia passado a esconder o dinheiro, e assim, Raquel se “obligou” um dia (na necessidade frenética de comprar) a pegar “emprestado” (tinha intenção de um dia devolver) um conjunto valiosíssimo de joias de sua mãe - presente do marido em um dia dos namorados. A descoberta desse furto pelos pais, e a repercussão que tal fato teve dentro da família de Raquel, foram decisivos para a atitude que mais tarde ela tomou de sair de casa. Seu pai, inconformado pelo ocorrido, visto a educação que acreditava ter dado à filha, em um impulso violento, espancou-a por três dias e deu parte dela à polícia. Ela justificou o roubo das joias pelo consumo de maconha (parte apenas da verdade). Escapou da FEBEM, mas foi trancafiada de vez em casa. E, assim, mesmo reconhecendo seu erro, movida pela revolta, o desejo que já tinha de “libertar-se” aflorou em Raquel:

Precisava fugir dali, ir viver minha vida, antes que ele decidisse se e como eu deveria vivê-la. Naquela casa de portas trancadas, eu era uma espécie de cobaia humana. Primeiro as portas trancadas, depois as gravações e, agora, o silêncio total: ninguém mais falava comigo ali. (SURFISTINHA, 2005, p. 80-81)

Mesmo antes do ocorrido com o roubo das joias, Raquel e seu pai já se desentendiam constantemente. Após o grande período de silêncio, quando os pais da menina perceberam seu

desejo pela independência a indagaram sobre como sobreviveria sem a ajuda deles fora de casa e na insistência em afrontar o pai, Raquel contou que intencionava ser “massagista para executivos”. A primeira reação do pai foi espancá-la novamente, mas, ao invés disso, tentou pela primeira vez conversar com filha. Conversa inútil, já que não tendo “jeito” para isso, (como afirmou Bruna) acabou por incitá-la ainda mais com os desaforos e a falta de crédito em seu êxito – tudo na tentativa de fazê-la desistir da ideia:

Putá...Vagabunda...Piranha... As frases sucediam, como se ele nem parasse para respirar. [...] “Toda puta tem Aids. Eu lamento muito que vá morrer sozinha, aidética, no Emílio Ribas”. Então tá: se para ser livre tivesse que de ser puta, era o que eu seria. E se tivesse que morrer, que assim fosse. (SURFISTINHA, 2005, p. 83)

Raquel começou a arquitetar como faria e, na primeira oportunidade, fugiu de casa para ganhar a vida da forma que julgava mais fácil no momento - foi parar na casa da Franca.

Com a mãe, a relação da menina era um pouco diferente, apesar desta também não aprovar seu comportamento, nutria um afeto pela filha muito mais visível a seus olhos, pelo menos. Quando esta também deixou de falar com ela foi demais para Raquel: “... nunca mais ouvir ‘minha filha’ na voz acolhedora da minha mãe talvez seja o mais perto da solidão da morte que já cheguei” (2005, p. 81). No relato do último dia que passou na casa dos pais, a “autora” expõe o imenso amor que Raquel sentia pela mãe e o sofrimento por deixá-la:

“Tchau, mãe.” Ela não respondeu. Ela não se virou. Eu sabia que era para nunca mais. Ela não. Fiquei parada na porta um segundo, olhando para ela. Ela não se virou. Me arrependo tanto do abraço que não tive coragem de dar naquela hora. Eu amo minha mãe. Ela não sabia. (SURFISTINHA, 2005, p. 92)

Esse episódio, retratado também no filme compreende uma das cenas mais marcantes da película. E possivelmente uma das que mais é mencionada nas entrevistas que Raquel concedeu após sua estreia. O questionamento sempre levantado é quanto a sua veracidade, afinal, como uma pessoa que declara tanto amor por sua família conseguiu “abandoná-la” assim, de uma forma tão fria? E Raquel sempre atribui a sua frieza um ato de coragem. Coragem esta que, hoje, Raquel afirma surpreender ela mesma:

- De onde, de onde?

- Acho que pela minha vontade de, de viver. Eu tenho muitos medos, mas eu nunca tive medo da vida, nunca tive medo de, de ir atrás do que eu acho bacana pra mim. (Entrevista de Raquel Pacheco concedida a Marília Gabriela no programa *De Frente com Gabi*, na rede de televisão SBT, exibido em 20/02/2011 ³⁵)

³⁵<http://www.youtube.com/watch?v=6rbOkNnlFsU&feature=related>

3.3 PAGU

Coco de Pagu

Pagu tem os olhos moles
uns olhos de fazer doer.
Bate-côco quando passa.
Coração pega a bater.

Eh Pagu eh!
Dói porque é bom de fazer doer.

Passa e me puxa com os olhos
provocantissimamente.
Mexe-mexe bamboleia
pra mexer com toda a gente.

Eli Pagu eh!
Dói porque é bom de fazer doer.

Toda a gente fica olhando
o seu corpinho de vai-e-vem
umbilical e molengo
de não-sei-o-que-é-que-tem.

Eh Pagu eh!
Dói porque é bom de fazer doer.

Quero porque te quero
Nas formas do bem-querer.
Querzinho de ficar junto
que é bom de fazer doer.

Eh Pagu eh!
Dói porque é bom de fazer doer.

(RAUL BOPP)

Foi precocemente que Pagu começou a escrever. Produzia poemas e desenhava de forma inquietante, já aí demonstrava talento. Foi aos 18 anos, recém-saída da escola normal, que seu jeito irreverente ajustou-se “como uma luva” ao espírito dos modernistas (FREIRE, 2008, p.46), e logo se tornou conhecida no meio artístico - foi considerada musa do modernismo brasileiro (apesar de não ter participado da Semana de 22 – tinha apenas 12 anos no momento) -, quando é apresentada a Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. Tornam-se amigos inseparáveis, e desde o primeiro momento, Oswald já demonstra fascinação pela garota.

É somente em 29, na segunda fase do antropofagismo, que Pagu começa a contribuir efetivamente para o movimento, com a publicação de croquis (nitidamente influenciados por Tarsila do Amaral). O “título” de musa do modernismo estava mais ligado a sua presença, sempre bela e irreverente, naquele meio do que a sua criação artística. É claro que é possível encontrar traços do movimento em sua produção, mas sua ligação a ele era restrita. Afinal, sua crítica, mordaz, não o aceitava completamente: “A eterna história dos intelectuais modernos, que se acham na obrigação de fazer “circulozinhos” em torno de qualquer nome que a imprensa publica duas vezes na crônica escandalosa” (PAGU, 2005, p. 138).

Em 1929, ocorreu no Rio de Janeiro a primeira exposição individual de Tarsila. Pagu a acompanhou desde a chegada. A curiosidade dos jornalistas em relação à jovem desconhecida junto à grande artista plástica leva-os a uma improvisada entrevista, na qual, Pagu é questionada quanto a quem mais admirava, e assim ela responde:

- Tarsila, Padre Cícero, Lampião e Oswald. Com Tarsila fico romântica. Dou por ela a última gota do meu sangue. Como artista só admiro a superioridade dela.
- Diga alguns poemas, Pagu.
- Pagu é a criatura mais bonita do mundo, depois de Tarsila. (FREIRE, 2008, p. 47 *apud* Augusto de Campos, *Pagu vida-obra*, p. 323)

Interessante observar que neste momento da entrevista Pagu já havia se envolvido intimamente com Oswald, marido de Tarsila. Segundo Freire (2008), talvez toda essa exposição de devoção à pintora por parte da jovem talentosa e ousada que tanto encantava Tarsila, tenha vindo de uma espécie de sentimento de culpa que incomodava Pagu (p. 47).

Freire (2008) ainda lembra o depoimento do arquiteto e artista plástico Flávio de Carvalho, no qual, este expõe que Pagu “era uma colegial que Tarsila e Oswald resolveram transformar em boneca. Vestiam-na, calçavam-na, penteavam-na, até que se tornasse uma santa flutuando sobre as nuvens” (FREIRE, 2008, p. 48 *apud* Augusto de Campos, *Pagu vida-obra*, p. 320). Pagu não apenas traiu Tarsila com Oswald, mas “tomou” para si o amor da amiga, casando-se com ele.

Resta-nos a pergunta: se Pagu admirava tanto Tarsila e tinha tanto apreço por ela, devotando-lhe tanto carinho e respeito, como conseguiu envolver-se tão intimamente com seu amado? Como teve coragem de magoar a pessoa que tanto lhe ajudou, que tanto se dedicou a ela? Longe de julgar os atos de Pagu, tentamos aqui entender os motivos que levaram Patrícia a tantas escolhas responsáveis por tanta dor em sua vida. Porque sim, quem fazia as escolhas era Patrícia, mas, se observarmos bem, apesar das “duas” viverem estas escolhas, a

responsável aparente era sempre *Pagu*. Pagu era a “doidivanas” inconsequente, ousada e irreverente.

A trajetória de Pagu no partido comunista foi movida pelo seu desejo por mudar o mundo e por sua crença de que o Partido seria o veículo para tamanha façanha. Este que a expôs e submeteu a todo tipo de humilhação e exploração. Em seu relato, ela fala de todos os homens com quem “teve” que “compartilhar lençóis” em nome da causa. Imposição, sim, porém, aceita por ela - a mulher caracterizada pela rebeldia e por não se submeter a controle algum. Mas o que realmente a levava neste momento, e em tantos outros, à submissão contra a que tanto lutava? Falta de força provavelmente não era. Punição por algum “mau” ato que julgasse ter cometido? Provavelmente a resposta mais apropriada seja o fato levantado no início deste tópico: seu desejo incontrolável por aceitação.

Além de tudo, Pagu ainda sofreu preconceito dentro do partido de não ser de fato uma operária. Exigiram dela a entrada em uma fábrica para que conhecesse realmente pelo que lutava. Porém, mesmo em um movimento tão respeitável por sua ideologia e convicções, a maioria dos homens continuava vendo-a como um pedaço de carne exposta em uma vitrine – e ela permita esta visão. Ramon, o homem a quem tentou defender dos policiais na delegacia, quando foi presa pela primeira vez, foi o primeiro a “usá-la” para satisfazer suas necessidades animais. Algo a que ela não se opôs, mas que ela depois dirá que a repugnou desde o primeiro instante, principalmente, por este ter declarado abertamente tanta simpatia por sua companheira, Carmem.

Na segunda vez em que foi detida sofreu todos os maus tratos possíveis a uma mulher na prisão - o que felizmente não lhe causou maiores traumas: “A prisão não tinha importância para mim, a não ser no que se referia à paralisação do trabalho começado. [...] E, no fundo, talvez sentisse alegria com o sofrimento que era proporcionado por minha luta” (PAGU, 2005, p.90-91) –, talvez assim a reconhecessem como uma igual e a aceitassem, podia pensar ela. Mas o contrário aconteceu. Começou a surgir certo olhar de reprovação do partido em relação a ela, como se seus esforços não fossem suficientes.

Tornou-se a primeira comunista presa da história do país, e muito se comentou sobre sua atuação - lendas foram criadas, exageros, atribuições que não lhe pertenciam. E, isso não agradou aos dirigentes do Partido: “Soube que o meu nome era propalado aos quatro cantos e repetido com entusiasmo no meio dos proletários, o que era considerado pernicioso pelo

Partido, por se tratar de uma militante de origem pequeno-burguesa” (2005, p.91), chegou até a circular “o boato de que eu tinha dominado a ação dos soldados, que não tinham atirado por minha causa” (2005, p.91). Ao partido não era interessante que um nome se sobressaísse, a organização é que deveria ser comentada; assim, para sua preservação, obrigaram-na a declarar (ainda presa) que agira por conta própria, sem o conhecimento ou autorização da organização. O que realmente a fez sofrer, sentindo-se humilhada, mas mesmo assim concordou; afinal, seu único desejo naquele momento era que “pudesse ser tratada como uma igual, apenas como uma militante qualquer de base” (2005, p.92).

O partido chegou a exigir que Pagu deixasse Oswald definitivamente:

A organização determinava a proletarização de todos os seus membros. Eu não era ainda membro do Partido Comunista. O preço disso era o meu sacrifício de mãe. Ainda havia condições mais acentuadas. Oswald era considerado elemento suspeito por suas ligações com certos burgueses, e eu teria que prescindir de toda e qualquer comunicação com ele e, portanto, resignar-me à falta de notícias de meu filho. (PAGU, 2005, p.95)

Mais tarde o partido também optou por devolvê-la a Oswald, para que se recuperasse fisicamente de um acidente em uma das fábricas em que trabalhou como operária o que lhe custou um desvio de útero. Porém, ela jamais aceitaria tal sugestão: "Eu o tinha abandonado, tinha deixado minha casa e meu filho, rompendo todas as nossas relações comuns. Como voltar nessas circunstâncias? Com que direito iria lhe impor minha pessoa doente e sem recursos?" (PAGU, 2005, p.106).

Quando exigiram que se prostituísse pelo partido, para obter informações, protestou:

— Não. Eu nunca farei nada disso. Estão todos enganados comigo. Naturalmente, vocês vão atrás dos boatos que correm a meu respeito no mundo burguês. Pensam que uma aventura a mais ou a menos para mim não tem importância nenhuma. Uma mulher de pernas abertas: é o que vocês pensam. Nunca, nunca farei nada disso. Façam de mim o que quiserem. Mandem-me matar, que eu matarei seja quem for, mas abertamente, me responsabilizando por tudo. Mandem-me matar o Getúlio ou o diabo. Mandem-me botar fogo na polícia ou enfrentar o Exército inteiro. Dar tiros na avenida ou ser morta num comício. Mas não tomar parte em palhaçadas ridículas, com o sexo aberto a todo mundo. (PAGU, 2005, p.127)

Protelou mas o fez: “Sim, me entreguei não como uma prostituta que comercializa pela primeira vez. Com muito maior consciência da sujeira, da podridão, e sem nenhuma vergonha mais” (2005, p.133).

Fatos estes que Pagu justificava como “em prol da causa”, no momento em que aconteciam. E que mais tarde ela viu que não passaram de abuso de poder e menosprezo pelo

seu corpo, por sua ideologia, por tudo que ela acreditava ser e que eles (o Partido) jamais aceitaram como verdade.

Como Bakhtin afirmou, o afastamento é nitidamente, pelo relato de Patrícia Redher Galvão, necessário para uma melhor observação, clareza, compreensão e possível fechamento de uma situação, de uma história, de um herói. Quando Pagu relata, ao final da narrativa, sua experiência em Moscou - o berço do comunismo, da ideologia pela qual lutava, de tudo aquilo que acreditava ser a solução para os problemas do mundo – demonstra uma decepção inexplicável: “Procurava talvez a humanidade. Tudo me decepcionava. Não sabia o que procurava, mas não encontrava nada” (PAGU, 2005, p. 142). A constatação de que o ser humano é o mesmo ser humano em qualquer lugar que se vá, sob qualquer política a que esteja submetido, cultura ou crença fez com que ela se sentisse ingênua. Ao olhar para tudo aquilo que havia vivido pela causa como perda de tempo, desiluiu-se com o comunismo,

senti que me puxavam pelo casaco. Era uma garotinha de uns oito ou nove anos em andrajos. Percebi que pedia esmola. [...] Os pés descalços pareciam mergulhar em qualquer coisa inexistente, porque lhe faltavam pedaços de dedos. Tremia de frio, mas não chorava com seus olhos enormes. Todas as conquistas da revolução paravam naquela mãozinha trêmula estendida para mim, para a comunista que queria, antes de tudo, a salvação de todas as crianças da Terra. [...] Então a revolução se fez para isto? Para que continuem a humilhação e a miséria das crianças? (PAGU, 2005, p. 150)

Pagu, ao contrário do que passa sua imagem imortalizada de garota ousada que não se deixava dominar - muito menos pelo gênero masculino -, submeteu-se a “tudo” e a “todos” em busca de sua realização pessoal: a aceitação de quem era e de como era.

3.4 BRUNA SURFISTINHA

O ofício de Bruna começou aos 17 anos - diante de todo seu desejo sexual, agradava-lhe a ideia de ser possuída diariamente por vários homens diferentes. Afinal, já aos 14, em sua primeira experiência a menina afirmou: “Não bastava um: tinham que ser vários para me satisfazer” (SURFISTINHA, 2005, p. 14). Porém, sua ilusão logo caiu por terra. No segundo programa, Bruna entendeu que os tantos homens com os quais “iria para cama” nem todos

correspondiam à imagem que ela apreciava de homem. Ainda como antes, ela estava ali para ser escolhida, porém, agora não podia recusar nenhum - quanto mais clientes, mais dinheiro. E, rapidamente, percebeu também que teria que “trabalhar” muito para alcançar o montante que julgava que receberia facilmente por permitir que usassem seu corpo.

Bruna declara com mais força, ao se lembrar de seus primeiros programas, a sua preferência por mulheres, afirmando “com todas as letras” sentir nojo do sexo masculino, não do homem em si, até que este esteja em sua cama: “O que me pega é o cheiro. Tem homem que toma banho e não adianta” (2005, p. 26). Temos aí uma “realidade” que, segundo a cultura popular, seria uma das que mais permeia o imaginário masculino: uma mulher que também gosta de estar com outras mulheres, ou seja, disposta a um “*ménage à trois*”.

Bruna declara também sua satisfação em desvirginar estudantes “inocentes”. Ensinar-lhes a “arte”, satisfazer seus primeiros desejos – que, segundo ela, não são muitos nesse momento, o que predomina é a vontade de estar com uma mulher de verdade, tocar em tudo aquilo que veem nas revistas: “Finalmente, descobrir a consistência de um seio, aprender como pegá-lo, passear com a mão na gruta de prazeres escondidos que toda mulher carrega entre as coxas” (2005, p. 31). E apesar da também pouca experiência da recém chegada, Bruna, considerava-se desde já “boa” no que fazia: “Não há cartilha que substitua uma boa professora...” (2005, p. 32); “Acho que ensinei bem muitos deles” (2005, p. 33). A baixa autoestima acompanhada da “síndrome de patinho feio”, que Raquel carregava desde a infância, rapidamente cedeu espaço para uma autoconfiança inimaginada pela garota. Principalmente por estes meninos, que quase sempre a escolhiam - o que ela justifica com o fato de aparentar menos idade (que realmente tinha) que as outras garotas, veteranas no ofício. Justificativa esta que não diminuía nem um pouco a autoestima recém conquistada.

Entretanto, as maiores revelações do *diário de uma garota de programa* estão não nos detalhes picantes das relações sexuais que Bruna mantinha com seus clientes, mas nas “*taras*” confessadas a ela nos momentos em que fazia papel de psicóloga (como ela mesma se autointitula) dos mesmos, assim como nas estatísticas estipuladas por ela. O que rendeu à Bruna Surfistinha um absurdo número de acessos a seu *blog* foi à atribuição de notas a seus clientes (novamente a posição de “professora”). Além da curiosidade daqueles que já haviam feito programa com ela, isso ainda aguçava o desejo de novos clientes por serem também avaliados por uma “profissional”. Com o livro, a autora pode ter percebido que “precisava”

fazer algo parecido, porém diferente. Talvez assim se explique o porquê destas revelações, e porque só então.

Bruna ouviu muitas confissões de seus clientes: desejos reprimidos por suas mães; por crianças; por sexo anal.... Ela afirma que, mesmo em sua condição, ela ainda se reserva o direito de se escandalizar e de preservar determinados limites. De todas as taras que teve conhecimento, a pedofilia ainda é a que mais a assusta. Principalmente um caso específico: um pai que mantinha um caso sexual com um amigo de seu filho – e, não por nutrir algum desejo ou sentimento pelo menino, mas sim por desejar o próprio filho e coincidir do amigo se parecer muito com este. Bruna conta que tal confissão lhe foi feita aos prantos pelo cliente, que chorava desesperadamente porque o próprio filho tinha pegado o pai mantendo relações com o amigo e, obviamente, iria contar a sua esposa. Porém, o pai chorava não por medo de represálias, nem por vergonha, chorava por conta do sentimento mórbido que nutria pelo filho o tomava de tal forma que não conseguia se afastar do menino que se parecia tanto com ele.

Bruna também expõe o *“lado pouco glamoroso”* das garotas de programa: o pouco tempo que têm para se refazer entre um programa e outro; dever de faxinar o próprio quarto; e o segredo, muitas vezes, independente do número de programas, as roupas de cama e toalhas são trocadas apenas uma vez ao dia. Fato que a enojava, e que tratou de modificar assim que ficou independente na profissão. Afirma, que chegou a ter 80 pares de toalhas, todas brancas, para que nenhum cliente tivesse que se enxugar em uma toalha já usada por outro.

Mas o *“lado pouco glamoroso”* de Bruna não para por aí... Houve uma fase de sua profissão em que o “nível” não só de seu ambiente de trabalho como de sua clientela, baixou mais ainda do que ela imaginava possível. Sua passagem pelo *Campo Belo* (o Vintão, como ela chamava), por mais rápida que tenha sido (dois dias), não foi menos dolorosa, porém, “bem didática” (2005, p. 48). Confessa,

luxo zero – idem de higiene. Bagaceira, pulgueiro, pocilga mesmo. Imaginem que o quarto é tão pequeno que só cabem uma cadeira fuleira e um colchão de solteiro no chão, com um lençol podre por cima (que só é trocado uma vez por dia). A trepada é rapidinha, 10 a 15 minutos: programas expressos, dez reais para o cafetão, dez para a garota. (SURFISTINHA, 2005, p. 48)

Bruna conta que nessa fase seus clientes eram garis, faxineiros, assalariados e, “pasmem” (palavras da autora), homens “bem de dinheiro”. Ela se lembra de um engenheiro quarentão que dizia preferir um “programinha” a cada dia do que um “programação” por mês – quantidade e não qualidade.

Em suas memórias, a garota de programa esclarece também a origem de seu nome de “guerra”, ou melhor, seu “sobrenome”. Em uma casa da rua Michigan, no Brooklin, havia duas “Brunas”: “Um cliente escolheu a Bruna e a gerente levou a outra para ele. ‘Não é essa, quero a surfistinha.’ Gostei do cara. [...] ‘Por que você me chamou de surfistinha?’ ‘Você tem estilo’. ‘Taí: gostei!’” (2005, p. 54).

Foi depois disso que Bruna começou a atender em um *flat*, passando a ser *Bruna Surfistinha*. Atendia casais de forma rotineira, iniciando-se no “interessante mundo dos clubes de swing” (2005, p. 63). Esses novos hábitos do ofício levaram Bruna a “uma conclusão sobre a alma feminina: elas gostam de estar com outra mulher” (2005, p. 63).

atendi um casal meio esquisito que, se tivesse visto numa casa de *swing*, não chegaria nem perto. Ele era meio feioso, meio gorducho, meio calvo, com um cabelo meio enebado, sei lá. Definitivamente, não era meu tipo de homem. A mulher era estilo botijão, baixinha, gordinha e com jeito de quem não mandava bem na cama. Eu sugeri um banho antes da transa. Enquanto o marido foi tomar o dele, ela ainda veio com uns papos nada a ver, que me deixaram um pouco irritada. Só respondia “hum-hum”, “sim”, “não”. Quando ela foi tomar um banho, o marido ficou lá no quarto, peladão, mas quieto, aguardando a patroa para começar a brincadeira. Eu estava com o saco cheio, mesmo sem ter feito nada.

Assim que a mulher voltou, o negócio pareceu incêndio em mato seco: não sei de onde aqueles dois tiraram tanto fogo. Ela me chupou com tanto talento que eu nem lembrava mais que não havia curtido o visual dos dois. A gordinha era muito sexy e entendia muito bem o que estava fazendo. O maridão não ficava atrás: seu p... era perfeito no tamanho e na grossura, bonito mesmo. E ele também chupava divinamente. Não precisei encenar nem fazer nenhum esforço interno para gozar três vezes com eles. E olha que o cara nem me comeu. Ficou claro que eu era um presente para ela. (PACHECO, 2006, p. 78-79)

Ela afirma que a grande maioria (salvo raras exceções) das mulheres que a procuram para *ménage à trois*, com seus respectivos parceiros (maridos, amantes, namorados...), sempre vêm com a desculpa de que estão apenas satisfazendo a vontade de seus companheiros - realizando suas fantasias. Mas, na verdade, segundo Bruna, gostam mesmo de outras mulheres, curtem “ficar” com ela, muitas vezes, esquecem-se do homem no ato.

A garota de programa que deseja ser psicóloga expressa que:

Na putaria, a gente entra em contato com um lado mais verdadeiro e menos hipócrita das pessoas. Elas não escondem seus desejos mais secretos, liberam fetiches que não confessariam a ninguém, nem sob tortura. Com uma garota de programa, ninguém precisa fazer jogo de cena. Eles vêm até mim para realizar suas fantasias. Funcionamos como terapeutas, às vezes. (SURFISTINHA, 2005, p. 76)

Outra “grande revelação” expressa no livro de Bruna Surfistinha diz respeito à enorme quantidade de homens casados, na grande maioria entre 35 e 45 anos, que a procuram

para que ela seja “ativa” com eles, que ela “*vire bruninho*” (como ela mesma brinca) para eles. Seu lado “psicóloga” - outra identidade que “tenta” expor - teoriza: “Acho que eles não têm coragem de procurar um homem e se sentem menos bichas se forem comidos por uma mulher” (2005, p. 78).

A vida de garota de programa é realmente muito agitada, muitos poucos momentos do dia a garota consegue ficar sozinha, o que não quer dizer que a solidão não predomine na vida da maioria delas. Quando Bruna decide compartilhar sua rotina de trabalho no *blog*, começam seus “15 minutos de fama” que duraram, como outras coisas na sua vida pós “menininha de família”, muito mais do que ela podia imaginar.

Bruna diz que não imaginava que os detalhes de sua vida sexual interessaria a tantas pessoas, declara-se surpresa com a repercussão do *blog* de uma garota de programa. Colocando suas considerações pessoais à parte, cremos em uma certa “inocência” em sua surpresa, afinal, ela não só dá detalhes das relações sexuais, como as classifica e cria as suas “cotações”. Ela também descreve os programas por ordem do dia. Surpresa seria se seus próprios clientes, cientes de sua rotina de expor “tudo” no *blog* (suprimindo apenas nomes e detalhes que pudessem identificá-los para outras pessoas), não ficassem curiosos por saber de seu desempenho, segundo os critérios da profissional.

O Doce Veneno do Escorpião vem com o subtítulo *O diário de uma garota de programa*, mas é só um dos últimos capítulos que a “autora” realmente intitula de *diário*. Neste, Bruna transcreve alguns dos *posts* de seu *blog*, talvez, para satisfazer a curiosidade daqueles que, por ventura não tenham conhecimento, ou simplesmente para tornar ainda mais “picantes” as páginas publicadas. Finalizando a obra em *As histórias proibidas de Bruna Surfistinha*, ela expõe o que ela acredita serem as mais sórdidas de sua trajetória como garota de programa. Também encontramos uma espécie de “manual”, *Dicas da Bruna Surfistinha para tornar sua vida sexual mais interessante*, assim como *Os quinze mandamentos de Bruna* - conselhos para “ser feliz na cama”. Desta forma, seu livro se torna uma aquisição quase “impossível” de não ser feita por àqueles que se consideram “amantes da arte do sexo”, assim como também para os mais curiosos consumidores da vida alheia.

Com enorme sucesso de vendas do primeiro livro, que culminou no abandono da profissão, Raquel resolveu “embarcar nessa de ser escritora” (como muitos disseram –

preconceitos à parte) e lançar um segundo título, *O que aprendi com Bruna Surfistinha* (2006) –já referido no presente trabalho.

Neste livro, porém, ela expõe novas “histórias picantes” e o que aprendeu quando era garota de programa sobre: tolerância, amizade, fama, marketing.... E para justificar a publicação de *O Doce Veneno do Escorpião*:

Muita gente pode me acusar de estar apenas aproveitando meus "15 minutos de fama" ao lançar este livro. Quem sou eu para julgar os que me julgam? Mas achei que seria positivo escrevê-lo. Primeiro, porque muita gente, mesmo sem ter lido *O doce veneno do escorpião*, partiu para o ataque, dizendo que eu estava fazendo apologia da prostituição e das drogas, incentivando, assim, meninas "desmioladas" a seguir o meu exemplo.

A segunda razão está no fato de eu sentir que minhas experiências podem ajudar outras pessoas de alguma maneira, gente que nem precisa ter sido, ser ou querer ser prostituta. Se estou sendo pretensiosa? Talvez. Mas eis algo que, se for o caso, quero que alguém me ensine. Na boa. (PACHECO, 2006, Introdução.)

Seu segundo livro não acompanhou o sucesso do primeiro vendendo “apenas” 20 mil exemplares, apesar de ser ainda mais polêmico – o que talvez se justifique pelo fato de que o primeiro, mais que vender material erótico, vendeu sua “vida” (o conteúdo principal para os consumidores de autobiografias). Uma vez que, no primeiro, ela já havia exposto “tudo”, o que poderia haver de novo no segundo? Mas Raquel não parou por aí. Lançou *Na cama com Bruna Surfistinha*, e trabalha no projeto de seu próximo lançamento.

3.5 PAGU X BRUNA

Vejo mares tranqüilos, que repousam,
Atrás dos olhos das meninas sérias.
Alto e longe elas olham, mas não ousam
Olhar a quem as olha, e ficam sérias.

Nos encantos dos lábios se lhe pousam
Uns anjos invisíveis. Mas tão sérias
São, alto e longe, que nem eles ousam
Dar um sorriso àquelas bocas sérias.

Em que pensais, meninas, se repousam
Os meus olhos nos vossos? Eles ousam

Entrar paragens tristes tão sérias!

Mas poderei dizer-vos que eles ousam?
Ou vão, por injunções muito mais sérias,
Lustrar pecados que jamais repousam?

(MANUEL BANDEIRA)

“Meninas sérias” realmente serão estas de que Bandeira fala? Esse “jogo” de olhares não expressaria justamente um jogo da sedução? “Nossas meninas” ousadas, Bruna e Pagu, ao final da análise de si mesmas, através de seus relatos também, parecem querer reconstruir-se “sérias”, *Raquel* e *Patrícia*. No poema de Bandeira, o “ousar” só é permitido aos olhos masculinos que procuram “descaradamente” o olhar das meninas que “não ousam / Olhar a quem as olha”. Por que não olham não ousam? Quem “diz” que realmente não ousam? As “nossas meninas” ousam. Mas, em determinados momentos, preferem parecer que não ousam, afinal, não é assim que a sociedade deseja?

Após a análise de suas histórias, parece que, para Raquel e Patrícia, chegou um momento em que “se cansaram”, “desistiram” de não atender ao que a sociedade espera delas enquanto mulheres: “seres frágeis e dependentes”e, então, tornaram-se *Bruna* e *Pagu*.

O atributo “sérias” conferido “às meninas” de Bandeira conota-lhes um sentido de pureza e candidez - “próprio” do ser feminino e contrário ao ousado masculino. Se substituíssemos o “eles ousam” por “elas ousam” (referindo-nos então, a Bruna e Pagu) seria possível produzir uma radical alteração de sentido no poema. Além de imprimir uma permissão de ousadia às “meninas sérias”, ainda sugeriria uma obliquidade em suas ações e comportamentos. Cairia por terra, assim, a máscara de suposta pureza da mulher e se passaria a “brincar” com os significados implicados nas concepções essencialistas dos papéis atribuídos aos sexos na sociedade.

As autoras Bruna e Patrícia possuem várias semelhanças. Ambas são conhecidas por apelidos. Raquel conta que “ganhou” o nome “Bruna” de sua primeira cafetina ou, “chefe” no trabalho. O “Surfistinha” (como já vimos) veio de um cliente que achou que ela tinha a aparência de surfista. Patrícia teve vários codinomes. Mas o que realmente “pegou” foi Pagu, concedido por seu amigo Raul Bopp. Este que até lhe concedeu a honra de um poema, *Coco de Pagu*.

Em primeiro lugar, percebemos a predominância do codinome sobre o nome. Por mais que a “autora” empírica afirme ser Raquel Pacheco, a história exposta é a de *Bruna Surfistinha* - é ela mesma quem narra e também assina o texto. Nas confissões de Bruna não encontramos o mesmo sentimento de avaliação de Patrícia. Pode ser que, enquanto leitores, estejamos nos equivocando, ou, não conseguindo alcançar o texto, visto que o sentimento que observamos predominar é o orgulho e muito pouco, por vezes, quase nenhuma avaliação dos fatos narrados.

As duas afirmam que desde muito pequenas se sentiam diferentes e excluídas, até “mau” exemplo para as outras meninas por conta de seus comportamentos de ousadia e rebeldia. Ambas também expuseram dissimular muito bem quando crianças, representando inocência e ingenuidade quando lhes convinha: “dissimulava minhas ideias formadas. Eu procurava parecer criança. [...] Eu me sentia à margem das outras vidas e esperava pacientemente minha oportunidade de evasão” (PAGU, 2005, p. 57); “Se por um lado eu queria liberdade, e mentia muito para consegui-la, por outro ainda tinha meus próprios preconceitos e dúvidas. E bancava a boa filha” (SURFISTINHA, 2005, p. 29).

Pagu, também como Bruna, fornece-nos detalhes sobre sua vida sexual, inclusive contando que chegou a se prostituir pelo partido comunista, “deitando-se” com praticamente quase todos os homens que a desejaram. Mais tarde, também parece semelhante o desejo que as toma de buscar a “segurança” que um ambiente familiar proporciona (casa, marido, filhos), assim como o desejo de um amor real e uma relação monogâmica.

Pagu e Oswald resolveram oficializar sua relação e se casaram quando Pagu já estava grávida de Rudá. No dia do casamento, quando ela acreditava começar a amar seu companheiro, a primeira grande decepção com ele:

Cheguei ao quarto de Oswald. Não havia ninguém. Um criado do hotel me indicou outro quarto. Bati. Oswald estava com uma mulher. Mandou-me entrar. Apresentou-me a ela como sua noiva. Falou de nosso casamento no dia imediato. Uma noiva moderna e liberal capaz de compreender e aceitar a liberdade sexual. Eu aceitei, mas não compreendi. (PAGU, 2005, p. 62)

Sim, Pagu era uma mulher moderna, porém, não compreendia isso de ter de aceitar e aprovar ter seu companheiro - escolhido, eleito para o amor - dividido entre tantas mulheres quantas ele quisesse. Freire (2008) atenta que, possivelmente, naquele momento Pagu tenha “sentido na pele” o mesmo que Tarsila sentiu quando “...fora traída não só pelo homem que amava, mas pela jovem inteligente e talentosa que fez questão de acolher em sua própria

casa” (p. 53). Talvez esse possa ter sido o principal motivo pelo qual Pagu optou, por tanto tempo, em punir-se ao lado de Oswald em uma relação infeliz: culpa, “castigo”, arrependimento.

Patrícia revela de forma surpreendentemente natural que nunca amou Oswald, e que também jamais foi amada por ele:

Sabia que Oswald não me amava. Ele tinha por mim o entusiasmo que se tem pela vivacidade ou por uma canalhice bem feita. Ele admirava minha coragem destrutiva, a minha personalidade aparente. Procurava em mim o que outras mulheres não possuíam. Por isso mesmo, sempre procurou alimentar minhas tendências que podiam provocar reações estranhas, aproveitando minhas necessidades combativas com deturpações de movimento. Oswald não tinha nenhum pudor no gozo de detentor de objetos raros. (PAGU, 2005, p.62)

Talvez se o tivesse amado chegasse a odiá-lo dentro do meu desprezo. Mas nunca amei Oswald. O meu amor exige deslumbramento e Oswald nunca conseguiu me alcançar. (PAGU, 2005, p.113)

Quando a autora declara que Oswald admirava sua “coragem destrutiva”, sua “personalidade aparente”, ela mais que afirma, constata que na realidade Oswald era encantado por *Pagu* e não por Patrícia, e foi por este motivo que ele nunca a alcançou. Talvez esta seja a maior mágoa de Patrícia para com Oswald.

Oswald também não teve sensibilidade para perceber que o nascimento do filho mexera com Pagu, libertando-a para encontrar-se. Sentia ternura por ele, por ter lhe dado Rudá, desejou ser feliz ao seu lado, até formar uma família convencional, se a felicidade fosse encontrada dessa forma. Mas, a rudeza de Oswald a enojou, aniquilando todo e qualquer desejo que pudesse surgir no futuro.

Assim cai por terra mais um mito com relação à Patrícia Galvão: a liberdade sexual da mulher que veio junto ao feminismo não remete diretamente à promiscuidade, como muitos observam e outras tantas absorvem:

E tive-lhe nojo. Nojo e ódio pela decepção que me feria. Senti o ato sexual repousado numa repugnância eterna. Nunca mais poderia suportar Oswald e julguei nunca mais poder suportar o contato masculino. Mudaria de opinião mais tarde, mas, naquele momento, meu amigo, não exagero ao falar de minha aversão pelo homem, tendo até reações estomacais, por sentir-me inundada de obscenidades. (PAGU, 2005, p. 68)

Se a deturpação de muitos de seus atos lhe concedeu a fama de doidivanas, sua entrega total ao companheiro, Geraldo, através desta carta derrubou mais este estereótipo. Patrícia foi uma mãe dedicada, responsável, mais terna do que ela própria poderia imaginar e

que se obrigou a conviver com o estilo de vida pouco convencional do primeiro marido - esse sim promíscuo e inconsequente, segundo ela:

Eu estava às vésperas de ter o bebê. Eu me sentia imensamente boa naquela tarde. O dia tinha sido lindo, comprando roupinhas. Chegamos em casa. Cheia de emoção, estive ao lado de Oswald, esperando que ele terminasse um artigo para eu passar à máquina. Justamente quando estava terminando de datilografar, Oswald me falou que tinha marcado um encontro com Leila: 'É uma aventura que me interessa. Quero ver se a garota é virgem. Apenas curiosidade sexual'. (PAGU, 2005, p. 63)

Apesar de toda a liberação de mágoas, Pagu narra sua infelicidade conjugal com Oswald sem fazer qualquer juízo moral. Ao contrário. Mesmo sofrendo com seu desprezo jamais esqueceu que haviam optado por essa liberdade extrema em sua união. Ela ainda admirava sua sinceridade: "Era preciso que eu soubesse respeitar essa liberdade. Sentia o meu carinho atacado violentamente, mas havia a imensa gratidão pela brutalidade da franqueza. Ainda hoje o meu agradecimento vai para o homem que nunca me ofendeu com a piedade" (PAGU, 2005, p. 63). Percebemos aí que mesmo com seus poucos 30 anos (idade com que começara a escrever seu depoimento), já havia aprendido a equilibrar suas emoções.

Segundo Pagu, ela não foi criada para ser esposa, mãe de família, e mesmo que tenha sido tentada para isso, não se permitiu absorver por tal absurdo, sabendo as desigualdades que tal situação gerava: "O casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. Ambos os sexos são necessários um ao outro, mas essa necessidade nunca engendrou nenhuma reciprocidade" (BEAUVOIR, 1980, p. 166), por tal anseio "apequenador" para a existência de uma pessoa - conceito defendido pelo movimento do qual fez parte, o feminismo, sem ter necessitado queimar sutiãs em praça pública. Talvez, por isso, ela não conseguisse manter-se próxima de seu filho como intimamente desejava e acreditava ser o certo. A questão é que esses sentimentos dentro de Patrícia sempre foram muito contraditórios. Ela ansiava pela presença do filho, mas, também por algo que julgava ser maior – porém, não sabia ao certo o que era. Então buscava, e buscava...

Segundo Freire (2008), foi na maternidade que Pagu encontrou a maturidade e a responsabilidade. Junto à maternidade nascia em Pagu a,

consciência política, adormecida desde o tempo em que vivera em um bairro operário [...] O que passou despercebido quando ela estava mais preocupada com seu umbigo de adolescente rebelde agora se tornou uma causa – que ela não poderia ignorar. (FREIRE, 2008, p. 57)

A maternidade não vinha para Pagu como para as outras mulheres. Sua dedicação à criança, que rende às mulheres o louvor masculino, não era suficiente para ela, não era a

recompensa suficiente o reconhecimento desta dedicação. Ela desejava mais para si. Não queria recompensa por seus préstimos, que eram considerados naturais de sua condição feminina, pois isso não tinha para ela o mesmo valor das coisas que ambicionava. Patrícia não desejava cair no “grande perigo”,

grande perigo que nossos costumes fazem o filho correr é que a mãe, a quem o confiam de pés e mãos amarrados, é quase sempre uma mulher insatisfeita: sexualmente é fria ou irrealizada; socialmente, sente-se inferior ao homem; não tem domínio sobre o mundo e o futuro. (BEAUVOIR, 1980, p. 280)

Uma vez que essa já era a realidade de Pagu, ela não aceitava “compensar através do filho todas as suas frustrações” (BEAUVOIR, 1980, p.280). Simone ainda explana que ao se constatar o quanto esta situação impede a plena realização feminina surgem, ganham força os “... desejos, revoltas, pretensões, reivindicações” (1980, p. 281) que tanto inquietam muitas mentes femininas.

Freire (2008) também justifica o afastamento de Pagu em relação ao filho como sendo uma possível espécie de autodefesa perante o amor intenso que sentia dentro de si com a chegada de Rudá. Sentimento que, ao mesmo tempo que a fortalecia, fragilizava-a perante aquele ser que tanto dependia dela (p. 57).

Podemos constatar que a maturidade com que Patrícia narra sua trajetória é própria de quem observa os fatos de fora, de que realmente se trata de uma outra pessoa contando a história. No momento em que vivia todos aqueles acontecimentos, que tanto a abalavam possivelmente ela não os via da mesma forma. Afinal, ainda agora, neste relato posterior, é possível perceber a tamanha confusão que lhe causava. Não entendia a contradição de sentimentos que seu maior amor, seu filho, lhe despertava. Assim como também não entendia o porquê da manutenção de sua relação destrutiva com Oswald.

Raquel, até o momento da publicação do livro que contava sua história, não tinha filhos nem havia ainda se casado. Com a declaração expressa em sua obra de que após seu lançamento se casaria com um ex-cliente, Raquel foi duramente criticada pela sociedade e pela mídia.

Mesmo assim, quem ainda julga ou critica acaba pegando muito pesado na forma de se expressar. Apesar de não ser mais garota de programa, ainda sofre esse preconceito, seja por pessoas que não acreditam que existam "ex-prostitutas", seja por pessoas que ainda condenam o meu passado. Além disso, percebo que muitas pessoas ficaram chocadas com o meu sucesso. "Mas como assim?" — se perguntam. "Como pode ter alcançado o sucesso por ter sido prostituta?" Eu li vários

comentários em que diziam a mesma coisa: "Este mundo está perdido!". (PACHECO, 2006, p. 53)

Afinal, além de prostituta ela era uma “destruidora de lares”. Mas Raquel faz um desabafo a todos aqueles que a criticaram, principalmente com relação à traição da qual fez parte:

Quanto a esta situação que vivo, só posso dizer que estou com a consciência totalmente tranquila. Não roubei marido de ninguém. A impressão que dá é a de que, certo dia, eu toquei a campainha do apartamento do casal, amordacei a fulana, puxei o marido à força para morar comigo. E a realidade é completamente diferente. Para começar, não nos apaixonamos da noite para o dia, e o nosso amor também não nasceu do nada. Foram quase cinco meses de uma amizade linda, com muita cumplicidade, coincidências (para não falar destino) e muitas conversas. Sabíamos que alguém sairia machucado desta história, mas resolvemos, juntos, seguir o nosso coração (p. 55-56).

Além disso, eu tenho uma teoria: Quem ama, cuida. E quem ama, não trai. E para um bom entendedor, nesse caso, uma frase basta (PACHECO, 2006, p. 56).

Hoje, Raquel está casada com “Pedro” (codinome que preferiu dar a seu companheiro no livro), em entrevistas declara estar feliz e realizada com a opção que fez e ainda mantém o sonho da maternidade – mesmo com o medo da repercussão que seu passado ainda poderá causar na vida seu filho.

Ao longo da leitura do relato de Patrícia, observamos que esta escreve suas memórias se autoavaliando, expõe os detalhes mais sórdidos de suas “falhas” morais com desfaçatez, culpa, arrependimento ou com o intuito de redenção. Escreve, simplesmente, para se desnudar diante de seu amado, julgando ser direito dele conhecê-la por inteiro. Porém, com esse reviver de sua história ao narrar, Patrícia parece, sim, ir se autoconhecendo pelo olhar de fora, no momento em que escreve. Em *Paixão Pagu – A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*, podemos reconhecer Patrícia narrando a história de *Pagu* misturada à sua, como acontece também com Raquel e *Bruna*.

Mas também observamos diferenças no ato da escrita do relato de uma e de outra, e que irão diferenciar também o resultado final. Percebemos também a partir da análise do texto de Pagu que, mais que se analisar, “justificar-se” por muitos de seus atos considerados reprováveis pela sociedade, a autora parece realmente conseguir reconstruir-se, modificar sua imagem perante sua família – seu esposo e seus filhos. Os detalhes que escapam à especulação alheia enriquecem e dão força à contra-argumentação da protagonista da história por tanto tempo mistificada - principalmente na questão de sua sexualidade.

Sua “liberdade” sexual desde a infância, mas sobretudo dentro do comunismo, pode ser observada por muitos como onívora (descontrolada). Mas se lembrarmos as passagens onde esse assunto é explorado e desnudo, podemos perceber que nada tinha de paixão nesses movimentos de Patrícia, nem de Pagu. Tinha, sim, naturalidade. A revolucionária não dava a mesma importância para tal ato como a sociedade até hoje dá. Para ela, parecia ser apenas um “ato” “vazio”, que ela praticava quando julgava necessário, ou lhe era imposto – sem maiores dramas. Seu exercício era “quase” irrelevante, como qualquer outra coisa.

No princípio da descoberta, Patrícia declara sentir amor, amor por ela mesma. Pela coragem de seguir seus instintos (naturais), de permitir-se viver tudo. Mas o sentido que realmente compreende (tradicionalmente) a união íntima entre dois corpos, duas pessoas, isso ela desconhecia. Chegou a acreditar que não pudesse existir, ou que não fosse capaz de conceber.

Patrícia só conhece essa união de “ato” e “sentimento” realmente através do amor. Amor que só veio a viver com Geraldo através da comunhão verdadeira de ideais, sonhos, crenças, desejos, como das minúcias do dia a dia. Amor recíproco e desinteressado. Amor como de André Gorz e Dorine que, num ato de entrega total, decidem (juntos) “deixar” a vida antes que ela “leve” um dos dois apenas, deixando o outro a espera do dia que se “reencontrarão”³⁶.

Patrícia Rehder Galvão, PAGU, foi constantemente e duramente perseguida por ordem de Getúlio Vargas. Somente após cinco longos anos de tortura, espancamentos e humilhações, presa, três anos deles no regime do Estado Novo, foi libertada em 1940. Geraldo a aguardava.

Após sua morte, Geraldo escreveu:

A rara companheira que perdemos desejava para si a morte anônima... Fez tudo para obtê-la, perdida numa grande cidade, em país estrangeiro, sozinha num quarto de hotel, longe de tudo e de todos. Refugiara-se na solidão para terminar sua vida longe

³⁶ André Gorz (1923-2007), ao se aposentar nos anos de 1990, recolheu-se junto de sua esposa Dorine (com quem, segundo ele, aprendeu a viver) em uma casa em Vosnon, a trinta e cinco quilômetros de Troyes, Dorine sofria de uma grave doença degenerativa e ambos acharam melhor para sua saúde privarem-se da vida urbana. Em 22 de setembro de 2007, um ano depois do lançamento de Carta a D. (onde ele declara todo seu amor a esposa e tenta se retratar por não ter feito isto antes), o casal se trancou em seu quarto para uma união definitiva. Deixaram sob a porta apenas um bilhete: "Avisem à polícia". Dois dias depois, uma amiga que ia visitá-los encontrou o recado de Gorz, e, dentro de casa, os corpos de Dorine e André "repousavam" serenos um ao lado do outro; haviam-se suicidado — ela, não suportando mais uma doença que a afligia, e ele, por não querer receber uma urna com as cinzas da cremação da mulher. André Gorz cometeu suicídio aos oitenta e quatro anos, porque, segundo ele, não seria possível viver um segundo sequer nesse mundo sem a presença e a companhia de Dorine.

da curiosidade, do velório, do registro de um sepultamento. Mas, como sempre, não conseguiu o que almejava... (FERRAZ, *apud* Zatz, 2005, p. 16).

Vale lembrar que temos conhecimento das intenções e do motivo que levou Patrícia a expor suas memórias no papel, ela mesma os esclarece no início de seu relato com uma dedicatória ao companheiro: “Meu Geraldo,”, e a explicação do porque o fazia veio acompanhada do convite: “Sofra comigo”.

Enquanto que do relato de Raquel Pacheco, ou Bruna Surfistinha, não sabemos de nada - a não ser que ela desejava contar ao mundo sua história. O diário de Bruna Surfistinha, apesar de, aparentemente, possuir uma intenção meramente comercial - com intuito de simples exposição da trajetória de uma menina que tinha tudo para ser triste e infeliz (aos olhos dela própria) e que, unicamente por seu próprio mérito, alcançou a glória, a felicidade e aquilo que era seu maior desejo, a independência emocional e financeira – tem o mérito de possibilitar a sua autora reescrever-se, recriar-se, partindo de um corpo meramente carnal para transformar-se em um corpo linguístico, uma trajetória vertida em linguagem, por meio do qual ela passa do anonimato para um estado de subjetivação.

Para os estudos de linguagem, o texto de Bruna representa um processo de construção (semi-ficcionalizada) de uma identidade feminina por meio da escrita. Faz parte do apoderamento da mulher pela palavra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os textos de escrita íntima analisados neste trabalho, tanto de Patrícia Galvão quanto de Bruna Surfistinha, pudemos perceber que o processo da escrita de si parece possuir um caráter libertador para aquele que opta pela transcrição de sua história, pensamentos e sentimentos. Sob a teoria a que submetemos nosso estudo, poderíamos dizer que tanto para uma quanto para outra – ambas, mulheres com trajetórias polêmicas e subjugadas –, a possibilidade de “falar”, “se colocar”, expor o que “realmente ocorreu” em suas vidas, desnudando seus “Eus” interiores, pode tê-las ajudado não apenas a esclarecer a terceiros (interessados) pontos, digamos, obscuros em suas biografias, como realmente a se conhecerem melhor e se fazerem ouvir pela sociedade.

É possível perceber que quando conversamos com outra pessoa – falamos de nós mesmos – ocorre que, ao mesmo tempo em que falamos, vamos nos ouvindo, algo parecido com o que ocorre quando escrevemos sobre nós mesmos. Porém, esta segunda atividade, cremos que nos possibilita uma maior reflexão sobre o que estamos expondo, um exercício pessoal. Exercício que também atenua a solidão, segundo Foucault (1992). O autor afirma que uma carta enviada “atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e releitura, sobre aquele que a recebe” (1992, p. 145).

Assim, temos uma mulher dos anos trinta que, ousada demais para sua época, ganha notoriedade e respeito pela bravura em expor seus pontos de vista e pela garra com que luta por suas ideologias. Patrícia Galvão tinha tudo para ficar mantida no “submundo”, à margem da sociedade. Era impetuosa, não seguia regras e se impunha contra tudo que era “politicamente correto” – principalmente no que dizia respeito a “ser mulher” – para os padrões da época. E, no entanto, já em seu tempo se fez ouvir, transpondo barreiras, preconceituosas e de culto discriminativo, impostas por anos de represálias sociais. Em contrapartida, temos uma mulher da contemporaneidade. Esta que, por conta de seu ofício (a prostituição), “jamais” poderia ter sua voz ouvida em sociedade alguma e que, no entanto, alcança um âmbito internacional.

Pagu começou a ganhar espaço de expressão, ainda bem jovem, no meio modernista. Conquistou atenção primeiramente por seu jeito de ser, de se comportar, depois, seus textos,

poemas e croquis “caíram no gosto” dos literatos. Além de escritora foi jornalista, militante comunista e uma das grandes vozes da vanguarda de seu tempo. Junto a Oswald, Pagu editou o jornal *O HOMEM DO POVO*. Com apenas, oito edições. A tribuna disparava irreverência, através de uma linguagem ferina e com um toque de humor, sobre temas e pessoas evidentes no cenário político, religioso e social. Pagu assinava a coluna *A MULHER DO POVO*, onde exercitava a polêmica com cartoons e tiras de humor. Publicou o romance, *Parque Industrial* (1933), sob o pseudônimo de Mara Lobo - uma de suas principais obras. Autodidata, tornou-se repórter itinerante, dos jornais: *Correio da Manhã*, *Diário da Noite* e *Diários Associados* - para os quais escreveu durante sua viagem à Ásia e Europa. Na China, entrevistou Sigmund Freud e, em Paris, envolveu-se em discussões sobre os conceitos de arte revolucionária e o papel do intelectual. Ou seja, “adentrou fundo” em um mundo que até então era de domínio exclusivo do gênero masculino: o campo intelectual.

Bruna dá início a um diário de ofício na internet, exposto a todos. E, em pouco tempo, tem seu *blog* na lista de um dos mais lidos no país. O espanto causado na sociedade gerou curiosidade e mais um espaço lhe foi aberto: a mídia a transformou em uma “estrela” da prostituição nacional, ao ponto de receber propostas para publicar sua história. E é assim que sua “voz” ganha notoriedade e chega até os lares mais conservadores.

Importante também é reconhecer que através da história da escrita de si destas “duas” mulheres - atendo-nos à análise da voz que fala na narrativa e observando o estatuto da narração - que, a partir desta forma de escrita, insere-se um novo sujeito na literatura. É preciso ressaltar que este sujeito se trata de mulher - uma vez que a mesma passou de tema, de objeto da narração, a sujeito da enunciação -, observando isto não apenas como uma conquista daqueles que “não tem voz”, mas como uma nova postura, uma nova forma de “se colocar “da mulher.

Podemos perceber, pela leitura de *O Doce Veneno do Escorpião*, que a menina que, “sem opção”, sendo menor de idade ao fugir de casa e, portanto, não podendo trabalhar, torna-se prostituta para se autossustentar e concretizar o sonho (que o pai julgava impossível) de se tornar independente. Bruna, apesar da vida desregrada que revela, constrói a imagem de uma vencedora nas páginas de seu diário, porque é como ela se reconhece ao analisar sua trajetória até então.

É assim que nós, enquanto leitores, podemos perceber como a autora e, narradora da maior parte do *Diário de uma Garota de Programa*, é Bruna Surfistinha e não Raquel Pacheco. Como a autora mesmo afirma *Raquel* era a *menina*, *Bruna* é a *mulher*. Mas, há ainda uma terceira pessoa que nos conta a história, quem nos apresenta a trajetória das duas, e que não podemos identificar.

Percebemos também a importância do outro para reconhecermos nós mesmos. E, como esse *outro* pode estar muito mais próximo de nós do que imaginamos – em nosso próprio interior. Assim, como a inconstância de nossas identidades, a multiplicidade de “Eus” que nos configura e a fragilidade de nossas afirmações. Patrícia - que também é quem conta a história de Pagu - declara em seu relato, observando sua trajetória “de longe”, “de fora”, como suas “antigas” certezas se desfaziam durante a análise de suas lembranças.

A escrita aparece desempenhando um importante papel em todo este processo – tanto na escrita de si, na construção da identidade, quanto nessa “liberdade” de expressão do subalterno. Ela se apresenta como uma via possível para os sujeitos femininos produzirem sua própria subjetividade, uma vez que, como que por necessidade, se reinventam constantemente – observando subjetividade aqui como o processo pelo qual os indivíduos constroem e atribuem o significado à própria existência, constituindo a si por si mesmos.

Essa perspectiva rompe com a tradição histórica que sempre narrou os acontecimentos apenas sob o ponto de vista masculino, dos “dominadores”, esquecendo-se da participação dos subalternos, dos oprimidos, na construção da história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely S., SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

ARAÚJO, A. M. C; FERREIRA, V. C. **Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva**. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências edesafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ARCHANJO, Léa Resende. **Ser mulher na década de 50: representações sociais veiculadas em jornais**. In: TRINDADE, Maria Etelvina & MARTINS, Ana Paula Vosne (org.) **Mulheres na História: Paraná – séculos 19 e 20**. Curitiba: UFPR, Departamento de História, Cursos de Pós-graduação, 1997.

AZEVEDO, Luciane. **BLOGS: a escrita de si na rede dos textos**. Revista Matraca, Rio de Janeiro, v.14, n.21, jul./dez. 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo, 2. A Experiência Viva**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEVERLEY, John. *Subalternidad y representación: debates em teoria cultural*. Trad. Mayrlene Beiza y Sergio Villalobos-Ruminott. Madri: Iberoamericana, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRAIT, Beth. **Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem**. In: Brait, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

CASTELLO, José. **Vozes distintas – a literatura sem enquadramentos**. O Globo, Rio de Janeiro, 23 abr. 2005.

CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. **A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault**. Signum: Estud. Ling., Londrina, n.11/2, p. 67-81, dez. 2008.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulheres e violência**. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, n.4, 1985.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

CORRÊA, Marisa. **O sexo da dominação**. In: Novos estudos CEBRAP, n.54, julho de 1999.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária**. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. Guattari, Félix. **Mil Platôs**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1977.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas: 2005.

FIGUEIREDO, Carlos Vinícios da S. **Estudos Subalternos: Uma Introdução.** *Raído*, Dourados, MS, v. 4, n. 7, p. 83-92, jan./jun. 2010.

FONSECA, Tânia Mara Galli. **Utilizando Bourdieu para uma análise das formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher.** In: STREY, Marlene Neves et al. *Construções e perspectivas em gênero.* Porto Alegre: Editora Unisinos, 2001.

FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours.** Paris: Gallimard, 1971.

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

_____. **Dits et Écrits.** 1954-1988. 4 volumes. Editado por D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange. Paris: Gallimard, 1994. (Coleção Dits e Écrits. Rio de Janeiro: Forense Universitária - Publicados em 5 volumes temáticos)

_____. **O anti-Édipo: uma introdução à vida não Fascista.** Cadernos de subjetividade, São Paulo, Jun. 1996.

_____. **Subjetividade e verdade** (1980-1981). In: *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982).* Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997 (p. 107-115).

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **O cuidado com a verdade** (1984). In: MOTTA, M. B. da (Org.). **Ética, Sexualidade, Política: Michel Foucault.** Trad. Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Coleção Dits & Écrits, v. V (p. 240-251).

_____. **A hermenêutica do sujeito**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREIRE, Tereza. **Dos escombros de Pagu: um recorte biográfico de Patrícia Galvão** / Tereza Freire. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SescSP, 2008.

GALVÃO, Patrícia. **Paixão Pagu** – uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

GIANNETTI, Cecília. **Sufocados, com a corda no pescoço**. O Globo, Rio de Janeiro, 30 abr. 2005.

GOLDBERG, Anette – **Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro:UFRJ, 1987.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

GUSDORF, Georges. **Condiciones y límites de la autobiografía**. In: LOUREIRO, Angel. **Suplementos Anthropos. La Autobiografía y sus problemas teóricos**. Barcelona, n. 29, dez. 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 002.

HANSEN, João Adolfo. **Autor**. In: JOBIM, José Luís (org.). **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

HILST, Hilda. **Fluxo-Floema**. São Paulo: Globo, 2003.

KHEL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino- A Mulher Freudiana na Passagem para a Modernidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

KOMESU, F. **Blogs e as práticas de escrita sobre si na internet**. In: MARCUSCHI, L. A. e XAVIER, A. C. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. (p. 110-119).

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet / Philippe Lejeune**; org.: Jovita Maria Gerheim Noronha: trad. De Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEMOS, Carolina Teles. **Equidade de gênero: Uma questão de justiça social e de combate à violência – Idéias religiosas como ângulo de análise**. In: Revista Mandrágora, ano 7, n. 7/8, 2001/2002. São Bernardo do Campo: UESP.

MATOS, M.C.R. **O acaso do discurso, o discurso do acaso: práticas de escrita de si nos blogs**. Dissertação (Mestrado) em Letras. Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações. Minas Gerais, 2007. Orientador: Profª. Drª. Beatriz Maria Eckert-Hoff.

MIRAUX, Jean-Philippe. **La autobiografia: las escrituras del yo**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. 2005.

MONTARDO, S. P.; PASSERINO, L. **Estudo de blogs a partir da netnografia: possibilidades e limitações**. In: **VIII Ciclo de Palestras sobre Novas Tecnologias na Educação**, 2006, Porto Alegre. CINTED - Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MONTEIRO, Marko. **A perspectiva do gênero nos estudos de masculinidade: uma análise da Revista Ele Ela em 1969**. In: <http://www.artnet.com.br/~marko/artigo.html>. 1997.

MOREIRA, Antonia Silva Paredes & OLIVEIRA, Denize Cristina de (Orgs.). **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Editora Goiânia: AB. Goiânia, 2000. 2ª. ed.

NEVES, Juliana. **Geraldo Ferraz e Patrícia Galvão: a experiência literária do Suplemento Literário do Diário de S. Paulo, nos anos 40** / Juliana Neves. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2005.

OLIVEIRA, Flávia Lopes. *Estupro (e outros crimes contra a mulher): quem é o réu?* Disponível em: < <http://www.apriori.com.br/artigos>>. Acesso em:

PACHECO, Raquel. **O que aprendi com Bruna Surfistinha** – Lições de uma vida nada fácil. Depoimento a Jorge Tarquini. Ed.. São Paulo: Panda Books, 2006.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **Os silêncios do corpo da mulher**. In: MATOS, Maria Izilda Santos de & SOIHET, Rachel (org.) **O corpo feminino em debate**. SP: Editora UNESP, 2003.

POUND, Ezra. **Abc da Literatura**. SP: Editora Cultrix, 1997.

RAGO, Margareth. **Os feminismos no Brasil: dos 'anos de chumbo' à era global**. Revista Estudos Feministas, n. 3, jan./jul. 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora de uma reconsideração radical?** In: SIGNORINI, Inês (org.). **Lingua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras; SP: Fapesp, 1998.

ROSSO, Mauro. **Quem tem medo da literatura feminina/feminista?**, Revista Continente Multicultural, Edição 48, 2006. Disponível em: http://www.continentemulticultural.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1731&Itemid=103.

SAFFIOTI, Heleieth. **Estudos Sobre Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas**. São Roque. SP: Fundação Carlos Chagas. V.1, Nov/1990.

SAFFIOTI, Heleieth e ALMEIDA, S.A. **Violência de Gênero**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAYÃO, Débora Thomé. **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e PierreBourdieu**. In: Revista Perspectiva, v.21 n.01, jan/jun 2003. Editora da UFSC: NUP/CED. Florianópolis.

SCHITTINE, D. **Blog: comunicação e escrita íntima na Internet**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. In: www.dhnet.org.br/textos/generodh/gencategoria.html. Acesso em março de 2004.

_____. **A Cidadã Paradoxal: As Feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SOIHET, Rachel. **Descobrimo historicamente o gênero**. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), n.11, p. 89-98, 1998.

STREY, Marlene Neves. **Será o século XXI o século das Mulheres?**In: STREY, Marlene Neves et al. **Construções e perspectivas em gênero**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2001.

SURFISTINHA, Bruna. **O doce veneno do escorpião – o diário de uma garota de programa**. Depoimento a Jorge Tarquini. Ed.. São Paulo: Panda Books, 2005.

TEZZA, Cristóvão. **A Construção das Vozes no Romance**. Texto apresentado no Colóquio Internacional "Dialogismo: Cem Anos de Bakhtin"; novembro de 1995; Departamento de Lingüística da FFLCH/USP. Publicado em Bakhtin, dialogismo e construção do sentido; Editora da Unicamp, 2001; organização de Beth Brait.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Biblioteca Central Prof. Faris Michael. **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos**. 3. ed. rev. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

WEINTRAUB, Karl. **Autobiografía y conciencia histórica**. In: LOUREIRO, Angel. Suplementos Anthropos. La autobiografía y sus problemas teóricos, Barcelona, n. 29, p. 19, dez. 1991.